



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

Organizador
Roberto Campos da Rocha Miranda



Câmara dos
Deputados

Informação e Conhecimento no Legislativo

Brasília, 2012

relatos de
pesquisa

Informação e Conhecimento no Legislativo

A Série Relatos de Pesquisa constitui um mecanismo de comunicação da plasticidade e dinamicidade do conhecimento, traduzidas nas diferentes formas de perceber o Legislativo. Apresenta e delimita novos espaços do Parlamento, promovendo a construção de novos olhares e a ressignificação de perspectivas, apontando para o caminho da construção permanente de saberes sobre o Legislativo. Essa postura implica, pela natureza mesma do conhecer, a permanente construção do próprio Parlamento e, em consequência, a constatação espantosa de que constantemente estamos estudando um parlamento novo. Esse conhecimento, gerado a partir dos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, de certa forma, também é um conhecimento novo; tanto é que uma das conclusões apresentadas pelos integrantes de um desses grupos é exatamente a de que o Poder Legislativo constitui um “território a ser cartografado”, em termos de pesquisa e sistematização de conhecimentos legislativos.

Os grupos de pesquisa e extensão (GPEs) do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) têm o objetivo de fortalecer e sistematizar os conhecimentos no campo do Poder Legislativo.

Cada grupo, após sua formação, tem prazo mínimo de três meses e prazo máximo de três anos para a execução do projeto de pesquisa ou extensão. Para isso, o Cefor oferece suporte relativo a material bibliográfico e atividades de divulgação e registro dos resultados das pesquisas.

Os projetos apresentados têm como diretrizes o diagnóstico de dificuldades e a apresentação de soluções para questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; a análise, a sistematização e o aprimoramento das práticas do Poder Legislativo; e a ampliação do conhecimento produzido na Câmara dos Deputados.

Informação e Conhecimento no Legislativo

Mesa da Câmara dos Deputados
54ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa
2011 – 2015

Presidente **Marco Maia**

1ª Vice-Presidente **Rose de Freitas**

2º Vice-Presidente **Eduardo da Fonte**

1º Secretário **Eduardo Gomes**

2º Secretário **Jorge Tadeu Mudalen**

3º Secretário **Inocência Oliveira**

4º Secretário **Júlio Delgado**

Suplentes de Secretário

1º Suplente **Geraldo Resende**

2º Suplente **Manato**

3º Suplente **Carlos Eduardo Cadoca**

4º Suplente **Sérgio Moraes**

Diretor-Geral **Rogério Ventura Teixeira**

Secretário-Geral da Mesa **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**

Organizador
Roberto Campos da Rocha Miranda



Informação e Conhecimento no Legislativo

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília, 2012

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Maria Clara Bicudo Cesar

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Diretor: Luiz César Lima Costa

CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

Diretor: Fernando Saboia Vieira

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Diretor: André Sathler Guimarães

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

editora@camara.gov.br

Projeto gráfico e diagramação Giselle Sousa

Revisão Seção de Revisão e Indexação

SÉRIE

Relatos de pesquisa

n. 2

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Informação e conhecimento no Legislativo / Roberto Campos da Rocha Miranda (org.) [recurso eletrônico].

– Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

178 p. – (Série relatos de pesquisa ; n. 2)

ISBN 978-85-736-5933-7

1. Poder legislativo, Brasil. 2. Gestão do conhecimento, Brasil. 3. Gestão da informação, Brasil. I. Miranda, Roberto Campos da Rocha. II. Série.

CDU 342.52:001(81)

ISBN 978-85-736-5932-0 (brochura)

ISBN 978-85-736-5933-7 (e-book)



Agradecimentos

Gostaríamos de destacar o nosso agradecimento aos profissionais que participaram do seminário realizado no dia 20 de outubro de 2010, no Cefor, pelas fundamentais e pertinentes sugestões apresentadas aos membros do grupo:

- André Sathler Guimarães – Câmara dos Deputados
- Angelino Rabelo dos Santos – Câmara Legislativa do Distrito Federal
- Christiane Coelho – Câmara dos Deputados
- Gustavo Vasconcellos Cavalcante – Câmara dos Deputados
- Ivette Kafuri – Universidade de Brasília
- Janice Silveira – Câmara dos Deputados
- João Luiz Pereira Marciano – Câmara dos Deputados
- Rildo Cosson – Câmara dos Deputados
- Rogério Henrique de Araújo Jr. – Universidade de Brasília
- Themis de Almeida Caminha – Câmara dos Deputados



Sumário

Apresentação	9
Prefácio13
Perfil dos usuários da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados21
Calópe Melo Paz	
Parlamento Jovem Brasileiro: informação para democracia na elaboração de projeto de lei65
Maria Alice Gomes de Oliveira	
Portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal: informação digital sobre processo legislativo91
Cristina Jacobson Jácomo Cinnanti	
Competências emergentes do Legislativo para políticas públicas: estudo de caso da CLDF	115
Jair Cunha Cardoso Filho	

Gestão do conhecimento estratégico na Câmara
dos Deputados: uma avaliação teórico-sistêmica 141

Roberto Campos da Rocha Miranda

Modelo de gestão da informação para a gestão
estratégica na Câmara dos Deputados 163

Olival Gomes Barboza Júnior

Sobre os autores 175



Apresentação

Apresentação

Os Grupos de Pesquisa e Extensão (GPE) do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento (Cefor) da Câmara dos Deputados foram criados com o intuito de promover a ampliação do conhecimento sobre o Legislativo, buscando estimular a pesquisa científica na Casa.

O Grupo de Pesquisa 1.10 – Gestão da Informação e do Conhecimento aplicada ao Legislativo, sob a ótica estratégica – foi formado com o intuito de avaliar e discutir, de forma multidisciplinar, questões relacionadas a temas de gestão, informação e conhecimento no âmbito do Legislativo. O fato de ter-se constituído por pessoas de diferentes formações – administradores, psicólogos, bibliotecário e cientista da computação – possibilitou a integração de bases de saber diferenciadas e que permitiram a construção de pesquisas focadas no âmbito de duas casas legislativas – a Câmara dos Deputados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, terreno aberto à exploração de novas visões de cunho acadêmico.

Destaca-se o comprometimento dos membros do grupo na realização das pesquisas e no processo de construção dos trabalhos, com participação em reuniões mensais, compartilhamento da evolução dos artigos desenvolvidos e domínio dos tópicos em estudo.

Cabe ressaltar que os textos são distribuídos de forma indutiva, ou seja, são apresentados estudos relacionados a questões específicas de GIC, para então

avaliar-se de forma panorâmica as questões relativas à aplicação de modelos no contexto geral da Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, os artigos ora apresentados resultam de pesquisas voltadas para a relação entre disponibilização de informação e seu uso pelo programa Parlamento Jovem, o perfil dos usuários da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, os aspectos da arquitetura da informação do portal na internet da Câmara Legislativa do Distrito Federal, as competências organizacionais do Legislativo na formulação de políticas públicas, a gestão do conhecimento para formulação e decisão estratégicas no Legislativo e o modelo de gestão da informação e do conhecimento que apoiou o processo de gestão estratégica na Câmara dos Deputados.

Este trabalho vai ao encontro da proposta maior de discutir questões afetas ao Poder Legislativo, apropriando-se de conhecimentos e visões de outras áreas do saber, que contribuem de forma vigorosa para o entendimento dos fenômenos do parlamento. Verifica-se que, ao se indicar o termo “legislativo”, limitam-se os estudos a duas casas: a Câmara dos Deputados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, órgãos de origem dos integrantes do GPE.

Assim, o GPE 1.10 reflete a preocupação em suprir lacuna existente na literatura específica para a lide das questões do legislativo no aspecto de GIC. Embora esse tipo de gestão tenha ampla aceitação e visibilidade no contexto privado, bem como no âmbito do Poder Executivo, são incipientes as discussões no contexto do Poder Legislativo. Ademais, a relevância do estudo se acentua ao buscar-se o alinhamento da gestão da informação e gestão do conhecimento com a estratégia institucional e sua sustentabilidade, destacando que boas estratégias e ações sociais, calçadas em processo adequado de GIC, legitimam a existência e a atuação do Legislativo.

Boa leitura!



Prefácio

Prefácio

Esta obra, fruto do grupo de pesquisa “Gestão da Informação e do Conhecimento aplicada ao Legislativo, sob a ótica estratégica”, apresenta um referencial conceitual e metodológico, cujo objetivo vai ao encontro da institucionalização do Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento (PGIC) da Câmara dos Deputados. O grupo formou-se em resposta a edital, divulgado anualmente, sob a égide do Programa de Pós-Graduação vinculado ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados. Trata-se, portanto, de uma iniciativa integrada ao plano pedagógico-institucional do Cefor.

Seus primeiros resultados alinham-se com a proposta do PGIC, em especial ao seu Art. 1º, item VI, que trata da promoção do uso dos princípios, conceitos e metodologias de gestão do conhecimento, a fim de dinamizar a colaboração entre os servidores da Casa e o acesso às fontes de informação e aprendizagem¹.

O conjunto da obra apresenta colaborações avaliativas e propositivas; oferece, de forma integrada, subsídios teóricos e metodológicos para a gestão da

¹ DANIELLE, Cíntia. Programa apresenta política de gerenciamento de informações. *Boletim da Estratégia*, n. 18, dez. 2010. Disponível em: http://intranet2.camara.gov.br/servidor/gestaoestrategica/internas/boletim18/chamadaExterna.html?dest=http://imagem.camara.gov.br/internet/midias/Tv/2009/planejamento_estrategico/boletim18/Produto_corporativo.html. Acesso em: 18-11-2011.

informação e do conhecimento nas casas legislativas. Sua concepção geral é sistêmica e procura integrar de forma plena as organizações aos seus ambientes interno e externo, numa orientação orgânica e holística, que associa estruturalmente a capacidade de a organização aprender com o grau de integração ao ambiente.

Os fundamentos teóricos desta abordagem podem ser encontrados no seminal trabalho de Arie De Geus, “A empresa Viva”², no qual é apresentado um modelo organizacional para o futuro, que enfatiza as ligações entre organização e conhecimento, entre estratégia e meio³. Juntamente com Peter Senge, De Geus, então executivo da Shell, desenvolveu o conceito, agora famoso, de que “a capacidade de aprender continuamente talvez seja a única fonte de vantagem competitiva de uma organização”. Esses autores também receberam o crédito pela invenção do conceito de “organização que aprende”, e enumeraram os seguintes requisitos para a criação de uma organização deste tipo:

- “Domínio pessoal” ou a aquisição de habilidades e conhecimentos pessoais que permitem a aprendizagem pelos indivíduos;
- O desenvolvimento de uma visão comum ou “modelo mental” de organização, seus objetivos e interesses, uma visão da qual participem todos os membros da organização; e
- A capacidade de pensar em conjunto e de aprender em conjunto, associada a uma capacidade de ver e entender a interdependência entre a organização e seu ambiente.

De fato, os trabalhos apresentados parecem cobrir, se não todos, pelo menos a maioria dos aspectos dessa orientação.

O primeiro trabalho, **Perfil dos usuários da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**, realiza um estudo de usuários da biblioteca digital. Seu objetivo é diagnosticar quem utiliza os conteúdos informacionais disponibilizados

² De GEUS, Arie. *A empresa viva*. São Paulo: Campus, 1998.

³ WITZEL, Morgen. *50 grandes estrategistas de administração*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 75-78.

por meio desse canal à sociedade. Conclui que a Biblioteca Digital já está sendo utilizada por usuários de todos os tipos, cumprindo assim o seu papel social. No entanto, para se integrar melhor ao contexto local e globalizado da organização, é sugerida a integração da Biblioteca Digital às redes de informação mundiais. Essa proposta vai ao encontro das metas estabelecidas pela Sociedade da Informação no Brasil, que estabelecem o compromisso nacional com a preservação e disseminação dos conteúdos e identidade cultural brasileiros para uso nas redes mundiais.

Na mesma linha, procurando entender a interdependência entre organização e seu ambiente, num estudo da Câmara dos Deputados voltado para o usuário interno, o segundo capítulo trata do **Parlamento Jovem Brasileiro: informação para democracia na elaboração de projeto de lei**. O trabalho foca a identificação do tipo de interação estabelecida entre os participantes do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) e as fontes informacionais institucionais disponibilizadas pela Câmara dos Deputados. Falhas são detectadas e conclui-se que a Câmara dos Deputados não está preparada para atender a este público específico, devendo estar atenta às suas necessidades informacionais, criando canais de comunicação especialmente dirigidos a ele.

O terceiro capítulo, **Portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal: informação digital sobre processo legislativo**, avalia os conteúdos informacionais do processo legislativo do Distrito Federal, colocados à disposição da população no portal corporativo, e identifica a necessidade de estudo posterior para avaliar a usabilidade do portal. Também destaca a importância do portal corporativo para a transparência das ações das casas legislativas e o seu papel na sustentabilidade e legitimidade institucional.

O quarto capítulo, focado também na Câmara Legislativa do Distrito Federal e intitulado **Competências emergentes do Legislativo para políticas públicas: estudo de caso da CLDF**, realiza estudo prospectivo sobre competências individuais emergentes no campo das políticas públicas. Desenvolve referencial teórico que contextualiza a atuação da Câmara Legislativa, prospectando tendências e detectando a necessidade de desenvolvimento de

competências para a sua ação futura. Além disso, descreve a metodologia e o instrumento usados no estudo que possibilitou a identificação de competências individuais emergentes. Finalizando, aponta a interdependência de desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades e atitudes e o processo de aprendizagem contínuo.

Num crescendo conceitual, o quinto capítulo, que trata da **Gestão do conhecimento estratégico na Câmara dos Deputados: uma avaliação teórico-sistêmica**, traz uma reflexão acerca do delineamento sistêmico da gestão do conhecimento estratégico, indicando sistemas relevantes a partir do estabelecimento de limites dos atores e das principais questões envolvidas dentro de contexto técnico-organizacional e técnico-político. Os sistemas relevantes identificados são: sistema de gestão da informação e do conhecimento estratégico institucional, sistema integrado de informação e sistema de inteligência antecipativa. O referencial conceitual e metodológico desenvolvido aponta para a necessidade de integração das áreas legislativa e administrativa quanto ao tratamento de informação e conhecimento para a formulação e tomada de decisão estratégica.

O sexto e último capítulo deste livro propõe um **Modelo de gestão da informação para a gestão estratégica na Câmara dos Deputados**. O autor analisa o modelo de gestão da informação que apoia a gestão estratégica da Câmara dos Deputados, concluindo que a gestão estratégica da Casa é recente e ainda em franca maturação, estando a gestão estratégica da informação em estágio inicial. Nas conclusões, o autor destaca que o papel da informação aparece tanto como variável essencial na definição da estratégia quanto como elemento de ligação entre esta e sua execução. O foco deste capítulo é eminentemente voltado para a eficiência operacional, e a informação produzida é basicamente quantitativa, preocupando-se com o andamento dos projetos, com os recursos utilizados, etc. Espera-se que, com o amadurecimento do processo da gestão estratégica e sua crescente institucionalização, este quadro mude para um enfoque mais qualitativo.

Os trabalhos apresentados refletem a formação e experiência de seus membros e, em seu conjunto, têm como “pano de fundo” os paradigmas atuais da gestão da informação, da gestão do conhecimento, da inteligência organizacional e do aprendizado contínuo.

Kira Tarapanoff

*Pós-doutora em Ciência da Informação e
pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB)*



**Perfil dos usuários
da Biblioteca Digital
da Câmara dos Deputados**

Perfil dos usuários da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Calíope Melo Paz

Resumo

Assim como a grande maioria das bibliotecas digitais, a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados foi criada a partir de um acervo de documentos digitais já existentes que, dispersos no portal institucional, precisavam ganhar mais visibilidade. Percebeu-se que essa documentação produzida, a princípio, para atender necessidades internas de informação, extrapolava sua finalidade em virtude da grande disponibilidade de ferramentas de comunicação hoje existentes que permitem a usuários externos à Instituição ter acesso a ela. A questão colocada é: Quem são esses usuários? Em um ambiente virtual, é muito difícil identificá-los, saber o que eles procuram e se o acervo e sua organização estão realmente atendendo às suas expectativas ou servindo para gerar conhecimento, particularmente em uma instituição como a Câmara dos Deputados, que abriga os interesses de milhões de cidadãos brasileiros. Nos estudos de usuários que são voltados especificamente para bibliotecas e repositórios digitais, o enfoque é quase sempre dado à questão da usabilidade dos sistemas utilizados para abrigar os acervos digitais, e poucos tratam dos usuários e da sua relação com a informação que é disponibilizada. Este artigo pretende apresentar os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi identificar

o perfil dos usuários da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados e o uso que eles fazem das informações nela disponibilizadas.

Palavras-chave: biblioteca digital, repositório institucional, usuário da informação.

***Abstract:** As the largest digital libraries, the Digital Library of the Brazilian Chamber of Deputies was built based on an existing collection of digitalized documents that could be found scattered in the institutional portal. They needed to gain more visibility. It was felt that the material was made available initially to meet internal needs for information. However, the concept went beyond its intended purpose since the widespread availability of communication tools that exist today made possible for users outside the institution to have access to it. The question that arises is: Who are these users? It is very difficult to identify them in a virtual environment. It is difficult to comprehend what they are looking for, guaranteeing that the collection way of organization fits their needs and generates knowledge, particularly in an institution like the Brazilian Chamber of Deputies, which houses the interests of millions of citizens. Studies of users that are geared specifically for digital libraries and repositories almost always focus on the issue of the usability of the technology used to house the digital collections. Only a few deal with users and their involvement with information that is available. This article presents the results of a survey aimed to identify the profile of the users of the Digital Library of the Brazilian Chamber of Deputies and how they use the information available to them.*

Keywords: digital library, institutional repository, information user

1. Introdução

Em 1945, o engenheiro Vannevar Bush escreveu um artigo visionário, no qual já demonstrava a sua preocupação com crescimento da produção e armazenamento da informação e descrevia um mecanismo denominado Memex, no qual toda a informação seria armazenada em microfímes, que seriam visualizados em uma

tela manipulada por meio de botões e alavancas. Ao usuário seria possível, assim como acontece com a mente humana, criar associações e fazer *links* entre as informações, chamados por ele de rastros associativos, algo parecido com o que hoje denominamos hipertexto. Bush assim descrevia o seu mecanismo:

Considere um dispositivo futuro para uso individual, que é uma espécie de arquivo e biblioteca privados e mecanizados. É preciso um nome e eu o chamarei de Memex. Um memex é um dispositivo no qual um indivíduo armazena todos os seus livros, registros e comunicações, e é mecanizado de forma que possa ser consultado com grande velocidade e flexibilidade. É um suplemento ampliado e íntimo de sua memória. (BUSH, 1945, p.101, tradução nossa).

A previsão de Bush parece ter se concretizado, pois, apesar de ter falecido antes de colocar seu projeto em prática, suas ideias floresceram e o surgimento de novas tecnologias de comunicação pôde propiciar o aparecimento de muitas iniciativas concretas baseadas naquilo que foi imaginado por ele, considerado o pai dos repositórios ou bibliotecas digitais.

Dentre as iniciativas desse tipo, que podem ser consideradas precursoras das bibliotecas digitais, podemos citar o Projeto Gutenberg, criado em 1971 por Michael Hart, estudante da Universidade de Illinois. Ele imaginou um futuro em que os computadores estariam acessíveis a todos, algo que se tornou uma realidade nos dias de hoje, mas totalmente impensável para a época, e decidiu disponibilizar obras de literatura gratuitamente. A Declaração da Independência dos Estados Unidos foi o primeiro título do que hoje pode ser considerado o maior acervo de *e-books* disponível na internet. Na página da *web* do Projeto Gutenberg, a sua filosofia é assim definida:

A premissa em que Michael Hart baseou o Project Gutenberg foi: tudo o que pode ser introduzido em um computador pode ser reproduzido indefinidamente, o que Michael apelidou de “Tecnologia Replicadora”. O conceito de tecnologia replicadora é simples; uma vez que o livro ou qualquer outro item (incluindo fotografias, sons, e mesmo itens em 3D) pode ser armazenado num computador, então poderá estar, e estará, disponível qualquer número de cópias. Qualquer pessoa no mundo, ou mesmo fora deste mundo (dada a transmissão por satélite), pode ter uma cópia de um livro que tenha entrado num computador. (HISTÓRIA e FILOSOFIA DO PROJETO GUTENBERG, 2006).

A ideia dos repositórios digitais no formato que se tem hoje, no entanto, teve origem no meio acadêmico. A motivação foram as dificuldades encontradas pelos pesquisadores para divulgar aos pares a sua produção, em virtude dos altos custos de publicação nos meios tradicionais, e a possibilidade de acesso e preservação do material não publicado oficialmente (FACHIN *et alii*, 2009).

O crescimento das tecnologias de informação e comunicação facilitou a divulgação do resultado de pesquisas nas universidades, porém grande parte dessa informação não está disponível para a comunidade acadêmica da própria instituição e nem para a comunidade científica. Além dos já citados custos de publicação, a enorme quantidade de documentos impressos e eletrônicos dispersos nas coleções ocasiona perda de informações, já que não há, na maioria dos casos, formas eficientes de acesso a elas (SOUZA, 2010).

Essas e outras questões motivaram o aparecimento das primeiras experiências na década de 90, como o ArXiv, criado em 1991 no Los Alamos National Laboratory. Hoje o ArXiv está funcionando na Biblioteca Universitária de Cornell e disponibiliza documentos nas áreas de física, matemática e ciência da computação. O RePec (Research Papers in Economics), da área de economia, originado do WoPEc (1993) e ainda hoje mantido por cooperação entre várias entidades espalhadas por 73 países, é outro exemplo.

Ao longo do tempo, outras iniciativas foram surgindo, muitas fora do meio acadêmico. Uma delas é a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados que, a partir de outubro de 2009, passou a oferecer ao público, em formato digital, parte da informação que é produzida no âmbito da instituição. No seu projeto de criação foi definido como principal objetivo “Armazenar, disseminar e preservar conteúdos informacionais de interesse do Poder Legislativo em formato digital, com vistas a ampliar e democratizar o acesso à informação legislativa para a rápida disseminação do conhecimento” (Projeto – Biblioteca Digital, 2008). Mas como avaliar se este objetivo está sendo realmente cumprido? O avanço de tecnologias, que permitiu o surgimento desta e de outras iniciativas, trouxe à tona outra questão importante que deve ser pesquisada e debatida: a referente aos usuários desses sistemas. A eficácia de qualquer

sistema de informação, seja ele baseado em documentos impressos ou digitais, somente pode ser comprovada por meio desses usuários “[...] e por isso torna-se necessário um conhecimento minucioso e preciso sobre o mesmo e sobre suas necessidades de buscas e usos da informação” (COSTA, SILVA & RAMALHO, 2009).

Ao contrário do que acontece em um sistema de informação convencional, no qual é possível conhecer os usuários e saber quais são as suas necessidades, em uma biblioteca digital esta tarefa é um pouco mais complexa, particularmente na Câmara dos Deputados, instituição para a qual estão voltados os olhos de milhões de cidadãos brasileiros. A partir dessa constatação foram levantadas as seguintes questões:

Qual é a comunidade atendida pela Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados?

Os seus usuários se enquadram no público a quem ela pretendeu se direcionar?

O que eles procuram?

O que os usuários estão fazendo com a informação disponibilizada?

As respostas a essas perguntas inserem-se em um tema ainda pouco explorado. As próprias bibliotecas digitais ainda são um assunto relativamente novo. Muitos estudos tratam sobre a usabilidade das bibliotecas ou repositórios, mas poucos estudam os seus usuários e o que fazem com as informações neles disponibilizadas. Em revisão de literatura na qual Cunha (2010) relaciona as principais fontes de informação sobre biblioteca digital publicadas nos últimos dez anos, não há nenhuma que trate especificamente sobre este assunto.

O presente artigo pretende, além de contribuir com a discussão sobre o tema, reunir, por meio das conclusões retiradas da pesquisa realizada entre os seus usuários, insumos que colaborem para o aperfeiçoamento dos serviços da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

2. Repositórios ou bibliotecas digitais?

Repositórios ou bibliotecas digitais são termos relativamente novos e ainda não existe uma definição muito precisa do significado e da diferença entre os conceitos. Na literatura os termos são utilizados indistintamente, denominando biblioteca digital aquilo que alguns classificam como repositório, e vice-versa.

Em geral o termo repositório costuma ser utilizado quando se refere a conteúdos vinculados às instituições de natureza científica ou acadêmica, ou voltados para uma comunidade específica. Costa e Leite (2009) destacam que a maior parte das iniciativas de criação de repositórios institucionais é parcial ou totalmente realizada nas bibliotecas das instituições de ensino e pesquisa. Creditam isto ao fato de que “[...] processos envolvidos nas rotinas de um repositório institucional possuem natureza muito próxima e similar aos trabalhos desenvolvidos em ambientes digitais por bibliotecas e bibliotecários”. (COSTA; LEITE, 2009, p. 176).

Na literatura podem ser encontradas diversas definições para os termos:

Um repositório digital é uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado. (VIANA; MÁRDERO ARELLANO; SHINTAKU, 2006, p. 3).

Repositórios são conjuntos de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente. (TOMAÉL; SILVA, 2007, p. 3).

O Joint Information Systems Committee (JISC), entidade do Reino Unido, assim define o termo repositório digital:

Um repositório digital é aquele onde conteúdos digitais estão armazenados e podem ser pesquisados e recuperados para uso posterior. Um repositório suporta mecanismos de importação, exportação, identificação, armazenamento e recuperação de recursos digitais. (JISC, 2005, tradução nossa).

A Digital Library Federation (DLF) apresenta uma visão mais abrangente sobre o que é uma biblioteca digital:

As bibliotecas digitais são organizações que fornecem os recursos, incluindo o pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade dos mercados e garantir a preservação ao longo do tempo de coleções de obras digitais para que elas sejam prontamente e economicamente disponíveis para uso por uma comunidade definida ou conjunto de comunidades. (DLE, 1998, tradução nossa).

Kuramoto considera esta uma questão polêmica e define os conceitos como sinônimos:

Existem diversas definições para repositórios digitais e repositórios institucionais. Em princípio, a definição de repositórios digitais pode ser estabelecida como uma infraestrutura de banco de dados capaz de armazenar coleções de documentos em meio eletrônico. Nada impede de se chamar um repositório digital de uma biblioteca digital. São termos sinônimos. (KURAMOTO, 2009).

Em comum a todas as definições estão aspectos que incluem os conceitos relativos a armazenamento, organização, preservação e disponibilização de objetos digitais.

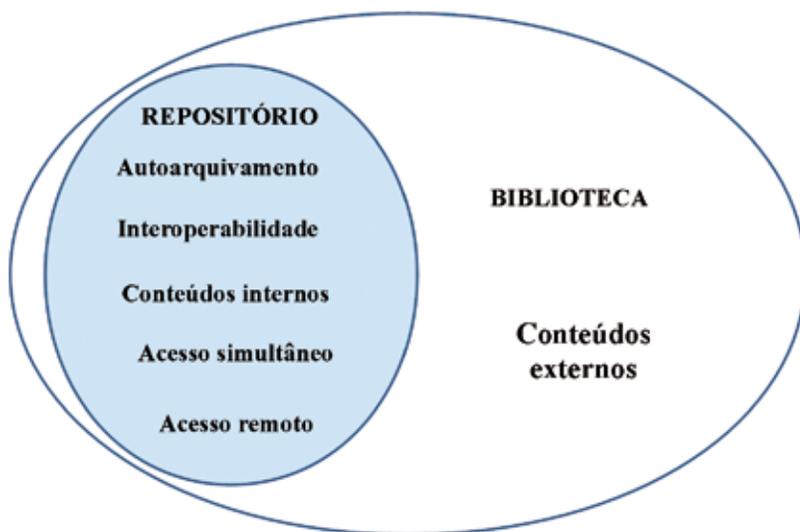
Cunha (1999), dentro de várias definições de biblioteca digital, encontra algumas características que devem estar nela presentes, como o acesso remoto e a utilização simultânea de um documento por diversos usuários, características que também estão presentes em repositórios digitais. Pode-se considerar, baseando então, na concepção desse autor, que biblioteca digital identifique um conceito mais amplo que inclua também os repositórios digitais.

Essa última afirmação é corroborada por Leite (2009), que encontra a diferença entre os dois termos na natureza que cada um representa. Referindo-se especificamente a repositórios institucionais, ele afirma que “[...] todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital, mas nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional” (LEITE, 2009, p. 21). Na visão deste autor, repositórios institucionais de acesso aberto tratam “[...] exclusivamente com a produção intelectual e não se prestam à aquisição e ao armazenamento de conteúdos externos à instituição ou conteúdos de outra natureza (por exemplo: documentos administrativos), como pode ser o caso de bibliotecas

digitais” (LEITE, 2009, p. 21). O autor aponta algumas características que devem estar presentes em um repositório institucional, mas não necessariamente em uma biblioteca digital, como os atributos de autoarquivamento e interoperabilidade e a arquitetura dos *softwares* de repositórios institucionais, característicos nos processos de gestão da informação científica e nos atributos dos processos de comunicação.

Essa ideia pode ser melhor visualizada pela Figura 1:

Figura 1 – Diferenças entre repositórios e bibliotecas



Os repositórios ou bibliotecas digitais podem ser classificados como temáticos – focados em determinado domínio do conhecimento –, ou institucionais – voltados para o armazenamento, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição específica (TOMAÉL; SILVA, 2007). Costa e Leite (2009) ainda apresentam uma terceira categoria, a de repositórios de teses e dissertações, que possui exclusivamente documentos deste tipo.

E em qual categoria a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados pode ser classificada? Ela tem todas as características necessárias para ser enquadra-

da na categoria de repositório institucional, segundo a visão de Costa e Leite (2009), porque possui como um dos seus objetivos disponibilizar a produção intelectual da Casa. Estes mesmos autores ainda destacam que repositórios desse gênero devem ser “[...] oficialmente reconhecidos pela instituição, por meio da implementação de políticas de depósito compulsório e outras que garantam sua existência” (COSTA; LEITE, 2009, p. 164). Isto foi feito por meio da celebração de acordo de serviço com alguns setores que têm seus documentos depositados na Biblioteca Digital. Esta também possui ferramentas que permitem autoarquivamento e interoperabilidade, atributos também relacionados pelo autor.

Por outro lado, o acervo da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados possui coleções que a colocariam na categoria de biblioteca digital, como a Coleção de Obras Raras ou a que traz as obras editadas pela Edições Câmara, que inclui autores que não pertencem ao quadro da instituição. Ainda de acordo com a classificação proposta por Costa e Leite (2009), a Biblioteca Digital pode ser enquadrada como repositório de dissertações e teses, porque também está encarregada de recolher a produção acadêmica dos servidores, tanto a gerada em cursos oferecidos internamente, como a produzida em cursos feitos em outras instituições. Outro aspecto observado é que ela possui um tema dominante, que é o processo legislativo, e temas correlatos, o que poderia também enquadrá-la na categoria de repositório temático. A sua denominação como Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados se deve ao fato de que a sua vinculação principal, no que se refere ao planejamento e administração, é com a Coordenação de Biblioteca, mas ela poderia também ser denominada sem nenhum problema como Repositório Digital da Câmara dos Deputados.

Seja qual for a categoria em que ela se encontre ou a denominação que receba, a biblioteca ou repositório digital continua possuindo os mesmos objetivos de uma biblioteca tradicional e exigindo o mesmos cuidados que esta no seu planejamento. A diferença entre as duas se dá tão somente no tipo de suporte dos documentos que cada uma disponibiliza e na forma pela qual estes são acessados.

Com os mesmos propósitos, funções e metas da biblioteca tradicional, “[...] a parte digital do termo indica meramente que os materiais são armazenados e acessados digitalmente” (WAINWRIGHT, 1996 apud VIDOTTI; SANT’ANA, 2006, p.79); sua criação deve seguir os mesmos passos de uma biblioteca tradicional, ou seja, a aquisição, o processamento técnico, a recuperação, a disseminação, o atendimento ao usuário e a preservação. Ainda de acordo com estes, “[...] torna-se necessário um estudo sobre as funcionalidades, as características e os serviços a serem oferecidos, bem como uma política de desenvolvimento de coleções baseada em tipos documentais, conteúdos informacionais e público alvo, além de uma política de preservação” (VIDOTTI; SANT’ANA, 2006, p. 78).

Cunha (2008, p. 5) destaca que “[...] a biblioteca digital combina a estrutura e a coleta de informação, tradicionalmente usada por arquivos e bibliotecas, com o uso da informação tornada disponível com o uso da informática”. A ideia, no entanto, de que ela é simplesmente um sistema de armazenamento e acesso de informações eletrônicas tem sido substituída pela ideia de um ambiente voltado para o compartilhamento de informações (SAYÃO, 2009). Isso extrapola os recursos eletrônicos normalmente oferecidos pela biblioteca tradicional, cujo acesso restringe-se quase sempre aos usuários do ambiente no qual ela está inserida. Na biblioteca digital este acesso não possui limites.

A biblioteca convencional, na visão de Cunha (2008), dificilmente alcançará o potencial informacional da biblioteca digital, mas, apesar disto, não deve ser considerada como um organismo à parte. A biblioteca digital, vista como algo revolucionário, é, na verdade, fruto da evolução daquilo que as bibliotecas começaram a oferecer a partir da década de 70, como catálogos *on-line*, acesso a bancos de dados e uso de cds para recuperar referências e textos completos de artigos de periódicos e outros documentos (CUNHA, 1999).

Para a comunidade biblioteconômica e da ciência da informação, ela é vista não como um mero sistema de computação, mas como uma extensão lógica do que eles vêm fazendo há muito tempo. Para estes profissionais, a biblioteca digital é um estágio a mais no desenvolvimento de novos meios de publicação

e soma uma responsabilidade à biblioteca, que é a de ser também uma publicadora (SAYÃO, 2009).

A criação de uma biblioteca digital, como acontece na tradicional, exige, portanto, um planejamento de acervo e serviços que reflita as necessidades do usuário. Este procedimento não é, no entanto, o que costuma ocorrer na criação de muitas delas. A maioria foi criada a partir de uma massa documental que cresceu e passou a exigir um tratamento diferenciado por parte das instituições que a abrigam, sem uma pesquisa prévia sobre as necessidades do usuário. O caminho tomado foi totalmente o inverso: ao invés de se criar um acervo que inclua documentos que já se saiba previamente serem interessantes aos usuários, toma-se um acervo digital já existente e facilita-se o seu acesso na suposição de que isto o tornará mais útil e interessante ao público.

O processo de surgimento de muitas bibliotecas tradicionais também foi semelhante ao descrito acima, ou seja, foram fruto de acervos preexistentes que foram reunidos para a sua criação, mas nestas é bem mais fácil avaliar a satisfação dos usuários e assim adaptar serviços e acervos às suas necessidades.

A avaliação de necessidades destes usuários, necessária para o planejamento de produtos e serviços, pode ser feita nas bibliotecas convencionais, por exemplo, por meio da realização periódica de inventários do acervo ou de pesquisas entre os usuários para avaliar se o acervo e os serviços oferecidos estão correspondendo às necessidades deles. Também é possível avaliar o retorno do que um acervo está proporcionando aos seus usuários por meio de outros serviços que a instituição oferece, como serviços de referência e atendimento presencial, bem como através de estatísticas decorrentes deste atendimento.

Só se pode conceber informação como tal quando esta contribui para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade e quando é capaz de gerar novos conhecimentos. A simples facilitação ao seu acesso não significa que ela esteja atingindo seus objetivos (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009). Ter conhecimento de que um documento foi acessado não significa necessariamente que ele foi utilizado para qualquer finalidade, ou seja, que a informação gerada está realmente atingindo os seus objetivos.

O sistema no qual a biblioteca digital está inserida pode proporcionar estatísticas precisas sobre quais documentos estão sendo mais acessados e até a partir de que parte do mundo isto está acontecendo, mas é impossível saber se estes acessos estão atendendo às expectativas dos usuários e resultando em algo concreto na vida destes.

Mckay (2007) destaca que os relatos de uso real dos repositórios são desconhecidos, o que significa que: não se sabe se os usuários pertencem ou não à instituição de acolhimento; se eles os encontram por meio da página inicial da instituição na *web* ou por mecanismos de pesquisa; não se sabe que tipo de informação procuram e usam, nem como eles usam as funcionalidades oferecidas por essas fontes de informação. Segundo Mckay (2007), é difícil determinar quem o usuário realmente é e onde está.

Uma questão igualmente importante é a relação entre a biblioteca digital e o seu usuário, que pode ser diferente da encontrada na biblioteca tradicional. Cunha (2008), ao traçar um paradigma entre as bibliotecas convencionais atuais e as bibliotecas digitais, denominadas por ele de bibliotecas do futuro, apresenta a transformação desta relação com uma das mudanças que deverão ocorrer. Nas bibliotecas tradicionais, segundo ele, as necessidades dos usuários e seus níveis de aprendizado são facilmente identificáveis, possibilitando à instituição planejar produtos e serviços para estes. Nas bibliotecas digitais, no entanto, os usuários podem apresentar níveis diferentes de necessidades e de conhecimento e estes padrões, de difícil identificação, podem mudar rapidamente. Ainda sobre esta questão, Puntoni (2009) também aponta para uma modificação nos usuários e salienta que um projeto de publicação em linha deve prever inclusive uma alteração da qualificação destes usuários, que terão seu número ampliado em virtude da facilitação das possibilidades de acesso.

3. Usuários

Mas afinal quem é esta figura tão discutida no mundo da informação? Talvez levando em consideração que a informação é um bem e por isso possui algum preço, alguns passaram a denominá-lo também como “cliente”. Seja qual for o nome com o qual é chamado, ele é o “[...] agente essencial na concepção, avaliação, enriquecimento, adaptação, estímulo e funcionamento de qualquer sistema de informação” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 482). Nenhum sistema de informação, seja real ou virtual, deve existir sem tê-lo em mente em primeiro lugar.

Na literatura encontramos outros autores que também o definem. Costa, Silva e Ramalho assim o descrevem: “Um usuário da informação ou grupo de usuários pode ser definido como aquele indivíduo ou coletivo que, necessitando de informação, utiliza-a”. Sanz Casado (SANZ CASADO apud COSTA, SILVA; RAMALHO, 2009), define-o como “[...] aquele indivíduo que necessita de informação para o desenvolvimento de suas atividades”.

Os autores acima citados categorizam os usuários de maneira semelhante. Guinchat e Menou (1994) os dividem em três categorias: os que não estão na vida ativa profissional; os engajados na vida ativa, cujas necessidades de informação se originam da sua vida profissional; e o cidadão cujas necessidades de informação são gerais e ligadas à sua vida social. Sanz Casado, (SANZ CASADO apud COSTA, SILVA; RAMALHO, 2009), estabelece quatro grupos: o pesquisador e o docente; a indústria; o administrador e o planejador; e o político e o cidadão comum. Ambos concordam que esta análise deve ser aprofundada e baseada na finalidade a que a informação se destina, e não a quem ela deve ser dirigida, já que um mesmo indivíduo pode se enquadrar em diversas categorias.

Sobre usuários de bibliotecas digitais, também McKay (2007) os classifica em três grupos principais: os autores; as pessoas que buscam informações; e os criadores ou mantenedores de dados. Estes dois últimos grupos são, segundo este autor, particularmente pouco estudados.

4. Estudos de usuários

O surgimento dos estudos de usuários adveio da necessidade de investigar melhor os usuários dos sistemas de informação. Só por meio deste conhecimento é possível saber se a informação está realmente servindo para o crescimento do indivíduo e da sociedade e se ela está realmente sendo usada para gerar novos conhecimentos.

Costa, Silva e Ramalho (2009) apontam como objetivos dos estudos de usuários, dentre outros, “[...] investigar se as necessidades de informação, de usuários de um sistema de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada ou não, permitindo a compreensão objetiva de como este mesmo processo de satisfação se dá para a sua melhor eficácia e eficiência”. Também Figueiredo (1994, p. 7) os define como “[...] investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada”. Estes estudos, segundo a autora, encorajam os usuários a tornarem conhecidas suas necessidades e os colocam na posição de responsáveis pelo atendimento dessas necessidades.

Os primeiros estudos do gênero de que se tem notícia datam de 1876, quando Public Libraries in the United States divulgou fatos e dados estatísticos sobre as bibliotecas públicas norte-americanas (LANCASTER apud CUNHA, 1982, p. 6). Figueiredo (1983) aponta também como pioneiros os estudos feitos por bibliotecários associados aos docentes da Escola de Biblioteconomia da Universidade de Chicago na década de 1930 sobre usuários de bibliotecas públicas. Estes estudos enfatizavam principalmente os problemas sociais e de trabalho dos usuários e as tarefas por eles desempenhadas.

Na década de 1940 os estudos de usuários tinham como objetivo agilizar e aperfeiçoar serviços e produtos prestados pelas bibliotecas e se restringiam à área de ciências exatas (FERREIRA, 2002 apud COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009).

Em 1948, surgiu uma nova linha de estudos que focalizava a maneira como técnicos e cientistas procediam para obter informação ou como usavam a literatura em suas respectivas áreas (FIGUEIREDO, 1983). Estes estudos, apresentados por Bernal e Urquhart na Conferência de Informação Científica da Royal Society, foram os primeiros a enfocar mais minuciosamente essa questão (FERREIRA, 2002 apud COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009). Os estudos realizados na década de 1950 preocupavam-se com grupos de usuários específicos e abrangeram também as ciências aplicadas (FERREIRA, 2002 apud COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009).

Nos anos de 1960 as abordagens principais passaram a ser o comportamento dos usuários, o fluxo de informação e os canais formais e informais (FERREIRA, 2002 apud COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009). Os estudos eram meramente quantitativos e tinham como preocupação a identificação da frequência de uso de determinados materiais, sem detalhar os diversos tipos de comportamentos informacionais (CUNHA; BAPTISTA, 2007). Neste período surgiu o termo “estudo de usuário”, já que até então o tema estava incluído em uma área denominada “levantamento bibliotecário” (CUNHA, 1982).

A preocupação na década de 1970 passa a ser maior com os usuários e com a satisfação de suas necessidades de informação. Os estudos estendem-se a outras áreas do conhecimento, como humanidades, ciências sociais e administrativas. São dessa época os primeiros trabalhos na literatura especializada sobre o assunto (FERREIRA, 2002 apud COSTA; SILVA; RAMALHO). Ainda sobre esse período, Cunha e Baptista (2007) relatam a preocupação da identificação de como a informação era obtida e usada. As pesquisas desta década traziam abordagens relacionadas ao tempo de resposta e enfatizavam a facilidade de acesso como determinante para a utilização da informação, bem como os critérios usados pelo usuário para a busca da informação (FIGUEIREDO, 1994 apud CUNHA, BAPTISTA, 2007 p. 171).

A partir de 1980, os estudos voltaram-se para a avaliação de satisfação e desempenho. Cunha e Baptista destacam ainda a preocupação com a automação e a utilização de teorias de outras áreas, como o *marketing*, psicologia e comunicação

social (CUNHA; BAPTISTA, 2007). Até a década de 1980, os estudos de usuário voltavam-se basicamente para o aspecto quantitativo. As abordagens que consideravam aspectos qualitativos só começaram a tornarem-se mais frequentes a partir da década de 1990 (CUNHA; BAPTISTA, 2007).

5. A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, como a maioria das bibliotecas digitais conhecidas, foi concebida a partir da constatação da existência de uma enorme quantidade de conteúdos digitais gerados pela instituição. Esta massa documental, que cresceu ao longo dos anos, já se encontrava disponível no portal institucional, mas de uma maneira bastante dispersa, o que dificultava o acesso a ela. A criação de um ambiente único que reunisse todos estes documentos e ainda oferecesse ferramentas que facilitassem a sua pesquisa foi a solução encontrada para garantir um melhor gerenciamento destes conteúdos de maneira a compartilhá-los com a sociedade e dar a eles uma maior visibilidade e transparência sobre o que é produzido na Casa. Esta é a atitude que deve pautar as ações de instituições públicas como a Câmara dos Deputados, pois contribui para que essa informação seja devidamente preservada.

O projeto inicial foi apresentado em 2005, mas, em virtude de restrições surgidas na época, sua implantação foi adiada pelo Centro de Informática da Câmara dos Deputados, só voltando à pauta em 2008, quando foram realizadas as primeiras ações para colocá-lo em prática. O projeto entrou, inclusive, como um dos elencados no Programa de Desmaterialização da Câmara dos Deputados, que possui dentre as suas linhas de ação a gestão e a preservação de conteúdos digitais e a mudança da cultura organizacional para reduzir o uso de documentos impressos.

Após análise dos recursos disponíveis, optou-se pelo *software* DSpace⁴ para abrigar a Biblioteca Digital. O DSpace é um *software* livre desenvolvido pelo

⁴ <http://www.dspace.org/>

Massachusetts Institute of Technology (MIT), em parceria com a Hewlett-Packard Company. A maioria dos *softwares* desse gênero é de código aberto e vem sendo utilizada primordialmente em bibliotecas acadêmicas, berço dos repositórios digitais, cujo conteúdo e formato diferem um pouco da proposta de uma biblioteca governamental como a da Câmara. A utilidade dos *softwares* utilizados na criação de repositórios institucionais, de acordo com Leite (2009), ultrapassa a jurisdição do ambiente acadêmico e científico. Segundo ele, estes podem ser aplicados para a construção de serviços de informação em outros contextos, como o de instituições governamentais e o de empresas. O IBICT, Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia, descreve o DSpace como um sistema desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada, e aponta como uma das suas características a fácil adaptabilidade.

Uma das razões que pesaram na escolha do DSpace, entre outros do gênero que também foram cogitados, foi justamente o fato de que ele já havia sido adaptado com sucesso em outras bibliotecas governamentais, como a do Senado Federal e a do Superior Tribunal de Justiça. As experiências dessas instituições poderiam ser utilizadas na implantação do DSpace na Câmara dos Deputados.

6. O acervo

Um repositório institucional deve ser um projeto em colaboração entre diversas unidades de uma instituição, reunindo especialistas e esforços de várias unidades, com representação de toda a instituição (GIBBONS, 2004 apud TOMAÉL & SILVA, 2007). E foi partindo deste princípio que a Biblioteca Digital foi concebida, não como um projeto da área específica (no caso o Centro de Documentação e Informação), mas como um projeto que envolvesse as diversas áreas responsáveis pela produção dos documentos.

Leite (2009) aponta como um dos grandes desafios na criação de um repositório institucional a garantia de participação da comunidade. De acordo com

ele, estudos sobre a adoção de repositórios têm demonstrado que os fatores maximizadores do seu uso têm sido a institucionalização de políticas de depósito obrigatório e a adesão da comunidade. Foi pensando neste aspecto que, dentre as ações desenvolvidas para a implementação do projeto, incluiu-se a cooptação de parcerias com órgãos da Casa detentores de documentos digitais. Esta colaboração foi obtida por meio da celebração de acordos de serviço com estes órgãos, de modo a tornar compulsório o envio desses documentos para inclusão no acervo da Biblioteca Digital. Esses acordos foram celebrados após encontros com dirigentes das áreas, no sentido de convencê-los da importância do projeto e dos benefícios advindos de sua implantação.

O acervo inicial foi constituído por documentos gerados por estes órgãos, como a Consultoria Legislativa (Conle) e Consultoria de Orçamento (Conof), livros editados pela Edições Câmara, além de um pequeno acervo de obras raras digitalizadas provenientes do acervo da Biblioteca Pedro Aleixo. Outras coleções, como a alusiva à Constituição Brasileira, que inclui os textos constitucionais e vídeos do programa Diário da Constituinte, apresentado em duas edições diárias durante o período de elaboração da nova Carta, foram incluídas. Também fizeram parte do acervo inicial arquivos em áudio de alguns textos legais, inclusive do próprio texto constitucional, e periódicos editados pela Casa, como a Revista Plenarium e a Revista E-Legis, publicada pelo Centro de Formação e Treinamento (Cefor). Este último também ganhou uma coleção. Nela são depositados os trabalhos produzidos pelos servidores concluintes dos cursos de especialização oferecidos pelo Cefor, bem como outros trabalhos relativos a treinamentos recebidos fora do âmbito da Câmara dos Deputados. Outras coleções foram incorporadas ao acervo, como a referente ao cinquentenário de Brasília, denominada Brasília no Poder Legislativo, que inclui discursos de parlamentares sobre o assunto, além de documentos pertencentes ao acervo da Coordenação de Arquivo e outras publicações relativas ao tema.

7. Bibliotecas digitais no Brasil e no mundo

Existem dezenas de instituições que disponibilizam seus acervos digitais. Muitas são ligadas a instituições acadêmicas, outras disponibilizam acervos com conteúdo variado sobre assuntos diversos, também interessantes para o público em geral.

No *site* da Digital Library Federation (DLF), um consórcio que reúne bibliotecas e agências pioneiras no uso da tecnologia da informação eletrônica na extensão de suas coleções e serviços, são relacionadas como membros cerca de 50 instituições, a maioria nos Estados Unidos e vinculadas a instituições acadêmicas, mas também bibliotecas públicas. Incluída nesta lista está a Biblioteca Alexandrina, localizada no Egito.

Alguns exemplos de bibliotecas digitais no Brasil e no mundo:

Tabela 1 – Bibliotecas digitais no Brasil e no mundo

NOME	DESCRIÇÃO
Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais da USP http://www.obrasraras.usp.br/	Conteúdo integral de títulos existentes nas diversas bibliotecas da universidade. Abrange várias áreas do conhecimento. Obras disponíveis para consulta ou impressão para uso não comercial. O acervo atual de obras totalmente digitalizadas é de 42 livros. Dos demais volumes, num total de 1224 títulos, 236 tiveram apenas as capas digitalizadas.
Brasiliana USP http://www.brasiliana.usp.br/	Acervo bibliográfico e documental sobre assuntos brasileiros.
Biblioteca Nacional Digital http://bndigital.bn.br/ http://www.wdl.org/pt/	Faz parte da Biblioteca Digital Mundial (World Digital Library); iniciativa da Unesco e da Library of Congress, disponibiliza gratuitamente e em formato multilíngue importantes fontes provenientes de países e culturas de todo o mundo.
Tom Jobim http://www.jobim.org/acervo/acervodigital.html#	Inclui áudio e vídeo, textos, partituras e iconografias do maestro Antônio Carlos Jobim. Além dele existem também coleções digitais com acervos pertencentes a Lúcio Costa, Dorival Caymmi e Chico Buarque.

NOME	DESCRIÇÃO
<p>Domínio público http://www.dominiopublico.gov.br</p>	<p>Objetiva promover o acesso a obras literárias, artísticas e científicas já em domínio público ou com divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal. Inclui atualmente 182660 textos, imagens, vídeos e arquivos de áudio disponíveis para consulta.</p>
<p>Projeto Gutenberg http://www.gutenberg.org/wiki/Main_Page</p>	<p>Criado em 1971, foi o primeiro <i>site</i> a oferecer livros eletrônicos. Disponibiliza mais de 3300 títulos que podem ser baixados gratuitamente.</p>
<p>Biblioteca Europeana http://www.europeana.eu/portal/</p>	<p>Disponibiliza recursos digitais de cerca de 1500 instituições europeias como museus, bibliotecas, arquivos e coleções audiovisuais, dentre elas a British Library, em Londres, o Rijksmuseum em Amsterdã e o Louvre, em Paris. Permite a exploração da história europeia desde a antiguidade até os dias atuais. Incluídos em seu acervo estão o livro de Isaac Newton sobre as leis do movimento, os desenhos de Leonardo da Vinci, e a pintura de Johannes Vermeer, Moça com Brinco de Pérola, além de objetos do Muro de Berlim.</p>
<p>American Memory http://memory.loc.gov/ammem/index.html</p>	<p>Acesso livre e gratuito a materiais como textos, áudios, vídeos, imagens, mapas e partituras que documentam a experiência americana, disponibilizados a partir de coleções da Biblioteca do Congresso e de outras instituições.</p>
<p>Senado Federal http://www2.senado.gov.br/bdsf/</p>	<p>Disponibiliza documentos de interesse do Poder Legislativo. Inclui livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos.</p>
<p>Superior Tribunal de Justiça – STJ (BDJUR) http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=353</p>	<p>Repositório de documentos jurídicos em inteiro teor, tais como capítulos de livros e periódicos, teses, dissertações, decisões jurisprudenciais, palestras e discursos.</p>
<p>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) http://bdttd.ibict.br/</p>	<p>Projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), coordenado pelo IBICT, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico.</p>
<p>Biblioteca de Teses e Dissertações da USP http://www.theses.usp.br/</p>	<p>Disponibiliza o conhecimento produzido pelos trabalhos defendidos na Universidade de São Paulo.</p>

NOME	DESCRIÇÃO
Scielo – Scientific Electronic Library On-line http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt	Coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.
Arxiv – Cornell University, http://arxiv.org/	O pioneiro dos repositórios acadêmicos traz <i>preprints</i> eletrônicos de artigos científicos nas áreas de matemática, física, ciência da computação, biologia quantitativa e estatística.

8. Metodologia

O conteúdo da Biblioteca Digital é constituído por muitos documentos que, a princípio, foram criados para o consumo interno, mas que podem despertar o interesse de outro tipo de público. O seu acervo pode, portanto, ser dirigido tanto ao público interno, servidores e parlamentares, como ao cidadão em geral. Este, por sinal, foi o usuário pensado como o principal durante a sua concepção, já que o público interno dispõe de outros meios de encontrar o conteúdo que deseja.

O público para o qual se dirige a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados é, portanto, bastante amplo e diversificado: pode ser um estudante, um pesquisador, ou simplesmente um cidadão comum buscando informação. Leite (2009) enfatiza como de crucial importância na determinação dos serviços e elaboração das diretrizes de funcionamento de um repositório digital o levantamento e avaliação das necessidades da comunidade à qual são destinados.

O sistema DSpace permite que o usuário realize um cadastro, que o habilita a receber informações sobre novas inclusões em suas coleções. Em janeiro de 2011, momento em que foram colhidos os dados para pesquisa, o número de usuários cadastrados era de 959. Deste total, 83 eram servidores da Câmara dos Deputados, sendo que 37 estavam cadastrados por estarem, de alguma forma, envolvidos na manutenção e administração do sistema e outros 15 não foram localizados no catálogo de endereços da Câmara, possivelmente por se tratarem de servidores não mais pertencentes ao quadro da Instituição. Essa primeira análise

pode levar a crer que o direcionamento dado ao público externo como público alvo estava correto e que é este mesmo o público que está sendo atingido.

Para colher dados para a pesquisa foram enviados questionários para os usuários cadastrados no sistema. Os usuários previamente identificados como servidores formaram um grupo diferente, para os quais o formulário foi enviado separadamente. Do restante, foi selecionada uma amostra correspondendo a cerca de 36% do total. Foram recebidas respostas de 52 usuários, aproximadamente 16% do total de formulários enviados.

Quanto aos usuários identificados como servidores, de 31 questionários enviados, o que corresponde a cerca de 0,3% do total dos cadastrados, somente quatro se dispuseram a respondê-lo, o que corresponde a cerca de 12% da amostra.

O questionário disponibilizado aos servidores foi enviado a eles no mês de novembro de 2010 e o destinado aos usuários externos entre os meses de janeiro e fevereiro de 2011. Constavam do questionário 20 questões, abertas e fechadas, que, além de informações sociogeográficas, como sexo, faixa etária e localização geográfica, indagavam ao usuário sobre suas motivações para a utilização da Biblioteca Digital, além de sua opinião sobre os serviços por ela prestados.

9. Análise dos resultados

9.1 Quem são os usuários da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados?

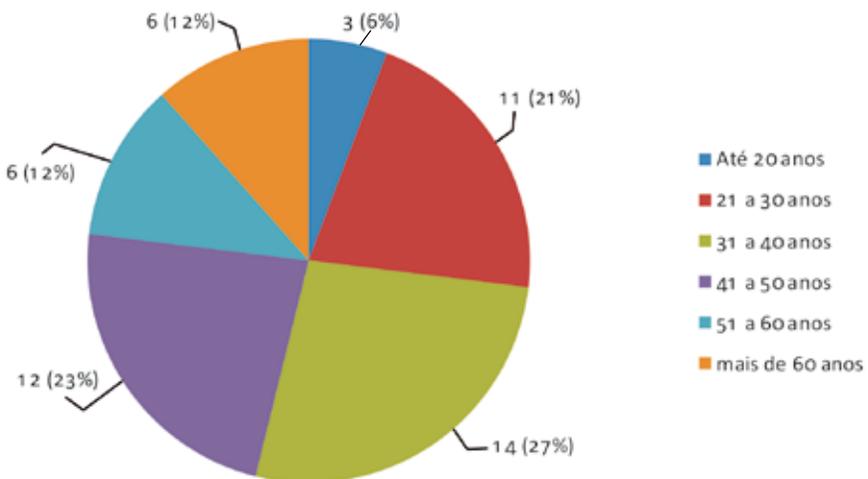
9.1.1 Sexo

Do total dos usuários que responderam ao questionário, 32 (62%) eram do sexo masculino e 20 (39%) do sexo feminino.

9.1.2 Faixa etária

As faixas etárias foram divididas em seis grupos: até 20 anos, 21 a 30 anos, 31 a 40 anos, 41 a 50 anos, 51 a 60 anos e 60 anos ou mais. A faixa com o maior número de respondentes foi a que abrangeu os que declararam ter entre 31 e 40 anos, na qual se enquadraram 27% dos usuários. Não muito distante deste número ficaram os usuários das faixas anterior e posterior: os usuários entre 21 e 30 anos e 41 a 50 anos que corresponderam respectivamente a 21% e 23% do total. Os usuários acima destas faixas, de 51 a 60 anos e os com idade acima disto tiveram ambos 12% do total. Os mais jovens, de até 20 anos de idade, representaram apenas 6% do total.

Figura 2 – Faixas etárias

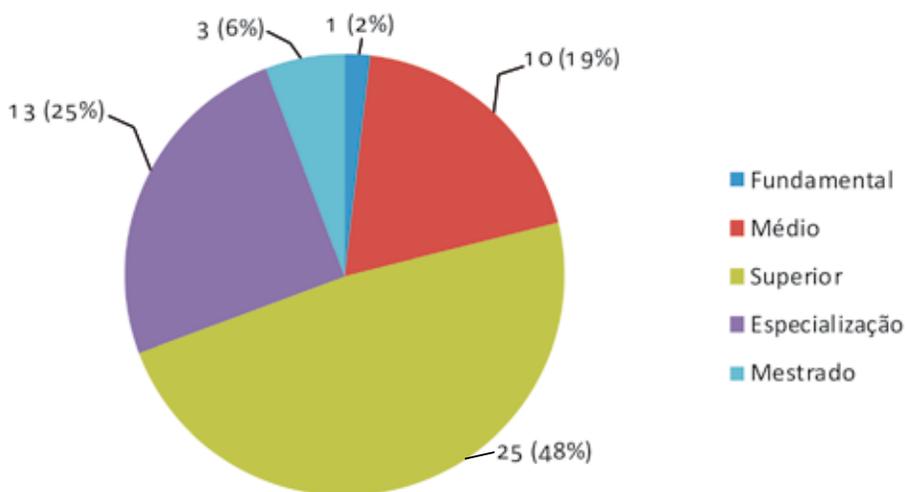


9.1.3 Nível de escolaridade

Foi solicitado aos usuários que indicassem o último nível completo e os resultados mostraram um nível de escolaridade bastante alto entre eles, pois 48% afirmaram possuir formação superior completa, 25% possuem algum curso

em nível de especialização e 6% afirmaram possuir grau de mestre. Os usuários com nível médio, incluindo dois que afirmaram estarem, no momento, cursando nível superior, corresponderam a 19% do total. Apenas um dos usuários declarou possuir somente o nível fundamental completo.

Figura 3 – Escolaridade



9.2 Onde estão os usuários da BD?

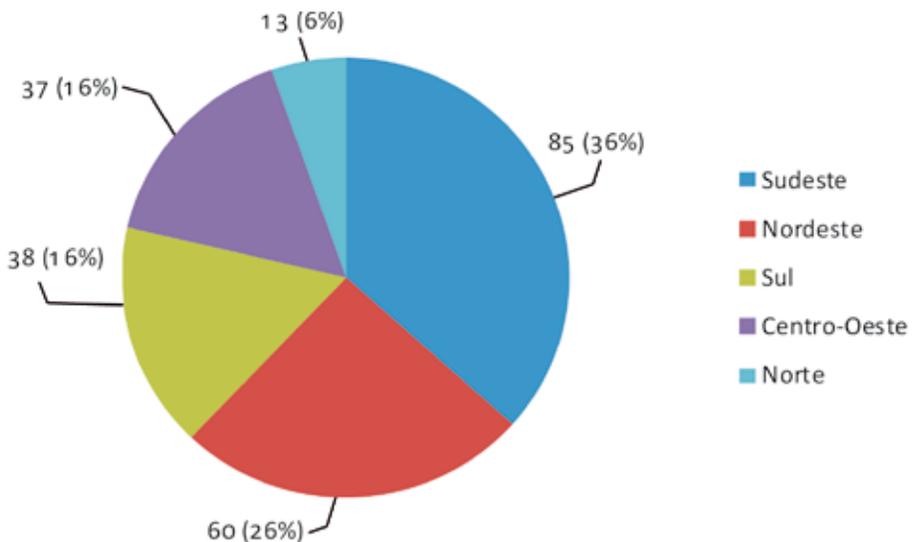
No momento do seu cadastro na Biblioteca Digital, ao usuário é solicitado preencher um campo no qual ele registra um número telefônico. Por meio desta informação foi possível identificar a localização dos usuários formadores da amostra para a qual foram enviados os questionários. Dos 318 usuários que a compuseram, isto foi possível em 233 por meio do código de Discagem Direta à Distância (DDD) fornecido por eles. Pelos dados obtidos foi possível se ter uma ideia da distribuição geográfica dos usuários da Biblioteca Digital.

A região que abriga mais usuários é a região Sudeste, com 36% do total da amostra, seguido pela região Nordeste, com 26%. Sul e Centro-Oeste ficaram

com 16% cada, apesar desta última ser, pelos dados do último censo do IBGE, a região menos populosa do Brasil. Pode-se creditar este fato ao bom nível de escolaridade da população do DF e pela sua proximidade com a Câmara dos Deputados, já que 62% dos usuários desta região declararam-se moradores desta localidade. A menor porcentagem coube à região Norte com apenas 6% do total dos usuários.

Na distribuição por estados, coube a São Paulo o maior número de usuários, que corresponderam a 14% do total, seguido de Minas Gerais e Distrito Federal, com 10% e Rio de Janeiro, com 9%. Nos estados da região Nordeste, a distribuição mostrou-se bastante diluída, sendo os dois estados mais representativos em número de usuários, o Ceará e a Bahia, ambos com cerca de 5% do total da amostra. O estado com menos representatividade foi Sergipe, com apenas 1% dos usuários.

Figura 4 – Distribuição geográfica por região – amostra

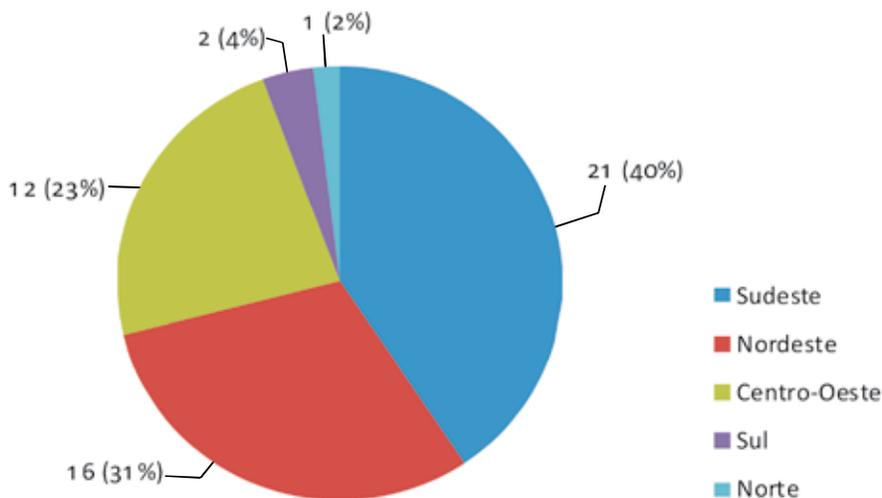


Uma outra análise foi feita utilizando somente os dados obtidos com as respostas dos questionários. Novamente as regiões Sudeste e Nordeste

se apresentaram como as regiões com maior número de respondentes, a primeira com 40% do total e a segunda com 31%. O terceiro lugar coube à região Centro-Oeste, com 23%. As regiões Sul e Norte ficaram com 4% e 2% respectivamente.

Os usuários residentes nas capitais foram encontrados em maior número, tendo sido registrados 28 usuários nesta condição contra 24 que declararam residir em outras cidades, embora em algumas regiões, como o Nordeste e Sudeste, os residentes de fora das capitais tenham sido maioria. Na região Centro-Oeste, não foi encontrado nenhum usuário residente no interior dos estados.

Figura 5 – Distribuição geográfica – respondentes

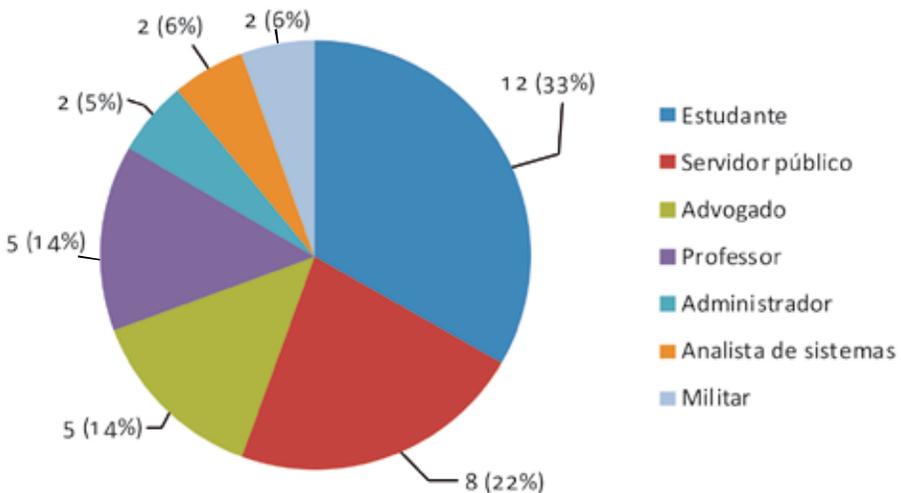


9.3 O que fazem os usuários da BD?

9.3.1 Ocupação

Os resultados desse item possuem valor mais qualitativo do que quantitativo, dada a diversidade de ocupações encontradas entre os que se dispuseram a responder a pesquisa. Muitos deles incluíram-se em mais de uma ocupação, o que não permite uma análise em termos percentuais baseada no número de respondentes, mas pelo número de ocupações encontradas: 56 no total. O maior número de usuários encontrado para uma só ocupação foi o da categoria dos estudantes, seguido dos que se declararam como servidores públicos. As ocupações declaradas por mais de um usuário podem ser visualizadas no gráfico abaixo:

Figura 6 – Ocupações mais encontradas



As ocupações ou profissões abaixo tiveram somente um representante entre os respondentes:

Tabela 2 – Outras ocupações

Aeroviário
Agente de controle de endemias
Arquiteto
Artesão
Artista plástico
Assessor parlamentar
Assessora
Bancário
Bibliotecário
Consultor de TI
Contadora
Eletricista
Empreendedor
Extensionista agrícola
Faturista
Jornalista
Operador de turismo
Pesquisador histórico
Representante comercial
Técnico em contabilidade

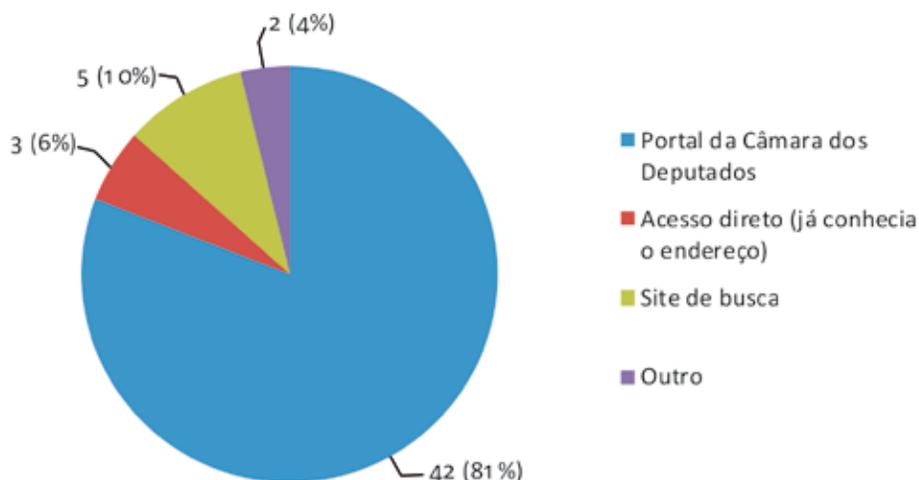
9.4 Como chegaram à Biblioteca Digital?

Foram oferecidas aos usuários três opções de escolha como forma de entrada para a Biblioteca Digital, além de um campo que permitia a este que registrasse alguma outra que não se enquadrasse em nenhuma das opções. O portal da Câmara⁵ foi o caminho apontado pela maioria dos respondentes como forma de acesso: 42 usuários, ou cerca de 81%, declararam ter tido acesso à Biblioteca Digital por meio dele.

Os *sites* de busca foram a segunda forma de acesso mais utilizada, correspondendo a 10% ou 5 usuários. Quatro respondentes apontaram especificamente o Google, e um não indicou nenhum *site* em particular.

Três usuários, 6% do total, afirmaram ter ido diretamente ao endereço da Biblioteca Digital, por já possuírem conhecimento prévio sobre esta, e um último grupo, composto de apenas dois usuários, afirmou ter chegado à Biblioteca Digital por indicação, tendo um deles registrado que a obteve comparecendo pessoalmente à Biblioteca da Câmara dos Deputados.

Figura 7 – Formas de acesso



⁵ www.camara.gov.br

Apesar da grande diferença encontrada entre os usuários que acessam a Biblioteca Digital diretamente do portal da Câmara dos Deputados e os que a encontram por meio da utilização de *sites* de busca, esta forma de acesso não deve ser minimizada. O sistema DSpace possui uma ferramenta na qual é possível visualizar a forma de entrada dos usuários na Biblioteca, inclusive se esta foi feita por meio de *sites* de busca como Google e outros. A consulta a esta ferramenta, que fornece essa informação em tempo real, indica que esta forma de entrada tem sido bastante utilizada. Por esse resultado pode-se levantar a hipótese de que, por ter sido a amostra retirada de uma lista de usuários cadastrados, estes podem fazer parte de uma categoria de pessoas que possuem interesse permanente em temas que fazem parte do conteúdo disponibilizado pela Biblioteca Digital e realizaram o cadastro a fim de se manterem sempre informados a respeito deles. O acesso pelo portal da Câmara, por sua vez, pode ser indicativo de que estes o consideram uma fonte de informação confiável para suas pesquisas a respeito da atividade legislativa. O usuário que encontra a informação da Biblioteca Digital de maneira indireta, por meio de *sites* de busca, pode ser aquele tipo que procura uma informação mais pontual e por isto não vê necessidade em manter vínculo com as fontes de pesquisa.

9.5 O Que buscam os usuários da BD?

9.5.1 Objetivos da pesquisa na Biblioteca Digital

Vinte e nove usuários disseram possuir como objetivo a busca de fontes para algum estudo ou trabalho, dos quais vinte e oito o identificaram claramente.

Observou-se que a finalidade mais frequente entre os usuários é a educacional e (ou) acadêmica. Dos usuários pesquisados que informaram esta finalidade, sete indicaram como objetivo final a produção de trabalhos de final de curso em diversos níveis: graduação, especialização e até mesmo doutorado. O mesmo número de usuários indicou como finalidade a produção de pesquisas acadêmicas ou escolares e três informaram ter buscado a Biblioteca Digital como

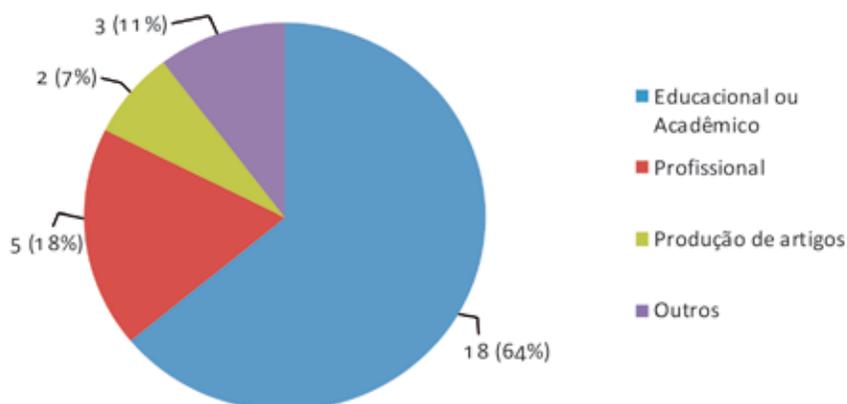
fonte de material para o estudo preparatório para concursos públicos. Um dos usuários indicou como objetivo a produção de artigo científico.

A pesquisa visando obter informações para uso profissional também foi encontrada entre os usuários: cinco deles informaram ter tido este tipo de objetivo. Merece registro o usuário que afirmou ter utilizado a Biblioteca Digital como fonte de informação para criação de outra biblioteca do mesmo tipo, o que pode indicar o interesse de outras instituições sobre o tema.

Dois usuários indicaram a produção de artigos como finalidade, mas não informaram serem seus artigos de natureza científica, acadêmica ou profissional.

Dos usuários restantes, um afirmou estar realizando uma pesquisa genealógica e buscou a Biblioteca Digital à procura de um título específico e o outro a buscou para obter material para uma “representação ao Ministério Público”. Este usuário pode ser um cidadão comum ou um advogado, produzindo algo referente à sua profissão, já que nas ocupações apontadas pelos respondentes foram identificados alguns representantes desta carreira. De qualquer maneira, essa resposta demonstra a utilização da Biblioteca Digital como fonte de informação na busca de algum direito, mesmo que indiretamente.

Figura 8 – Objetivos



Alguns usuários afirmaram não possuir nenhuma razão concreta para a pesquisa na BD, mesmo assim registraram seus objetivos. A busca de material para leitura e lazer foi o motivo alegado por dois desses usuários, sendo que um deles afirmou não estar no momento produzindo nada em especial, mas por possuir gosto pela leitura e não ter condições financeiras para bancar este prazer, costuma buscar na internet fontes gratuitas com as quais possa se satisfazer sem custos. Um usuário indicou como objetivo apenas a curiosidade pessoal como motivação para consultar a Biblioteca Digital.

9.5.2 Temas dos trabalhos

Dos 25 usuários que responderam a esta questão, 3 foram descartados por apresentarem respostas genéricas, tais como “diversos” ou “vários”. Observou-se uma predominância em temas ligados ao direito e legislação, dentro do que já era esperado, já que a ênfase temática do conteúdo da Biblioteca Digital é especificamente sobre esses assuntos.

Tabela 3 – Áreas e temas

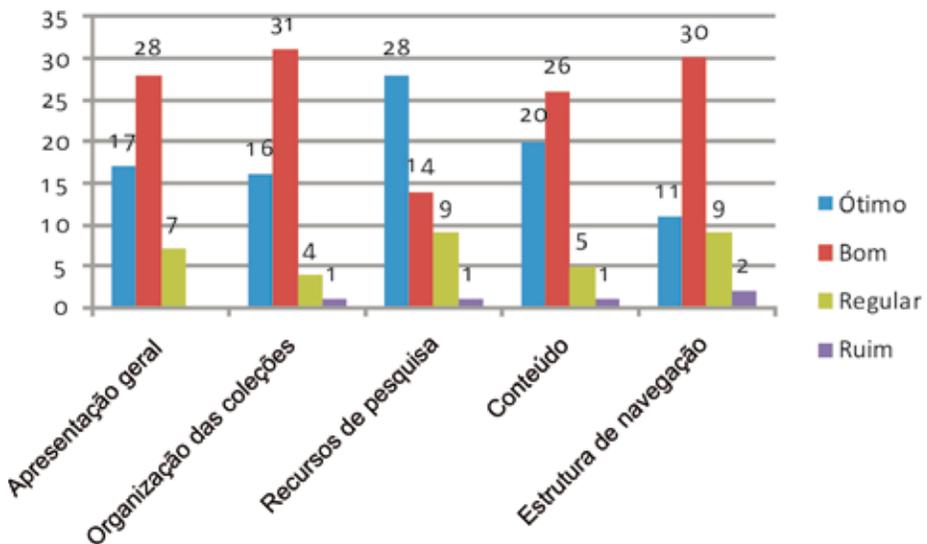
ÁREA	TEMA
Direito e legislação	Direito
	Registros civis e direito de família
	Legislação para concursos
	Dos crimes contra a vida
	Direito
	Direito eleitoral – fundo partidário
	Legislação tributária
	O poder de investigação do Ministério Público
	Legislação sobre mídia digital
História	A produção escrita de Primitivo Moacyr (1867 a 1942).
	Estradas de ferro e a vila inglesa de Paranapiacaba
	Período de ocupação holandesa no Brasil

ÁREA	TEMA
Processo legislativo	A atuação do Legislativo no governo Lula
	Processo legislativo
	Assessoria jurídico-parlamentar
Políticas públicas	História das políticas públicas de esporte no Brasil
Outros	Sobre a realidade da imprensa sul-mato-grossense
	Repositórios institucionais brasileiros
	Direitos humanos
	Literatura
	Impacto ambiental

9.6 O que pensam sobre a Biblioteca Digital?

Quatro aspectos foram apresentados aos usuários e estes foram solicitados a avaliá-los utilizando conceitos que iam do ótimo ao ruim. A maioria classificou a Biblioteca Digital no conceito “bom”, seguido do “ótimo”. No quesito “apresentação geral”, não houve nenhum usuário que o classificasse como ruim.

Figura 9 – Opiniões de usuários (exceto servidores)



Na segunda parte da questão, foi solicitado ao usuário que registrasse algum detalhe importante, como uma crítica ou sugestão. Onze usuários responderam a esta questão.

As respostas foram em geral bastante positivas, com alguns elogios explícitos e várias críticas ou sugestões de melhoria, basicamente com respeito ao conteúdo, a questões ligadas à pesquisa ou a dificuldades de navegação. Algumas respostas demonstraram a estreita ligação entre a biblioteca convencional e a digital, já que alguns usuários apresentaram sugestões que diziam respeito à primeira.

Algumas observações de usuários:

“[...] terminar de implantar o sistema de informática da biblioteca, para que seja possível reservar livro pela internet.”

“[...] precisaria acessar documentos parlamentares mais antigos (final do Império, 1ª e 2ª República).”

“Maior abrangência.”

“[...] poderia também ter os códigos comentados digitalizados.”

“O portal da Câmara poderia prestar uma homenagem ao escritor Alfredo de Carvalho publicando suas obras.”

“Gostaria que fosse otimizada a procura (pesquisa), maior acervo [...]”

“O caminho para chegar às leis do Império é tortuoso. Além disso, ele já foi mudado, o que importou alguma pesquisa até reencontrá-lo.”

“O banco de dados oferecido pela biblioteca da Câmara é muito rico, possibilitando uma série de pesquisas. No que concerne especificamente aos diários, gostaria de registrar que a apresentação em PDF é muito mais eficaz – já que possibilita a pesquisa de palavras e caracteres – do que a apresentação do Diário em forma de imagem – a qual, além de dificultar a navegação, não possibilita a busca de palavras.”

“Deveria haver item explicativo sobre a Biblioteca Digital (criação, histórico, equipe etc.).”

“A facilidade de pesquisa de variados temas.”

“De toda forma, estão de parabéns, pois é preciosíssimo o conteúdo que disponibilizaram. Tenho orgulho e respeito pelo seu trabalho.”

“A disponibilidade do conteúdo para estudo e pesquisa atende com satisfação às necessidades dos usuários.”

9.7 Usuários servidores da Câmara dos Deputados

9.7.1 Identificação

Dos usuários que responderam às questões, três eram funcionários efetivos, dois técnicos e um consultor legislativo. O quarto respondente foi identificado como pertencente ao quadro de secretariado parlamentar, que são servidores sem vínculo com a Câmara, contratados exclusivamente para prestarem serviços nos gabinetes dos parlamentares.

9.7.2 Nível de escolaridade

Três dos usuários respondentes afirmaram possuir curso de pós-graduação no nível de especialização e um declarou possuir o grau de doutor.

9.7.3 Objetivos

Assim como os resultados encontrados na pesquisa realizada com os usuários externos, a Biblioteca Digital, também entre os servidores, está servindo como fonte de pesquisas com objetivos educacionais e profissionais. Três dos respondentes afirmaram ter como objetivo a pesquisa para elaboração de trabalho de final de curso de especialização, e o outro usuário, para produção de notas técnicas, que são trabalhos produzidos pela Consultoria Legislativa.

9.7.4 Forma de acesso

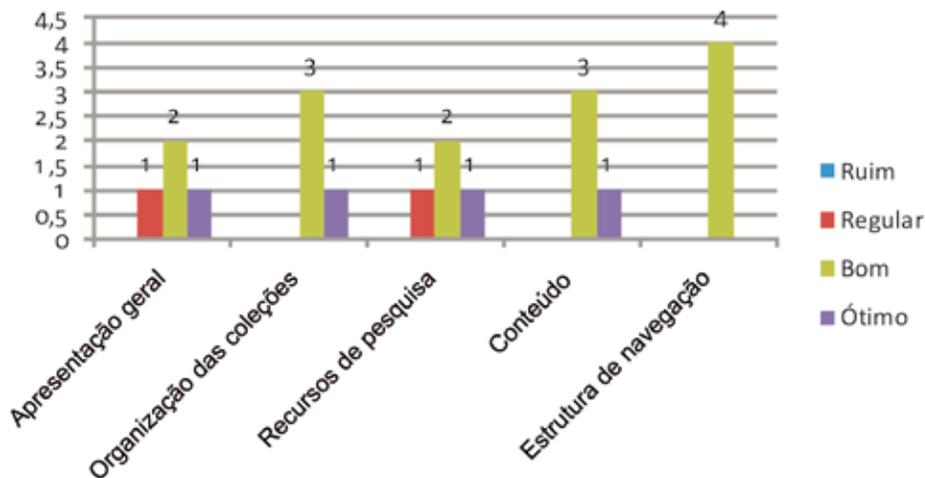
Três usuários afirmaram ter tido acesso à Biblioteca Digital por meio do portal da Câmara dos Deputados, e o quarto afirmou ter ido diretamente ao endereço por já ter conhecimento deste.

9.7.5 Opiniões

Confirmando os resultados encontrados na primeira parte da pesquisa, os servidores também demonstraram possuir uma opinião bastante positiva a respeito da Biblioteca Digital. Nenhum dos quesitos foi pontuado como ruim e as opiniões na sua maioria a enquadraram-se nos conceitos bom e ótimo.

Dois usuários opinaram sobre a Biblioteca Digital: um deles considerou que “a disponibilidade do conteúdo para estudo e pesquisa atende com satisfação às necessidades dos usuários”, e o outro fez uma crítica à ferramenta de pesquisa considerando-a “pouco intuitiva”.

Figura 10 – Opiniões de usuários – Servidores



10. Considerações finais

O perfil de usuário detectado nos resultados da pesquisa pode ser descrito simplificada e como o cidadão brasileiro que busca informação principalmente visando o seu estudo ou trabalho. Este perfil reflete perfeitamente o público que se desejava atingir e demonstra que o principal objetivo da Biblioteca Digital – que é disseminar os conteúdos informacionais gerados na Câmara dos Deputados, democratizando e facilitando o acesso a esses conteúdos e dando a eles visibilidade – tem sido plenamente alcançado. Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram a dimensão que a internet e suas ferramentas de comunicação podem significar para o exercício da democracia e para a promoção da cidadania por meio da informação, já que dentre os usuários foram encontradas pessoas provenientes de todas as regiões do país, as quais não teriam acesso à informação disponibilizada de outra maneira ou teriam dificuldade em obtê-la.

Embora, segundo os seus usuários, a Biblioteca Digital esteja alcançando resultados satisfatórios, alguns pontos foram observados e precisam ser trabalhados para que ela aprimore os seus serviços e se consolide no papel que vem representando.

Dentre as ações que devem ser implementadas está a integração do conteúdo da Biblioteca Digital aos resultados da ferramenta que é utilizada para buscas no portal da Câmara dos Deputados. Conforme ficou constatado, muitos usuários o utilizam como porta de entrada para a Biblioteca Digital, e esta ação contribuiria para proporcionar maior rapidez na procura pela informação desejada. O mecanismo de pesquisa desta biblioteca também deve ser aperfeiçoado, bem como deve ser viabilizada a modernização do *layout*, de maneira a permitir melhor navegabilidade e garantir uniformidade com o que é apresentado no portal, recentemente atualizado.

O conteúdo disponibilizado na Biblioteca Digital foi um elemento presente nos comentários dos usuários que, mesmo o tendo considerado como satisfatório, reivindicaram a inclusão de diversos conteúdos que eles gostariam de encontrar nesta. A maioria das sugestões apresentadas é, por diversas razões, inviável de ser aproveitada, mas este tema deve ser objeto de preocupação

permanente dos gestores, que devem se focar não apenas na inclusão de novos títulos, mas também na captação de novos conteúdos que sejam de interesse dos usuários e na busca de novos parceiros que possam contribuir para o enriquecimento do acervo.

Enfim, é necessário promover uma integração mais efetiva entre os serviços oferecidos no ambiente virtual e no real, por meio da incorporação dos registros referentes ao conteúdo digital aos catálogos *on-line*, bem como a criação de um ambiente único na *web* que agregue este e outros serviços já disponíveis aos usuários. Embora a pesquisa tenha sido dirigida especificamente aos usuários da Biblioteca Digital, muitos, ao manifestarem a sua opinião, referiram-se a aspectos que diziam respeito à biblioteca física. O que pode ser julgado, a princípio, como certa confusão entre os limites de uma e de outra, mostra, na verdade, que esta divisão não existe na cabeça dos usuários, o que confirma o que muitos autores afirmam: a biblioteca digital não deve ser considerada como um organismo à parte, ela deve estar perfeitamente integrada, e não somente agregada, à biblioteca do mundo real.

Referências

BAPTISTA, S.F.; CUNHA, M.B.. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000200011&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 3 mar. 2011.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. *Projeto: implantação da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados*. [Brasília]: Câmara dos Deputados, Coordenação de Biblioteca, 2008. 29 f.

BUSH, Vannevar. As we may think. *Atlantic Magazine*, July 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/as-we-may-think/3881>. Acesso em: 3 mar. 2011.

COSTA, L. F.; SILVA, A. C.; RAMALHO, F. A. Revisitando os estudos de usuários: entre a tradição e o alternativo. *DataGramZero: Rev. Ciênc. Inf.*, v. 10, n. 4, ago. 2009. Disponível em: http://www.datagramazero.org.br/ago09/Art_03.htm. Acesso em: 3 mar. 2011.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. F. et al. *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: Edufba, 2009. p. 163-202.

CUNHA, M. Biblioteca digital: bibliografia das principais fontes de informação. *Ciênc. Inf.*, Brasília, n. 39, nov. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1730/1359>. Acesso em: 3 mar. 2011.

_____. Desafios na construção de uma biblioteca digital. *Ciênc. Inf.*, Brasília, v. 28, n. 3, dez. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 mar. 2011.

_____. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. *Perspect. Ciênc. Inf.*, v. 13, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/221/388>. Acesso em: 3 mar. 2011.

DIGITAL repositories briefing paper: Higher Education Sector; Joint Information Systems Committee (JISC). 2005. Disponível em: <http://www.jisc.ac.uk/media/documents/programmes/digitalrepositories/repositoriesbp2005higher.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2011.

FACHIN, Gleisy Regina Bories et al. Gestão do conhecimento e a visão cognitiva dos repositórios institucionais. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 mar. 2011.

FIGUEIREDO, N. Aspectos especiais de estudos de usuários. *Ciênc. Inf.*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 1983. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1496/1114>. Acesso em: 3 mar. 2011.

_____. *Estudos de uso e usuários de informação*. Brasília: Ibict, 1994.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2. ed. Brasília: Ibict, 1994. 540 p.

HART, Michael et al. *História e filosofia do Project Gutenberg*. 2006. Disponível em: [http://www.gutenberg.org/wiki/PT-PG_Historia %2C_por_Michael_Hart#A_Filosofia_do_Project_Gutenberg](http://www.gutenberg.org/wiki/PT-PG_Historia_%2C_por_Michael_Hart#A_Filosofia_do_Project_Gutenberg). Acesso em: 3 mar. 2011.

KURAMOTO, H. *Repositórios institucionais de acesso livre: o que são?* Brasília: Hélio Kuramoto, 2008. Disponível em: <http://kuramoto.blog.br/2008/12/01/repositorios-institucionais-de-acesso-livre-o-que-sao>. Acesso em: 3 mar. 2011.

LEITE, F. C. L. *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto*. Brasília: Ibict, 2009. 120 p. Disponível em: http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositorios_institucionais.FLeite_atualizado.pdf. Acesso em: 3 mar. 2011.

McKAY, D. Institutional repositories and their 'other' users: usability beyond authors. *Ariadne*, n. 52, 2007. Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue52/mckay>. Acesso em: 3 mar. 2011.

PUNTONI, Pedro. As bibliotecas digitais e a sociedade da informação: perspectivas para as bibliotecas digitais no Brasil. *Rev. USP*, São Paulo, n. 80, fev. 2009. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892009000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 mar. 2011.

SAYÃO, L. F. Afinal, o que é biblioteca digital? *Rev. USP*, São Paulo, n. 80, fev. 2009. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892009000100002&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 3 mar. 2011.

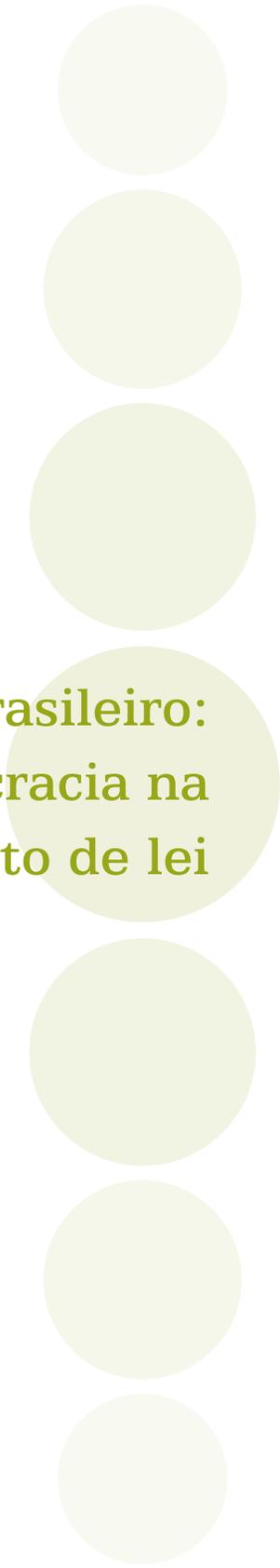
SOUZA, C.; QUONIAM, L.; TRIGO, Miguel. O repositório institucional como ferramenta de gestão do conhecimento: o caso da B-Digital da UFP. *Rev. Fac. Ciênc. Hum. e Soc.*, Porto, n. 5, 2008, p. 306-317. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/919>. Acesso em: 3 mar. 2011.

TOMAÉL, M.; SILVA, T. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), 8., Salvador, 2007. [*Anais...*]. Disponível em: www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf. Acesso em: 3 mar. 2011.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ADELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. *Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace*. 2005. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000719/02/viana358.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2011.

VIDOTTI, S. B.; SANT'ANA, R. G. *Infraestrutura tecnológica de uma biblioteca digital: elementos básicos*. In: MARCONDES, C.; KURAMOTO, H.; TOUTAIN, L. B.; SAYÃO, L (org.). *Bibliotecas digitais: saberes e práticas*. 2. ed. [Salvador]: Edufba; Brasília: Ibict, 2006. p. 77-91.

A WORKING definition of digital library. [S.l.]: Digital Library Federation, 1998. Disponível em: <http://www.diglib.org/about/dldefinition.htm>. Acesso em: 3 mar. 2011.



**Parlamento Jovem Brasileiro:
informação para democracia na
elaboração de projeto de lei**

Parlamento Jovem Brasileiro: informação para democracia na elaboração de projeto de lei

Maria Alice Gomes de Oliveira

Resumo

Este artigo apresenta pesquisa exploratória que teve como objetivo principal identificar o tipo de interação estabelecida entre os participantes do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) e as fontes informacionais institucionais disponibilizadas pela Câmara dos Deputados (CD). O PJB é um programa de simulação parlamentar destinado a estudantes do Ensino Médio e desenvolvido pela CD desde o ano de 2004. O processo seletivo para a participação no PJB é realizado por meio da submissão de um projeto de lei de autoria do estudante. A presente pesquisa procurou (i) identificar os recursos informacionais utilizados pelos deputados jovens para elaboração do projeto de lei; (ii) analisar de que maneira os jovens interagiram com as fontes informacionais institucionais da CD; e (iii) mapear o fluxo informacional entre a CD e os jovens, identificando facilitadores e barreiras. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 9 participantes do programa e aplicaram-se questionários a outros 66. Os resultados indicam que a Câmara dos Deputados deve se preocupar com os canais de comunicação com este público e também com o efetivo acesso às informações disponibilizadas.

Palavras-chave: fluxo informacional, Parlamento Jovem Brasileiro, gestão do conhecimento, legislativo, cidadania.

Abstract: *This article presents exploratory research aimed to identify the main type of interaction established between Brazilian Young Parliament (PJB) participants and institutional information sources provided by the Chamber of Deputies (CD). PJB is a parliamentary simulation program for students of high school and developed by CD since 2004. The selection process is accomplished through the submission of a bill authored by the student. The present study sought (i) to identify the information resources used by the young people to prepare the bill, (ii) to examine the ways in which young people interacted with information institutional sources of CD, and (iii) to map the information flow between CD and the young people, identifying barriers and facilitators. We conducted semi-structured interviews with nine participants of the program and we applied surveys to other 66. Results indicate that CD should be concerned with the channels of communication with that public and also with effective access to information made available.*

Keywords: *information flow, Brazilian Young Parliament, knowledge management, legislative, citizenship.*

1. Introdução

É crescente o debate sobre a relação entre o Legislativo e a sociedade no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação e também em meio à chamada crise do Legislativo.

As novas tecnologias de informação e comunicação têm gerado mudanças na interação entre a sociedade e o Estado. Atualmente, existe a possibilidade de uma comunicação mais intensa e rápida do cidadão com seus representantes, no sentido de expressar suas demandas e necessidades e também de acompanhar o trabalho desenvolvido por estes. Nesse sentido, as ações de *accountability* por parte da sociedade podem ser favorecidas. Por

outro lado, para responder às demandas sociais por transparência e como forma de assegurar legitimidade, o Estado tem procurado disponibilizar – principalmente por meio de seus portais virtuais – uma enorme gama de informações. No entanto, é preciso considerar que existe uma significativa distância entre a disponibilização da informação e seu efetivo acesso, compreensão e utilização por parte dos cidadãos.

No contexto do Legislativo, esta configuração também está presente e apresenta alguns contornos próprios. Por ser um poder cujas funções precípuas são representar, legislar e fiscalizar, a interação e a comunicação com a sociedade são fundamentais. Além disso, vários autores apontam para um contexto de crise no Legislativo, o que tornaria ainda mais importante – até mesmo vital – a comunicação efetiva com a sociedade.

Essa crise é descrita pelo enfraquecimento do Poder Legislativo frente aos demais poderes e pela perda de legitimidade e confiança da sociedade no parlamento. O atual momento é caracterizado como de subordinação do Poder Legislativo ao Poder Executivo, no qual a competência de legislar tem sido exercida com mais eficiência pelo último. Já a competência de fiscalizar estaria sendo exercida de maneira pouco eficiente, devido às configurações políticas do presidencialismo de coalisão. Por fim, a função de representar estaria ainda mais fragilizada pelo alto nível de desconfiança da sociedade com os congressistas diante de sucessivos escândalos de corrupção e pela percepção de que legislam em favor de seus próprios interesses.

Sabemos que é dever constitucional do Legislativo fornecer informações sobre sua atuação para a sociedade. No entanto, a partir do exposto até este momento, pode-se afirmar que, mais do que dever, é uma condição de existência para sua legitimidade. Além disso, é fundamental a preocupação com o efetivo acesso às informações disponibilizadas. Nesse sentido, adentramos o campo da gestão do conhecimento e da informação afirmando que o Legislativo deve considerar que conhecimentos estratégicos são criados na interação com a sociedade.

Diante desse quadro, consideramos ser essencial o desenvolvimento de pesquisas que abordem o fluxo informacional entre a sociedade e o Legislativo.

O presente estudo pretende oferecer uma pequena contribuição nessa direção. Seu objetivo principal é identificar o tipo de interação estabelecida entre os participantes do programa Parlamento Jovem Brasileiro e as fontes informacionais da Câmara dos Deputados. O Parlamento Jovem Brasileiro é um programa anual de simulação parlamentar que recebe 78 jovens de todo o Brasil, cujo critério de seleção é a elaboração de um projeto lei.

Os objetivos desta pesquisa podem ser desdobrados em:

- a. Identificar os recursos informacionais utilizados pelos(as) deputados(as) jovens para elaboração do projeto de lei;
- b. Analisar de que maneira os(as) jovens interagiram com as fontes informacionais institucionais da CD;
- c. Mapear o fluxo informacional entre a CD e os(as) jovens, identificando facilitadores e barreiras.

2. Campo conceitual

2.1 Democracia e informação

As discussões sobre a relação entre democracia e informação não são recentes. Partindo do estudo clássico de Bobbio (1992), trazemos sua tese de que uma das promessas não cumpridas da democracia pode ser observada no declínio da formação para a cidadania. A democracia depende de sujeitos que, por um processo formativo, assumem o papel de cidadãos ativos. E para exercer a cidadania ativa é preciso estar apto para o debate e para a realização de escolhas. Assim, a informação é indispensável para o exercício da cidadania e, consequentemente, para a democracia.

Na sociedade da informação, essa importância cresce exponencialmente, já que o mundo está cada vez mais complexo e interligado. No Brasil, alguns pes-

quisadores têm procurado investigar a relação entre democracia e informação no âmbito do Legislativo.

Prata (2007, p.11), estudando a dinâmica informacional presente em um seminário legislativo realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, desenvolve a tese de que “mecanismos de incentivo à participação política estimulam a circulação de informações entre os atores envolvidos, gerando um fluxo que pode reduzir o grau de assimetria informacional e ampliar o nível de *accountability* da ordem democrática, desde que os cidadãos participantes possuam competência informacional para lidar com temas públicos complexos”.

Nesse contexto, problematiza a questão da disponibilização da informação e o seu efetivo acesso, já que os cidadãos necessitariam desenvolver competências para lidar com estas informações. Outra questão interessante levantada por Prata é a indagação sobre quais cidadãos estariam interessados nas informações disponibilizadas pelo Legislativo, quem seriam as pessoas dispostas a empregar tempo, dinheiro e disposição para se informar, ou seja, quem são os atores interessados em arcar com os custos informacionais envolvidos nos processos de participação cidadã no contexto da democracia representativa.

Marques-Júnior (2008), tratando da informação como recurso político, afirma que, no contexto da democracia representativa, a realização de escolhas será mais adequada quanto maior o grau de informação e conhecimento possuído ou disponível pelos agentes envolvidos. E, como recurso político, a informação está distribuída de forma desigual na sociedade.

Seguindo a linha argumentativa do referido autor, o aspecto informacional torna-se ainda mais importante para a tentativa de fortalecer a democracia representativa com elementos participativos e deliberativos. Assim, citando Benhabib (2007 apud Marques-Júnior, 2008), ressalta o caráter epistemológico do próprio processo de deliberação que simultaneamente demanda e gera informação e conhecimento.

Ribeiro (2010), pesquisador também mineiro, em sua tese de doutorado, aborda as inovações levadas a cabo pelas Câmaras Municipais de seu estado no

sentido de estreitar e estabelecer novas maneiras de interação com a comunidade. Particularmente, estuda as inovações que levam à circulação e à produção de conhecimento e informação.

Muitas das experiências pesquisadas pelos autores mineiros relacionam informação, qualidade da democracia e, conseqüentemente, letramento político. Segundo Cosson (2008), o letramento político é o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para manutenção e aprimoramento da democracia. Assim, por meio do letramento político, seria possível desenvolver competências informacionais e até mesmo despertar nos cidadãos o interesse pelas questões da vida em comunidade e da democracia.

2.2 Sociedade da informação e o Legislativo

Como dito anteriormente, a sociedade da informação tem trazido mudanças no contexto do Legislativo e também na forma como ele é percebido pelos cidadãos. As Nações Unidas e o Inter-Parliamentary Union realizam, por meio do Global Centre for ICT in Parliament, uma pesquisa bianual sobre as práticas relacionadas às tecnologias de informação e comunicação (TIC) no contexto do Legislativo.

O relatório de 2010 foi baseado em uma pesquisa enviada a 264 membros de parlamentos de 188 países. Eles obtiveram 134 respostas. O texto enfatiza a comunicação com o cidadão e a demanda por transparência. Um dos grandes desafios na interação entre a sociedade e o Legislativo apontado pelo relatório é que os parlamentos não são tão familiarizados com tecnologias interativas-bidirecionais e a sociedade não é familiarizada com o processo legislativo.

Outra questão importante é o reconhecimento de que as novas tecnologias de informação e comunicação podem levar a uma expansão da arena democrática e possuem um potencial de renovação da relação entre política e cidadãos. Por outro lado, esta potencialidade trazida pelas TIC está colocada, paradoxalmente, em um contexto social de declínio da confiança nas instituições políticas e crescimento da insatisfação dos cidadãos com a política.

Ainda segundo o relatório, na adoção de novas tecnologias de informação e comunicação, também são desafios para o Legislativo o gerenciamento (inclusive político) das informações no que diz respeito ao volume, interação, responsividade, representatividade e valor. Um exemplo da complexidade deste gerenciamento são as e-consultas realizadas com a população: como envolver a população na consulta? Como lidar com o volume de participação obtida? Como mensurar o nível de representatividade das respostas obtidas? Como articular esta consulta eletrônica ao processo legislativo tradicional? Nesse aspecto, está em jogo, entre outros fatores, a gestão da informação e do conhecimento no contexto do Legislativo – aspecto que trataremos a seguir.

2.3 Gestão da informação e do conhecimento e fluxo informacional

A partir da perspectiva clássica de Nonaka e Takeuchi (1997), podemos afirmar que o conhecimento é gerado na organização por meio da interação social dos indivíduos que se engajam nos processos de transmissão do conhecimento – socialização, internalização, combinação e externalização.

Os estudos sobre gestão do conhecimento focalizam principalmente organizações privadas e com fins lucrativos. No entanto, é necessário pensar como as organizações públicas realizam a gestão do conhecimento e da informação. No caso do Legislativo, é preciso considerar que conhecimentos estratégicos são construídos justamente na interação com a sociedade a qual o parlamento representa.

Nesse sentido, trazemos o modelo de fluxo de informação construído por Leka e Almeida (1994). São descritas as seguintes etapas do fluxo de informação em uma organização:

Etapa 1 – Fluxo da informação coletada externamente à organização e utilizada por ela.

Etapa 2 – Fluxo da informação produzida pela organização e destinada a ela.

Etapa 3 – Fluxo da informação produzida pela organização e destinada ao mercado.

Esse modelo é interessante por enfatizar os vínculos entre a organização e o contexto externo. No caso do parlamento, isto é fundamental e bastante complexo, já que cada agente político pode ser visto como um grande catalisador de informações. Além disso, o parlamento, enquanto instituição, possui diversos processos nos quais a informação figura como protagonista. Assim, do ponto de vista institucional, é preciso compreender o fluxo informacional entre o Legislativo e a sociedade.

Nesse sentido, no presente trabalho, o fluxo informacional pode ser visto sob duas perspectivas:

1. uma perspectiva micro, que envolve a circulação da informação e a interação entre os autores (ex. Prata, 2007);
2. uma perspectiva macro, relacionada à gestão do conhecimento – mapeamento e intervenção nas etapas estruturadas e organizadas pelas quais o conhecimento (ou a informação) é criado, processado e transmitido na organização.

2.4 Parlamento Jovem Brasileiro (PJB)

O Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) é um programa de simulação parlamentar desenvolvido pela CD desde 2004. Recebe, anualmente, 78 jovens que são diplomados jovens deputados. No ano de 2010, recebeu 76 estudantes, pois houve duas desistências. As informações sobre o PJB foram extraídas do portal da Câmara dos Deputados na página sobre o programa: <http://www2.camara.gov.br/responsabilidade-social/parlamentojovem>.

Para participar do programa, o interessado deve elaborar um projeto de lei. Os projetos de lei são submetidos a uma pré-seleção nas secretarias estaduais de Educação e, posteriormente, a uma seleção final na CD, momento no qual são

analisados a constitucionalidade e outros critérios. Podem concorrer estudantes das últimas séries do Ensino Médio das redes pública e particular.

O número de projetos selecionados de cada estado segue a representação proporcional já existente na CD. Os estudantes autores dos projetos de lei selecionados vêm à Brasília participar de uma semana de simulação parlamentar, na qual os projetos são discutidos e votados.

Os projetos aprovados pelo PJB são encaminhados para a Comissão de Legislação Participativa da CD e podem ser encampados por um deputado e passar a tramitar como um projeto de lei na Casa.

No ano de 2010, a Câmara dos Deputados lançou um curso autoinstrucional sobre como elaborar um projeto de lei aos estudantes interessados em participar do programa. O curso, chamado “Como elaborar um projeto de lei?”, esteve disponível na página do PJB no portal da Câmara dos Deputados e também foi enviado em formato de cd para as secretarias de estado de Educação.

Cosson (2008) destaca que, por seu caráter informativo, as simulações parlamentares são reconhecidas pelas casas legislativas que as realizam como um importante instrumento educacional sobre o papel e o funcionamento do Legislativo. São avaliadas pelo autor como “um eficiente mecanismo de aproximação do Legislativo com o público escolar e de sensibilização para a vida política” (Cosson, 2008, p. 116). Uma característica interessante dessas simulações é a conjunção de reflexão e ação como instrumentos de educação para democracia.

Neste momento, retomaremos o trabalho de Prata (2007) para destacar um conceito de públicos participativos que foi utilizado por este autor para analisar a participação social nos seminários da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Este conceito foi desenvolvido por Wampler e Avritzer (2004) e compreende cidadãos organizados que buscam superar a exclusão social e política por meio da deliberação pública, da promoção de transparência e responsabilização (*accountability*) e da implementação de suas preferências políticas.

Acreditamos que os estudantes participantes do PJB podem ser considerados como público participativo, pois protagonizam um processo de redução da assimetria informacional. Desde o momento em que elaboram o projeto de lei, passam a ter acesso a um conjunto de informações desconhecidas para a maioria dos jovens da mesma faixa etária. Ao serem diplomados deputados jovens, estes participantes iniciam um processo de discussão coletiva sobre temas relevantes para suas realidades e podem, ao retornar para suas comunidades de origem, estar mais aptos para o exercício da cidadania.

3. Metodologia

3.1 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada durante a realização da XII edição do PJB, no período de 22 a 26 de novembro de 2010. Foi constituída por três etapas principais:

Etapla preparatória – Elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada e sua validação semântica.

A partir dos objetivos da pesquisa foi elaborado um roteiro para ser utilizado como guia para as entrevistas semiestruturadas. Esse roteiro foi submetido a uma validação semântica na qual suas questões foram lidas para dois estudantes secundaristas de escolas públicas do Distrito Federal com idades de 16 e 17 anos. Após a leitura, os adolescentes foram questionados sobre o que haviam compreendido em cada questão e se possuíam alguma dúvida. A reação dos adolescentes ao roteiro foi positiva, demonstrando compreensão das questões e não apresentando dúvidas quanto ao conteúdo. Vale ressaltar que essa etapa preparatória ocorreu antes da realização do PJB 2010.

Etapla de realização das entrevistas semiestruturadas – Foram realizadas 9 entrevistas semiestruturadas com participantes do XII PJB. As entrevistas

seguiram o roteiro previamente elaborado e duraram cerca de 15 minutos. Procurou-se entrevistar sujeitos de todas as regiões, os quais foram escolhidos de maneira aleatória, sendo abordados para participar da entrevista nos momentos de intervalo de suas atividades no programa.

Etapa de construção e aplicação de questionário – Após a realização das entrevistas semiestruturadas, o roteiro foi adaptado e elaboramos um questionário para ser aplicado a todos os participantes do programa. Não consideramos necessário realizar uma nova validação semântica, pois o questionário foi derivado do roteiro das entrevistas semiestruturadas, o qual se mostrou adequado à compreensão dos participantes.

O questionário foi composto por duas partes. A primeira parte, denominada Dados Gerais, continha questões fechadas ou semiabertas que abordavam dados demográficos dos participantes. A segunda parte, denominada Parlamento Jovem Brasileiro e projeto de lei, foi constituída por questões abertas e semiabertas abordando a maneira pela qual o estudante elaborou o projeto de lei e como interagiu com as fontes informacionais da CD para realizar este trabalho.

3.2 Sujeitos

Na etapa de entrevistas semiestruturadas foram entrevistados 9 integrantes do XII PJB. Na Tabela 1, apresentamos algumas características destes sujeitos.

Tabela 1 – Características dos participantes das entrevistas semiestruturadas

Características dos participantes das entrevistas semiestruturadas			
Sujeito	Estado de Origem	Sexo	Idade
S1	RO	M	18
S2	MS	F	17
S3	PA	M	21
S4	RS	F	17
S5	PA	F	17

Características dos participantes das entrevistas semiestruturadas

Sujeito	Estado de Origem	Sexo	Idade
S6	PI	M	19
S7	SP	F	17
S9	RJ	M	18
S10	SP	F	17

Já o questionário foi respondido por 66 participantes do XII PJB. Não foi possível aplicá-lo a todos, pois alguns não estavam presentes na ocasião. No entanto, a amostra representa 87% do total de deputados jovens, já que o XII PJB contou com 76 participantes. Informações sobre as características desta amostra serão apresentadas no item 4, seção de resultados e discussão.

3.3 Tratamento dos dados coletados

O conteúdo das entrevistas semiestruturadas foi transcrito e as informações obtidas foram submetidas a uma análise de conteúdo. As informações obtidas por meio dos questionários foram tabuladas – no caso das questões fechadas – ou submetidas a uma análise de conteúdo – no caso das questões semiabertas e fechadas.

A análise de conteúdo foi realizada por meio da identificação das categorias de respostas mais frequentes e, em seguida, por seu agrupamento e quantificação.

4. Resultados e discussão

Apresentaremos os resultados obtidos com a aplicação dos questionários e utilizaremos os resultados obtidos com as entrevistas semiestruturadas para ilustrar e enriquecer a análise, aprofundando a compreensão sobre os perfis informacionais dos participantes.

4.1 Dados demográficos

Pesquisamos o estado de origem, o sexo e a idade dos participantes, bem como o tipo de escola frequentada (se pública ou particular), a renda familiar, se possui acesso à internet, as fontes de informação utilizadas no cotidiano, se teve experiência prévia em programas de simulação e se participa de movimentos sociais. Como a amostra da pesquisa representou 87% do total de participantes do XII PBJ, acreditamos que os resultados obtidos são um retrato bem próximo da realidade da totalidade dos deputados jovens desta edição do programa.

Quanto à região de origem, os 66 participantes da pesquisa estavam distribuídos conforme apresentado na Tabela 2. Vale ressaltar que a região de origem foi verificada por meio do estado que o deputado jovem representou no PJB e onde ele reside, e não necessariamente pelo seu local de nascimento.

Tabela 2 – Distribuição dos participantes quanto à região de origem

Região	Número de participantes
Centro-Oeste	6
Nordeste	23
Norte	6
Sudeste	20
Sul	9
Sem informação	2

Com relação ao sexo, 55% dos participantes são do sexo masculino e 45% do sexo feminino. No que diz respeito à distribuição etária, 56% estavam com 17 anos; 19,7% com 18 anos; 13,6% com 16 anos; 7,6% com 19 anos e 3% tinham 20 ou mais anos de vida. A grande maioria dos participantes (91%) eram oriundos de escolas públicas.

Quanto à renda, obtivemos a seguinte distribuição: 44% declararam possuir renda familiar de até 2 salários mínimos; 33,3% possuem renda familiar de 3

a 5 salários mínimos; 15,2% possuem renda de 6 a 8 salários mínimos e 7,5% possuem renda familiar superior a 9 salários mínimos. A renda familiar refere-se à soma total dos rendimentos da família. Observa-se que quase metade dos participantes são de famílias de baixa renda.

Pesquisamos se os sujeitos já haviam participado de outras experiências de simulação. Entre os 66 participantes da pesquisa, apenas 7 (10,6%) já haviam participado de algum tipo de programa de simulação. Na Tabela 3, mostramos as experiências prévias relatadas por esses sete participantes e seus respectivos estados de origem.

Tabela 3 – Experiência prévia em programas de simulação e estado de origem

Estado de origem	Número de participantes	Experiência relatada
RS	1	"Vereador Mirim"
SP	3	"Parlamento Jovem Paulista"
TO	1	"Parlamento Jovem Mercosul"
SC	1	"Prefeito Mirim"
RJ	1	"Vereador Mirim", "Dep. Estadual Juvenil" e "Dep. Jovem Mercosul"

Com relação ao acesso à internet, apenas um participante declarou não ter acesso à rede mundial de computadores. A Tabela 4 apresenta a distribuição das respostas no que se refere ao local de acesso, lembrando que cada participante poderia indicar mais de um local de acesso. Observa-se que a maioria possui acesso à internet em casa, porém também é considerável o número daqueles acessam em *lan houses* e na escola.

Tabela 4 – Local de acesso dos participantes à internet

Local de acesso à internet	
Casa	67%
Lan House	17%

Local de acesso à internet	
Escola	18%
Outros	6%

Investigamos também quais as fontes de informação que os participantes mais possuem acesso em seu dia a dia. A TV (86,4%) e a internet (86,4%) predominam entre as fontes de informação mais utilizadas. 28,8% dos participantes afirmam se informar por meio de jornais impressos, 24,2% por meio de rádio e apenas 15,2% declaram que buscam informações em bibliotecas.

Por fim, perguntamos aos deputados jovens se eles(elas) participavam de algum movimento social. Para esta questão, consideramos movimentos sociais como ações de engajamento em atividades e (ou) organizações com objetivos sociais. Era uma questão fechada com a possibilidade de o participante indicar alguma outra opção que não estava listada. Entre os participantes, 53% afirmaram que participam de algum tipo de movimento social e a Tabela 5 detalha os tipos de participação mais frequentes relatadas por este grupo.

Tabela 5 – Tipo de participação relatada

Tipo de participação	Frequência de resposta
Grêmios estudantis	15,2%
Juventude de partido político	9%
ONG	6%
Associação	7,5%
Outros	15,2% (conselhos municipais, grupo jovens, conselhos escolares)

4.2 O Parlamento Jovem Brasileiro e o projeto de lei

Como afirmamos anteriormente, a segunda parte do questionário abordou questões relacionadas à elaboração do projeto de lei por parte dos jovens

deputados, questionando sobre os recursos informacionais utilizados para a realização desta tarefa. As questões trataram dos seguintes temas: como soube do programa; motivação para participar do PJB; o que o jovem deputado fez para escrever o projeto; se realizou algum tipo de pesquisa; se conversou com alguém; se utilizou algum recurso informacional da Câmara dos Deputados; e, por fim, se o jovem deputado já acessou o *site* da Câmara.

O PJB 2010 sugeriu como tema para os projetos de lei a questão do jovem e o mercado de trabalho. Nesse sentido, a grande maioria dos projetos versou sobre educação profissional, preparação para o mercado de trabalho e estágios. Alguns poucos projetos tratavam de outros temas como, por exemplo, meio ambiente.

Sobre a maneira pela qual tomaram conhecimento do programa, 80% dos participantes pesquisados relataram que souberam do programa por meio de suas escolas. Este resultado é compatível com a estratégia de divulgação do programa, que se dá por meio de coordenadores estaduais em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Esses coordenadores estaduais são servidores das secretarias estaduais de Educação que realizam a disseminação do programa justamente nas escolas.

Com relação à motivação para participar do programa, os jovens deputados apontaram os seguintes fatores motivadores:

Tabela 6 – Motivação para participar do programa

Motivação	Percentual de respostas*
Conhecer sobre política, sobre a Câmara dos Deputados, o processo legislativo e (ou) o trabalho do deputado	50%
Exercício de cidadania: contribuir para melhorar a realidade social do país, principalmente a dos jovens	29%
Adquirir experiência pessoal e profissional	14%
Incentivo dos pais e (ou) da escola	9%
Curiosidade	9%

Motivação	Percentual de respostas*
Conhecer Brasília e viajar de avião	8%
Outro	8%
Necessidade de participação e expressar opiniões	6%

* Percentual total superior a 100%, pois cada sujeito pôde manifestar mais de um fator motivador.

É interessante observar que a maioria das respostas podem ser caracterizadas como originadas de fatores de motivação intrínseca, ou seja, partem de interesses do próprio participante e não estão diretamente relacionadas a algum tipo de premiação ou punição. Esses jovens demonstram como motivações principais o desejo de conhecer sobre política e sobre a Câmara dos Deputados e a crença de que sua participação no PJB contribuirá para melhorar a realidade social brasileira, principalmente a dos jovens.

Questionamos os jovens deputados sobre a maneira pela qual elaboraram o projeto de lei, ou seja, o que fizeram para elaborá-lo. Esta foi uma questão aberta, sem a sugestão de nenhuma opção de resposta e traz a primeira resposta espontânea dos estudantes sobre a elaboração do projeto. A Tabela 7 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 7 – Maneira de elaboração do projeto de lei

Maneira pela qual elaboraram o projeto	Percentual de respostas*
Realizou pesquisa sobre o tema de seu projeto de lei e (ou) de leis correlacionadas	35%
Partiu de sua experiência pessoal e de observação e vivência cotidianas	27%
Conversou e (ou) teve ajuda dos professores	21%
Obteve ajuda de familiares	11%
Conversou e (ou) realizou levantamento com outros jovens	6%

Maneira pela qual elaboraram o projeto	Percentual de respostas*
Seguiu as orientações da Câmara dos Deputados e do curso “Como elaborar um projeto de lei?”	6%
Outro	7%

* Percentual total superior a 100%, pois cada sujeito pôde indicar mais de uma resposta.

Observa-se que a realização de pesquisa foi uma estratégia muito relatada (35%), embora os participantes tenham enfatizado também a utilização de recursos já disponíveis: experiência pessoal e observação cotidiana, apoio dos professores e dos familiares. Alguns jovens realizaram levantamento com colegas e, a seguir, veremos que este percentual pode ser superior ao observado nesta questão. Vale ressaltar que poucos participantes citaram a Câmara dos Deputados em suas respostas. Nas questões seguintes do questionário pode-se aprofundar um pouco mais sobre os recursos informacionais utilizados.

Perguntamos aos participantes se realizaram algum tipo de pesquisa. Apenas 12 participantes responderam que não realizaram nenhum tipo de pesquisa, o que representa 18% da amostra pesquisada. Entre aqueles que responderam afirmativamente (82%), os tipos de pesquisa relatadas foram:

Tabela 8 – Tipo de pesquisa realizada na elaboração do projeto de lei

Tipo de pesquisa realizada para elaboração do projeto de lei	Percentual de respostas
Pesquisou na internet	40%
Pesquisou sobre a realidade escolar e de trabalho dos jovens	23%
Pesquisou na Constituição e em outras leis	19%
Realizou pesquisa de opinião entre os colegas	15%
Pesquisou em livros e em bibliotecas	10%
Realizou pesquisa de campo em instituições	8%
Realizou pesquisa sobre leis e projetos de lei no portal da Câmara	6%

Tipo de pesquisa realizada para elaboração do projeto de lei	Percentual de respostas
Pesquisou sobre como elaborar um projeto de lei	6%
Outros	14%

Questionamos, ainda, se o jovem deputado conversou com alguém para elaborar o projeto. Apenas sete (11%) afirmaram que não conversaram com ninguém. Os demais (89%) afirmaram que conversaram com:

Tabela 9 – Contatos sociais para a elaboração do projeto de lei

Contatos para elaboração do projeto	Percentual de respostas
Professores, coordenadores e diretores	50%
Colegas e amigos	30%
Apenas responderam que sim, mas não especificaram quem	28%
Familiares	12%
Advogados	10%
Outros	9%
Profissionais da área	7%
Políticos	7%

Os resultados expressos nas Tabelas 8 e 9 sugerem que a elaboração do projeto de lei mobiliza os participantes para obterem e socializarem informações.

Ao serem questionados sobre a utilização de algum material da Câmara dos Deputados para a elaboração do projeto de lei, 70% afirmaram que não utilizaram materiais da Câmara para elaboração do projeto de lei. Entre os 30% que afirmaram a utilização de materiais da CD, 40% afirmaram ter realizado o curso “Como elaborar o um projeto de lei?”; 40% declararam ter entrado do portal da Câmara e na página do PJB; e 25% afirmaram ter utilizado lei ou projeto de lei disponibilizados pela Câmara.

Segundo levantamento conduzido pela equipe de coordenação pedagógica do PJB, 33% dos jovens relataram em suas avaliações que realizaram o curso, índice menor do que o constatado em nossa pesquisa. Esta discrepância pode estar relacionada a alguma deficiência em nosso instrumento de coleta de dados. Outra possibilidade é a de que alguns estudantes não tenham relacionado a origem do curso à Câmara dos Deputados.

Perguntamos também se os deputados jovens já haviam acessado o *site* da CD. A maioria (80%) já havia acessado. Entre os que já haviam acessado, 50% buscavam informações sobre o PJB; 25% informações sobre projetos de lei e o legislativo; 15% acessaram o *site* por curiosidade; e 10% acessaram por outros motivos ou não informaram a motivação para o acesso.

Observa-se que os recursos informacionais utilizados pelos participantes para a elaboração do projeto de lei envolvem a realização de pesquisa e a busca pelo apoio da escola, dos familiares e por outras fontes, pois, em geral, não possuem conhecimento sobre o tema. Nesse sentido, a tarefa de elaborar um projeto de lei faz com que eles se aproximem da realidade do Legislativo, busquem e socializem informações.

Percebe-se que a escola desempenha um papel muito importante, já que é por meio dela que os estudantes têm tomado conhecimento sobre o PJB; além disso, muitos estudantes relatam ajuda da escola na elaboração do projeto de lei e 50% deles afirmam que conversaram com professores, coordenadores ou diretores sobre seu projeto. No entanto, uma vez que tomam conhecimento sobre o programa por meio da escola, muitos estudantes passam a buscar mais informações sobre o PJB e sobre a elaboração do projeto de lei por conta própria.

Com relação aos recursos informacionais oriundos da Câmara dos Deputados, percebe-se que o portal é o recurso mais utilizado pelos participantes, sendo que a maioria afirma que já o acessou. Este acesso foi principalmente motivado pelo interesse em participar do Parlamento Jovem Brasileiro. No entanto, para o trabalho de elaboração do projeto de lei, recursos informacionais obtidos diretamente por meio das fontes da Câmara dos Deputados ainda aparecem

como coadjuvantes, embora a instituição tenha disponibilizado um curso especialmente para este fim.

Com o objetivo de aprofundar e ilustrar as informações trazidas pelos questionários, apresentaremos também alguns relatos obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas. Levantaremos, a seguir, o perfil informacional de alguns dos entrevistados.

Perfil 1 – E. possui 18 anos e é oriundo da região Norte, de uma família de baixa renda; não possui TV nem computador em casa. Acessa a internet em *lan houses*, pagando dois reais por hora. Afirma que, quando vai à *lan house*, sente-se sobrecarregado: “Como não tenho internet em casa, quando eu vou para uma *lan house*, fico sobrecarregado; tem muita coisa, tenho que olhar meu Orkut, MSN, fazer trabalho da escola, não dá tempo.” Soube do PJB por meio de sua escola. Por se destacar no colégio, a diretora o indicou para participar. Elaborou o projeto manuscrito e depois alguém na escola o digitou. Para elaborar o projeto de lei, diz que não realizou pesquisa, utilizou sua experiência e conversou com colegas. A escola lhe forneceu o cd com o curso “Como elaborar um projeto de lei?”. E. disse que o curso o ajudou na elaboração do projeto. Mesmo tendo sido selecionado para o PJB, nunca acessou o *site* da Câmara. Para finalizar afirma: “eu não tenho acesso a tudo, mas o pouco que consigo eu faço valer muito”.

Perfil 2 – B. possui 17 anos e é oriunda da região Sudeste. Diz que está sem computador em casa e o acessa na escola. Tomou conhecimento do PJB por meio de sua escola e nunca tinha ouvido falar do programa. Estuda e faz estágio em uma escola pública. Para elaborar o projeto de lei, pesquisou na internet outros modelos de projeto de lei nos quais afirma ter se baseado. Depois de fazer o projeto, mostrou-o para professores e colegas. Afirma que os professores a ajudaram a utilizar melhor a linguagem. Também mostrou o projeto para o prefeito de sua cidade e para um vereador e recebeu o retorno de que “estava no caminho certo”. Passou a entrar no *site* da Câmara para saber mais

sobre o PJB e sobre a própria instituição. Pesquisou no *site* sobre a inscrição para o PJB, mas não encontrou as informações que procurava. Assim, utilizou o serviço Fale Conosco e foi orientada a procurar a Secretaria de Educação de seu estado.

Perfil 3 – W. possui 19 anos e é da região Nordeste. Acessa a internet em *lan houses*. Faz parte do movimento estudantil de seu estado, organiza as eleições do grêmio da escola e já foi vice-presidente de seu bairro. Sonha em ser deputado federal. Gosta de participar de atividades na Assembleia Legislativa e assistir à TV Câmara. Disse que já sabia do PJB há alguns anos e esperava chegar ao terceiro ano do Ensino Médio para poder participar. Para elaborar o projeto, fez pesquisa de campo e conversou com colegas. Mesmo assim, afirma que tinha muitas dúvidas e pensou em desistir. Disse que, por sorte, ao acessar o *site* da Câmara, encontrou o curso sobre elaboração de projeto de lei, que o ajudou bastante. Também entrou em contato com o serviço Fale Conosco.

Perfil 4 – M. está com 17 anos e é da região Sul. Acessa a internet em sua própria casa. Soube do PJB por meio do professor de filosofia. Após esta informação inicial, “procurei sobre o Parlamento na internet, descobri e fui ver direitinho como era”. Acredita que participar do programa será bom para seu currículo e para ganhar experiência, pois pretende cursar direito. Este mesmo professor a ajudou a elaborar o projeto de lei. Uma conhecida havia participado na edição passada e, por meio de um *site* de relacionamentos, buscou junto a ela informações sobre o programa. Ao acessar o *site* da Câmara, buscava também informações sobre o PJB, mas não sobre a elaboração do projeto de lei.

Observa-se que o fluxo informacional entre a Câmara dos Deputados e os participantes do PJB é mediado pela escola. No entanto, na maioria das vezes, a escola é responsável por iniciar este fluxo, porém não possui todas as informações necessárias para tornar possível a participação do estudante, principalmente quanto à elaboração do projeto de lei e até mesmo informações mais detalhadas sobre o programa. Neste sentido, percebe-se que, ao se interessar pelo programa, o estudante é mobilizado a buscar maiores informações. O *site* da Câmara é o principal local a que recorrem para este fim.

5. Considerações finais

A presente pesquisa pretendeu estudar os recursos informacionais utilizados pelos participantes do PJB 2010 para a elaboração de projeto de lei. A escola desempenha um papel importante, já que é por meio dela que a maioria dos participantes toma conhecimento do programa; além disso, muitos conversam com membros da escola sobre a elaboração do projeto de lei e obtêm ajuda para elaborá-lo. Observou-se ainda que o acesso direto dos estudantes a recursos informacionais da CD sobre o PJB e a elaboração de projeto de lei é realizado por meio do portal da Câmara. Especificamente com relação à elaboração do projeto, percebe-se que as fontes informacionais reconhecidas pelos estudantes como oriundas da Câmara aparecem ainda como coadjuvantes.

Do ponto de vista institucional, este estudo aponta para a necessidade de a Câmara dos Deputados estar atenta às necessidades informacionais deste público e criar canais de comunicação especialmente dirigidos a ele. Existe, por exemplo, um portal institucional voltado para o público infantil⁶, porém não existe algo semelhante para o público adolescente e jovem.

Para estudos futuros, sugere-se que seja aprofundada a questão das necessidades informacionais do público jovem com relação à Câmara dos Deputados e quais as maneiras de a instituição dinamizar o fluxo informacional com esta importante parcela da população.

Referências

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LESCA, H.; ALMEIDA, F.C. Administração estratégica da informação. *Rev. Admin.*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 66-75, jul./set. 1994.

⁶ www.plenarinho.gov.br

MARQUES JÚNIOR, A. M. *Educação legislativa: as escolas do legislativo e a função educativa do parlamento*. 2008. 54 f. Monografia (Especialização em Poder Legislativo) – Curso de Especialização em Poder Legislativo da PUC de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

PRATA, N. V. *Informação e democracia deliberativa: um estudo de caso de participação política na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em ciência da informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, W. G. *Informação, aprendizagem e inovação nas câmaras municipais de Minas Gerais*. 2010. 236 f. Tese (Doutorado em ciências sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

UNITED NATIONS. *World e-parliament report 2010*. New York: UN, 2010.

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (org.). *Deliberação e participação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004.



**Portal da Câmara Legislativa
do Distrito Federal: informação
digital sobre processo legislativo**

Portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal: informação digital sobre processo legislativo

Cristina Jacobson Jácomo Cinnanti

Resumo

Partindo do princípio de que os portais eletrônicos do Poder Legislativo são um meio de aproximação com o cidadão, dado que facilitam o acesso rápido às informações sobre o processo legislativo, a atuação parlamentar e as ações institucionais, avaliamos o portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) quanto aos conteúdos informacionais do processo legislativo colocados à disposição da população. Com esse objetivo, mapeamos as informações referentes aos vários passos do processo legislativo no sítio da CLDF, e constatamos que elas constam do portal, algumas delas hospedadas em mais de um subtítulo. Identificamos, também, a necessidade de realizar estudos posteriores sobre a usabilidade do portal, para verificar se o usuário consegue localizar com facilidade a informação buscada na interface.

Palavras-chave: avaliação de portal eletrônico, arquitetura da informação, processo legislativo, Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Abstract: *Assuming that the homepages of the Legislative Branch are means of getting closer to the citizen, because they facilitate quick access to information*

about the legislative process, the parliamentary action and institutional actions, we evaluated the portal of the Legislative Chamber of the Federal District (CLDF) in the informational content of the legislative process available to the population. With this goal, we mapped the information regarding the various steps in the legislative process at the site of CLDF, and we found that they are included in the portal – some of them are hosted on more than one subtitle. We identified, also, the need to conduct further studies on the usability of the portal to verify if the user can easily locate the information sought in the interface.

Keywords: *evaluation of electronic portal, information architecture, the legislative process, Legislative Chamber of the Federal District.*

1. Introdução

O Poder Legislativo é um dos maiores símbolos da democracia, constituindo-se no mais democrático dos poderes: suas portas estão sempre abertas ao público; o contato de seus mandatários com a população é intenso, próximo e constante.

A relação entre o Legislativo e o cidadão pode ser facilitada e intensificada por intermédio do portal corporativo. No portal corporativo a população pode encontrar as informações mais diversas sobre a estrutura, a composição, o funcionamento e a atuação do respectivo Poder Legislativo, além de interagir com a instituição e, em última instância, com os parlamentares.

O presente estudo propõe-se a realizar uma avaliação sobre os conteúdos informacionais do processo legislativo dispostos no portal corporativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esta pesquisa se insere em uma investigação maior, que busca “avaliar a gestão do conhecimento e da informação aplicada ao Legislativo, ou seja, busca analisar os processos, a infraestrutura e os serviços disponíveis e acessados pelos cidadãos – assim considerados os públicos interno e externo, que têm acessos pessoais ou virtuais – amparando-se na literatura concernente ao tema, sem, porém, perder-se da visão

geral, ampla, estratégica da questão”, conduzida por um dos grupos de pesquisa e extensão (GPEs) do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor) – Gestão do conhecimento e da informação aplicada ao Legislativo, sob a ótica estratégica.

Como questões de pesquisa, o referido grupo procura identificar “quais questões estratégicas relacionadas à gestão do conhecimento e da informação, sob o prisma legislativo, particularmente quanto à arquitetura de informação e de sistemas, ao acervo bibliográfico e digital e às ações junto aos públicos que acessam os serviços informacionais da CD, merecem atenção”, além de verificar “como a literatura sustenta possíveis soluções para problemas e dificuldades na área”.

Em relação ao tema da arquitetura da informação, que lastreia esse estudo, o GPE tem o objetivo de estudar comparativamente modelos de arquitetura de dados e de gestão estratégica da informação que venham a responder às necessidades do contexto legislativo.

2. Portais governamentais e arquitetura da informação: a informação ao alcance do cidadão?

O crescente uso das tecnologias de informação tem modificado os padrões de comunicação da sociedade contemporânea. Nesse contexto insere-se a popularização do uso da internet. Esse gigantesco conjunto de redes interconectadas em todo o mundo, acessado por milhões de computadores, mudou os padrões de compartilhamento de informações, de transferência de dados e, até, dos relacionamentos interpessoais. A internet é, ao mesmo tempo, fonte de informação e canal de comunicação.

A difusão do uso da internet, globalizado e democrático, provocou mudanças no modo como as organizações se relacionam com o público externo, na divulgação de informações sobre seu desempenho financeiro, econômico e social.

Além disso, o acesso à informação ficou mais fácil, e de forma mais rápida e barata. Não apenas utilizada por empresas privadas, mas também intensamente empregada pelas instituições governamentais, a internet passa a ser uma “ferramenta fortalecedora das relações entre o governo e o cidadão” (Raupp e Agostineto, 2010, p. 4).

No entanto, a profusão de informações pode não ter apenas aspectos positivos. O cidadão e as organizações são, com frequência, bombardeados por uma quantidade enorme de informações, sem tempo suficiente para processá-las. Atenta a essa questão, Dias (2001) salienta a necessidade de as organizações adotarem a gestão da informação para evitar o caos informacional digital gerado pelo excesso de informações provenientes dos avanços tecnológicos.

Muitas vezes as informações estão armazenadas em equipamentos de informática de forma não integrada, espalhadas em seus bancos de dados, dificultando seu acesso e, conseqüentemente, o desempenho das atividades necessárias ao pleno funcionamento da instituição. Devido à proliferação de arquivos eletrônicos produzidos individualmente pelos funcionários, sem o intuito de compartilhamento de informações, e de várias aplicações de bancos de dados, desenvolvidas ao longo do tempo para atender a demandas específicas, falta, a essas instituições, uma visão global de seus próprios dados e informações. (DIAS, 2001, p. 1).

Na era do conhecimento, os portais corporativos são um recurso valioso utilizado pelas organizações para captarem clientes e interagirem com seu público-alvo em geral. Seguindo essa tendência, as instituições governamentais também fazem uso de portais eletrônicos para fornecer informações aos cidadãos, para com eles interagir, oferecer-lhes serviços e colher suas opiniões.

Além de ampliar o acesso do cidadão a determinados serviços providos pelo Estado, o portal eletrônico das instituições governamentais é um instrumento a favor da *accountability*, pois favorece o controle social, quando utilizado para aumentar a transparência do órgão perante a sociedade. Raupp e Agostineto (2010) salientam que *accountability* relaciona-se, de várias maneiras, ao fornecimento de informações sobre um órgão aos seus interessados – transparência –, e aos resultados que podem derivar do acesso a essas informações – participação cidadã e responsabilização do governante.

Para eles, “a democracia só estará consolidada a partir do momento em que a publicidade e a transparência das ações e decisões públicas forem efetivas” (Raupp e Agostineto, 2010, p. 4).

Nosso interesse, neste estudo, centra-se no portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Os portais do Legislativo, além de se proporem a facilitar o acompanhamento dos trabalhos parlamentares como um todo e de cada parlamentar individualmente, podem constituir-se em recurso para o estímulo à participação cidadã e favorecer a fiscalização da instituição e da atuação de seus membros pela sociedade.

Vilella (2003) salienta que a internet amplia o acesso à informação governamental, propiciando maior rapidez de difusão das informações sobre as atividades e decisões tomadas, as quais podem ser acessadas tanto pelo cidadão comum quanto pelos meios de comunicação de massa. Para ela, além de ter como motivação oferecer maior possibilidade de controle e transparência por parte da sociedade, o governo também utiliza a internet como instrumento de aproximação com a sociedade. Nesse sentido, pode-se enfatizar a função de democratizar a informação desempenhada pelos portais governamentais.

Um portal corporativo é uma plataforma onde é possível encontrar as informações relevantes do ponto de vista do interesse do público externo à organização. No entanto, não basta que as informações estejam reunidas e dispostas no portal. É importante que elas estejam organizadas não apenas mediante critérios técnicos, mas também em conformidade com os processos cognitivos do usuário, para que ele consiga apreender o conteúdo desejado. Raupp e Agostineto (2010) avaliam que alguns portais espelham os organogramas governamentais, desconsiderando o cidadão como sujeito do processo informacional que envolve Estado e sociedade. São portais que, equivocadamente, refletem apenas a perspectiva do Estado.

Dias (2001) enfatiza que, para o portal governamental atender à perspectiva do cidadão, é preciso que o projeto do portal eletrônico leve em consideração a interação dos usuários com sua interface. A capacidade intrínseca ao portal de facilitar o acesso dos usuários às informações institucionais está relacionada à

usabilidade da interface, ou seja, à facilidade de uso, aprendizado e satisfação do usuário.

Conforme expresso na norma ISO 9126, usabilidade é o requisito referente à capacidade do produto de *software* ser compreendido, seu funcionamento aprendido, ser operado e ser atraente ao usuário (Sodré, 2006). Dias (2001) faz referência à atualização do conceito, por meio da norma 9241-11 na qual usabilidade é compreendida como “a capacidade de um produto ser usado por usuários específicos para atingir objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso” (DIAS, 2001, p. 51).

A arquitetura da informação, área do conhecimento ainda em formação, tem como principal objetivo atender às necessidades de informação dos usuários de *websites*. Para isso, organiza e apresenta a informação de maneira que ela seja encontrada e assimilada com facilidade. Seu propósito é equilibrar forma e função para criar um ambiente útil e agradável, que satisfaça às necessidades dos seus usuários, o que fundamenta a adoção de abordagens de *design* centrado no usuário (Reis, 2007).

A arquitetura da informação busca compreender e atender três dimensões de variáveis para organizar a informação: os usuários, as características do conteúdo a ser apresentado e as especificidades do contexto de uso do sistema de informação. A configuração usuário-conteúdo-contexto e suas interdependências são únicas para cada *website*. O papel do arquiteto é conseguir equilibrá-las para que a informação certa seja acessada pela pessoa certa (aquela que busca a informação) no momento certo (Reis, 2007).

A usabilidade do portal é um requisito fundamental para que se atinja o objetivo de realmente colocar a informação à disposição do usuário. A usabilidade relaciona-se com a facilidade que o usuário demonstra ao procurar desempenhar uma tarefa na plataforma, seja ela encontrar uma informação ou interagir. De acordo com Nielsen e Loranger (2007),

A usabilidade é um atributo de qualidade relacionado à facilidade de uso de algo. Mais especificamente, refere-se à rapidez com que os usuários podem aprender

a usar alguma coisa, a eficiência deles ao usá-las, o quanto lembram daquilo, seu grau de propensão a erros e o quanto gostam de utilizá-la. Se as pessoas não puderem ou não utilizarem um recurso, ele pode muito bem não existir. (NIELSEN & LORANGER, 2007, p. xvi).

Além da usabilidade – estudada pela disciplina interação humano-computador –, o *design* centrado no usuário – campo da ciência da informação – pode auxiliar a melhorar a metodologia e a qualidade do produto final dos projetos de arquitetura da informação de *website* (Reis, 2007).

Vilella (2003) avaliou alguns dos portais estaduais brasileiros para prestação de serviços públicos e disseminação de informações na *web*, analisando três dimensões: o conteúdo, a usabilidade e a funcionalidade. Segundo essa autora, os aspectos do conteúdo e da usabilidade são fundamentais para a avaliação.

Tendo como objeto o portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, neste momento restringiremos nossa análise sobre o conteúdo referente ao processo legislativo disposto na plataforma. A usabilidade desse portal, no que tange aos conteúdos informacionais pertinentes ao processo legislativo, será avaliada em estudo posterior.

O processo legislativo é o rito mediante o qual são elaboradas as leis, aí entendidas as emendas à Lei Orgânica, as leis complementares, as ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções. Ele expande seu escopo quando rege, também, a aprovação de requerimentos, moções e indicações pelo colegiado parlamentar. O produto do processo legislativo causa enorme impacto na sociedade, na medida em que altera o ordenamento jurídico, e pode resultar em normas que aumentem a qualidade de vida e sejam voltadas para resguardar os direitos constitucionais, bem como pode gerar leis que restrinjam a possibilidade de ação do cidadão ou onerem a tributação, por exemplo.

O acompanhamento do processo legislativo pelo cidadão e pela sociedade organizada pode lhes permitir interferir no processo, sugerir a correção de distorções, pressionar os parlamentares em favor da aprovação ou rejeição de determinada proposição em pauta. Sob essa ótica, o portal governamental pode atuar como reforçador da própria democracia, ao hospedar as informações

que interessam à sociedade. Em contrapartida, podemos cogitar que a falta de transparência, a omissão de informações no portal, ou a sua disposição não condizente com os processos cognitivos do usuário, dificultando a usabilidade da plataforma, podem resultar em obstáculo à participação popular e ao exercício da cidadania.

3. Avaliação preliminar do portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal em relação aos conteúdos informacionais pertinentes ao processo legislativo: situação verificada em 3 de fevereiro de 2011

Navegamos no portal corporativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) buscando mapear o conteúdo pertinente ao processo legislativo disposto no portal. No menu da página inicial do endereço <http://www.cl.df.gov.br/cldf> os seguintes *links* que contêm informações referentes ao processo legislativo:

- Processo Legislativo
- Legislação
- Diário da Câmara
- Ordem do Dia

Figura 1 – Página inicial do *website* da Câmara Legislativa do Distrito Federal



Fonte: Portal da CLDF na internet.

3.1 Situação dos conteúdos nos subtítulos contidos no título Processo Legislativo

Em “Processo Legislativo” encontram-se subtítulos pertinentes ao processo legislativo e subtítulos cujos conteúdos não se relacionam com essa matéria, tais como algumas das comissões temporárias, especificamente as comissões parlamentares de inquérito (CPIs), que tratam de investigações para apurar fato determinado e por prazo certo (RICLDF, art. 72), e as comissões de representação, que “têm por finalidade representar a Câmara Legislativa em atos externos” (RICLDF, art. 75). As comissões especiais integram o processo legislativo ao apreciarem as propostas de emenda à Lei Orgânica (RICLDF, art. 210, § 2º) e as alterações substanciais ao regimento interno da CLDF (RICLDF, art. 224, IV), por exemplo.

Da mesma forma, não fazem parte do processo legislativo os pedidos de *impeachment* e a eleição indireta, ambos processos políticos e não legiferantes.

Figura 2 – Conteúdo sob o título Processo Legislativo



Fonte: Portal da CLDF na internet.

Comissões

PERMANENTES

- Comissão de Constituição e Justiça – CCJ (informações até 2009)
- Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF (algumas informações atualizadas até 2009, outras até 2010)
- Comissão de Assuntos Sociais – CAS (informações até 2010)
- Comissão de Defesa do Consumidor – CDC (informações até 2010)
- Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar – CDCHCEDP (sem informações hospedadas)
- Comissão de Assuntos Fundiários – CAF (algumas informações até 2008 – PDOT, e outras até 2010 – pautas de reuniões)
- Comissão de Educação e Saúde – CES (informações até 2010)
- Comissão de Segurança – CS (sem informações hospedadas)

- Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT (sem informações hospedadas)
- Mesa Diretora (sem informações hospedadas)

Percebe-se a ausência de padronização no conteúdo apresentado pelas comissões. Há uma estrutura mínima prevista no portal (composição, prazo para emendas, prazo para recursos e contatos), mas algumas comissões propõem-se a apresentar mais conteúdo, tal como reuniões, pauta, ata, relatoria, etc., embora muitos dos subtítulos estejam com informações desatualizadas ou sem informação. Até mesmo a maioria das informações referentes a 2010 estão incompletas.

TEMPORÁRIAS

- CPI (o conteúdo relacionado não é pertinente ao processo legislativo)
 - CPI da Inclusão Digital
 - CPIs Encerradas
 - CPI da Codeplan
- Comissão Especial
 - CEs Previstas
 - CEs encerradas
 - CE PELOs 2007
 - CE PELOs 2008
 - CE PELOs 2009
 - CE PELOs 2010
- Comissão de Representação (o conteúdo relacionado não é pertinente ao processo legislativo)

Atas das sessões plenárias

- Atas sucintas e notas taquigráficas das sessões ordinárias de 2008; mapa de publicação no *Diário da Câmara Legislativa* das atas e notas taquigráficas das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes de 2008.
- Atas sucintas e notas taquigráficas das sessões ordinárias e extraordinárias de 2009; mapa de publicação no *Diário da Câmara Legislativa* das atas e notas taquigráficas das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes de 2009.
- Atas sucintas e notas taquigráficas das sessões ordinárias e extraordinárias de 2010; mapa de publicação no *Diário da Câmara Legislativa* das atas e notas taquigráficas das sessões ordinárias e extraordinárias de 2010.

PDOT

- Etapas processuais e documentos referentes ao PDOT de 2007; texto da Lei Complementar nº 803/2009, de 25 de abril de 2009, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências”, com as alterações da ADI nº 2009 00 2 017552-9 – TJDF, *Diário de Justiça* de 31/5/2010.

Eleição indireta (o conteúdo relacionado não é pertinente ao processo legislativo)

Pedidos de *impeachment* (o conteúdo relacionado não é pertinente ao processo legislativo)

Proposições

- Sistema de consulta no qual se obtêm informações sobre a tramitação das proposições e o respectivo texto.

Informativo (não há nenhum conteúdo disponível nesse espaço)

Como se faz uma lei (breves explicações sobre o processo legislativo)

3.2 Conteúdos referentes ao processo legislativo e que estão em título próprio

Legislação

- Lei Orgânica
- Regimento Interno
- Comissão de Ética e Decoro Parlamentar
- Leis Federais
- Leis Distritais

Diário da Câmara

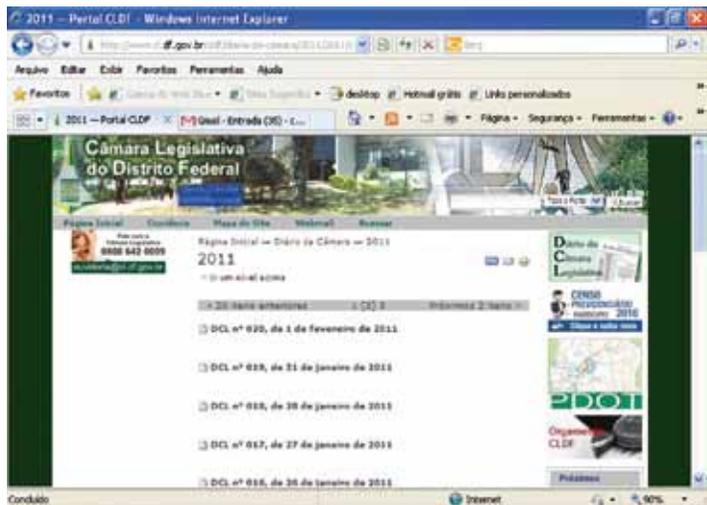
No *Diário da Câmara Legislativa* são publicados vários passos do processo legislativo:

- a. as redações iniciais das proposições que iniciam tramitação;
- b. as atas sucintas e as notas taquigráficas das sessões plenárias, onde constam as proposições que iniciam tramitação, os pronunciamentos parlamentares, todo o processo de votação das proposições, aí incluídos os pareceres das comissões permanentes proferidos em plenário, as várias etapas processuais de votação e o resultado final: aprovado ou rejeitado;
- c. os prazos para emenda às proposições, nas respectivas comissões;
- d. as redações finais das proposições aprovadas.

Em 3 de fevereiro de 2011, data da nossa consulta ao portal, constavam os diários da Câmara Legislativa nº 1, de 3 de janeiro de 2011, até o nº 22, de 3 de fevereiro de 2011.

- 2011
 - DCL nº 001, de 03 de janeiro de 2011, até DCL nº 022, de 03 de fevereiro de 2011.

Figura 3 – *Diário da Câmara Legislativa* no portal da CLDF na internet



Fonte: Portal da CLDF na internet.

Ordem do Dia

Constam as pautas das sessões plenárias dos dias 2 e 3 de fevereiro de 2011.

4. Passos do processo legislativo

- i. Elaboração da proposição (proposta de emenda à Lei Orgânica, projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária, projeto de decreto legislativo, projeto de resolução, moção, indicação, requerimento e emenda) por um deputado distrital, por comissão da CLDF, pelo governador, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal ou pelos cidadãos, dependendo do assunto tratado.
- ii. Apresentação da proposição à CLDF para protocolização.
- iii. Leitura em plenário da proposição já protocolada (numerada), momento em que é comunicada à Casa sua existência e é iniciada sua tramitação.

- iv. Publicação da redação inicial no *Diário da Câmara Legislativa*, para que a sociedade tenha conhecimento do texto e possa se manifestar a seu respeito.
- v. Após a leitura em plenário, o projeto de lei é distribuído às comissões que devem apreciá-lo, ou seja, analisá-lo e oferecer a este um parecer elaborado por um relator, que pode ser favorável ou contrário à proposição. Esses pareceres são apreciados no âmbito das comissões antes de o projeto de lei ser finalmente votado na sessão plenária. As comissões são órgãos da CLDF compostos por um subgrupo de deputados distritais para apreciar as proposições em maior profundidade, dar parecer sobre elas e discutir temas relevantes a cada área temática. Algumas comissões são destinadas a avaliar a legalidade e constitucionalidade da proposição e o impacto econômico-financeiro que sua aprovação acarretará, tais como a CCJ e a CEOF.
- vi. Após a apreciação pelas comissões, a proposição é apreciada na sessão plenária, por todos os parlamentares, em um ou dois turnos, conforme sua natureza.
- vii. Em se tratando de projeto de lei (complementar ou ordinária), após sua aprovação, este deve ser encaminhado pela Câmara Legislativa à sanção do governador. Este deve sancionar o projeto e providenciar sua publicação no *Diário Oficial do Distrito Federal* para que a lei passe a existir.
- viii. Caso o governador não concorde com o texto do projeto de lei aprovado pela Câmara Legislativa, pode vetá-lo. O veto pode incidir sobre uma parte do texto ou sobre todo o projeto.
- ix. O veto ao projeto de lei deve ser remetido pelo governador à CLDF para ser apreciado pelos deputados distritais, que têm a prerrogativa de, mediante o voto, mantê-lo ou rejeitá-lo.

5. Comparação entre as etapas do processo legislativo e o conteúdo informacional disposto no portal

O portal da CLDF foi avaliado em um momento de transição. Embora, cronologicamente, tenhamos feito a consulta no início da 6ª Legislatura, implantada em 1º de janeiro de 2011 e com a instauração dos trabalhos da sessão legislativa ordinária em 2 de fevereiro, os presidentes e membros das comissões ainda não haviam sido definidos. Dessa forma, o conteúdo disposto no subtítulo Comissões, e em muitos outros, ainda era relativo à 5ª Legislatura, encerrada em 31 de dezembro de 2010.

O *Diário da Câmara Legislativa* não estava disponível no portal ao longo da 5ª Legislatura (2007-2010), constituindo-se uma inovação no portal a partir da 6ª Legislatura (2011-2014), mais precisamente a partir de janeiro de 2011. Desde então, encontram-se inúmeras informações pertinentes ao processo legislativo no portal, por meio do DCL. Assim, no quadro a seguir, que correlaciona os passos do processo legislativo e o conteúdo informacional disponível no portal da CLDF, serão indicadas as situações em que a informação está disponível no DCL, porém ressaltando que, em relação à 5ª Legislatura, esse recurso ainda era indisponível, e que os trabalhos legislativos de 2011 iniciaram-se em 1º de fevereiro, dois dias antes da coleta de informações que embasa este estudo.

Quadro I – Mapeamento do conteúdo do processo legislativo no portal da CLDF na internet

PASSOS DO PROCESSO LEGISLATIVO	ONDE ENCONTRAR A INFORMAÇÃO NO PORTAL DA CLDF
Elaboração da proposição por um deputado distrital, por comissão da CLDF, pelo governador, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal ou pelos cidadãos, dependendo do assunto tratado.	NÃO DISPONÍVEL
Apresentação da proposição à CLDF para protocolização.	NÃO DISPONÍVEL

PASSOS DO PROCESSO LEGISLATIVO	ONDE ENCONTRAR A INFORMAÇÃO NO PORTAL DA CLDF
<p>Leitura em plenário da proposição já protocolada (numerada), momento em que é comunicada à Casa sua existência e é iniciada sua tramitação.</p>	<p>Proposições (sistema de acompanhamento da tramitação das proposições);</p> <p>Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas);</p> <p><i>Diário da Câmara Legislativa</i> (atas sucintas e notas taquigráficas das sessões plenárias).</p>
<p>Publicação da redação inicial no <i>Diário da Câmara Legislativa</i>, para que a sociedade tenha conhecimento do texto e possa se manifestar a seu respeito.</p>	<p>Proposições (sistema de acompanhamento da tramitação das proposições);</p> <p>Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas);</p> <p><i>Diário da Câmara Legislativa</i> (publicação de atas sucintas e notas taquigráficas das sessões plenárias).</p>
<p>Tramitação nas comissões:</p> <p>Relatoria;</p> <p>Parecer;</p> <p>Resultado da apreciação do parecer.</p>	<p>Proposições (em algumas proposições há a indicação do relator, em outras, não); Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas);</p> <p>Proposições; Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas);</p> <p>Proposições; Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas).</p> <p>Obs.: A informação sobre a relatoria, os pareceres e o resultado de apreciação dos pareceres não está disponível no subtítulo Comissões.</p>
<p>Apreciação na sessão plenária, por todos os parlamentares, em um ou dois turnos, conforme sua natureza.</p>	<p>Proposições;</p> <p>Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas);</p> <p><i>Diário da Câmara Legislativa</i> (publicação de atas sucintas e notas taquigráficas das sessões plenárias).</p>

PASSOS DO PROCESSO LEGISLATIVO	ONDE ENCONTRAR A INFORMAÇÃO NO PORTAL DA CLDF
<p>Em se tratando de projeto de lei (complementar ou ordinária), após sua aprovação, este deve ser encaminhado pela Câmara Legislativa à sanção do governador. Este deve sancionar o projeto e providenciar sua publicação no <i>Diário Oficial do Distrito Federal</i> para que a lei passe a existir.</p>	<p>Proposições; Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas); <i>Diário da Câmara Legislativa</i> (publicação de atas sucintas e notas taquigráficas das sessões plenárias).</p>
<p>Caso o governador não concorde com o texto do projeto de lei aprovado pela Câmara Legislativa, pode vetá-lo. O veto pode incidir sobre uma parte do texto ou sobre todo o projeto. O veto ao projeto de lei deve ser remetido pelo governador à CLDF.</p>	<p>Proposições (sistema de acompanhamento da tramitação das proposições); Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas); <i>Diário da Câmara Legislativa</i> (atas sucintas e notas taquigráficas das sessões plenárias).</p>
<p>Os deputados distritais apreciarão o veto, e têm a prerrogativa de, mediante o voto, mantê-lo ou rejeitá-lo.</p>	<p>Proposições; Atas das Sessões Plenárias (atas sucintas e notas taquigráficas); <i>Diário da Câmara Legislativa</i> (publicação de atas sucintas e notas taquigráficas das sessões plenárias).</p>
<p>Leis sancionadas.</p>	<p>Legislação.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir da avaliação do portal da CLDF na internet.

6. Considerações finais

Constata-se que os conteúdos informacionais mais relevantes do processo legislativo estão disponíveis no portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal. A questão que se coloca é se eles serão facilmente localizados pelo usuário externo, uma vez que a arquitetura de informação verificada valeu-se de linguagem técnica e segue a lógica processual, que nem sempre é a mesma lógica seguida pelos processos cognitivos do sujeito que consulta o portal.

Para responder a essa pergunta, faz-se necessária a avaliação da usabilidade do portal, investigação que realizaremos oportunamente.

Restringindo nossa discussão ao objeto deste estudo – o conteúdo –, os únicos passos do processo legislativo cujas informações não são encontradas no sítio da CLDF são referentes a eventos que antecedem a publicidade da proposição – elaboração da proposição e apresentação, pelo autor, à Casa – o que justifica o fato de não estarem disponíveis no portal.

Além de todas as informações relevantes acerca do processo legislativo estarem contidas no portal da CLDF, algumas delas são encontradas em várias fontes, com formatos diversos.

O portal tem um espaço de busca, onde se pode inserir uma palavra-chave ou um fragmento de texto. Esse recurso conta, também, com a possibilidade de busca avançada, que permite o refinamento da pesquisa.

No *link* “Proposições”, que é estruturado como plataforma de busca avançada, inserindo-se as informações sobre a proposição, tais como espécie, número, ano, autor, ou até trechos do texto, é possível acessar o texto integral e todos os passos da sua tramitação: data da leitura na sessão plenária e da distribuição às comissões, data da apreciação dos pareceres nas comissões, datas das votações em primeiro e em segundo turno com os respectivos resultados, etc. Identifica-se, entretanto, que raras vezes a relatoria (parlamentar designado relator da proposição) é informada nesse espaço.

Nas atas sucintas das sessões plenárias (localizadas em Atas das Sessões Plenárias\Atas), estão contidos, além dos resumos dos pronunciamentos parlamentares – o que permite ao cidadão acompanhar a atuação e o posicionamento dos deputados distritais em relação a cada tema –, a relação e a cópia das proposições (texto integral) que iniciam tramitação e a Ordem do Dia, com todas as proposições apreciadas e os respectivos resultados de votação. Note-se que por meio deste documento, em formato PDF, obtêm-se informações correlatas às obtidas por meio do subtítulo “Proposições”, embora com outra apresentação.

Nas notas taquigráficas (localizadas em Atas das Sessões Plenárias\Notas), encontra-se a íntegra da sessão plenária, com todas as falas e eventos ocorridos, como pronunciamentos e votações realizadas. Também estão registradas nesse documento as questões de ordem, os debates, etc. As notas taquigráficas fazem referência às proposições que iniciam tramitação, sem, no entanto, listá-las, indicando que a relação completa encontra-se na respectiva ata sucinta. Ressalte-se que, mais uma vez, mediante documento em formatação peculiar, também em PDF, é possível ter acesso a informações correlatas às encontradas no subtítulo “Proposições” e “Atas” (dentro de Atas das Sessões Plenárias).

Até a 5ª Legislatura o *Diário da Câmara Legislativa* não era hospedado no portal da CLDF. No entanto, com a sua disponibilização no sítio, o cidadão beneficia-se com o acesso facilitado a uma gama diversa de informações: redações iniciais e finais das proposições, informações sobre as comissões, sobre o prazo para emendas e relatorias de projetos, atas das reuniões das comissões, etc. Além de estarem disponíveis na versão PDF em espaço próprio, as atas sucintas e as notas taquigráficas das sessões plenárias também são publicadas no *Diário da Câmara Legislativa*.

Apesar da constatação de que as informações de maior relevância sobre o processo legislativo estão disponíveis no portal da CLDF, é importante ressaltar que as comissões permanentes, órgãos de grande importância no processo legislativo, não mantiveram o conteúdo atualizado. Na última legislatura os registros não foram feitos com regularidade. Ao realizar a consulta ao espaço destinado a cada comissão, foi constatada falta de padronização e desatualização da informação. Algumas comissões sequer alimentaram o sítio destinado a elas. Outras o fizeram sem continuidade.

Sendo o portal um canal de comunicação com o cidadão, com a sociedade como um todo, avaliamos que sua atualização contínua demonstraria preocupação e atenção com o usuário. Acreditamos que a boa gestão do portal pode favorecer a interlocução do Poder Legislativo com a sociedade, reforçando a participação cidadã e melhorando a qualidade da democracia no Distrito Federal.

Referências

- DIAS, Cláudia A. Portal corporativo: conceitos e características. *Ciênc. Inf., Brasília*, v. 30, n. 1, jan./abr. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652001000100007&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 26 fev. 2011.
- DISTRITO FEDERAL (Brasil). Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Resolução nº 167, de 2000*: Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.cl.df.gov.br/cldf/legislacao/regimento-interno-1>. Acesso em: 28 fev. 2011.
- NIELSEN, Jakob; LORANGER, Hoa. *Usabilidade na web: projetando websites com qualidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- RAUPP, Fabiano Maury; AGOSTINETO, Raquel Crestani. Investigando a prestação de contas em portais eletrônicos de câmaras municipais. *Universo Contábil*, v. 6, n. 3, p. 64-79, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/16.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2011.
- REIS, Guilherme A. *Centrando a arquitetura de informação no usuário*. São Paulo, 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes da USP. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.guilhermo.com/mestrado/index.asp>. Acesso em: 25 maio 2010.
- SODRÉ, Cibele Cristina Pelizer. *Norma ISO/IEC 9126: Avaliação de Qualidade de Produtos de Software*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006. Disponível em: <http://www2.dc.uel.br/nourau/document/?view=625>. Acesso em: 27 fev. 2011.
- VILLELA, Renata C. *Conteúdo, usabilidade e funcionalidade: três dimensões para a avaliação de portais estaduais de governo eletrônico na web*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação da UFMG. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: [http://opus.grude.ufmg.br/opus/opusanexos.nsf/4d078acf4b397b3f83256e86004d9d55/3e10babb4c182c6d83256fbf00656d34/\\$FILE/mestrado%20-%20Renata%20Moutinho%20Vilella.pdf](http://opus.grude.ufmg.br/opus/opusanexos.nsf/4d078acf4b397b3f83256e86004d9d55/3e10babb4c182c6d83256fbf00656d34/$FILE/mestrado%20-%20Renata%20Moutinho%20Vilella.pdf). Acesso em: 26 jan. 2011.



**Competências emergentes do
Legislativo para políticas públicas:
estudo de caso da CLDF**

Competências emergentes do Legislativo para políticas públicas: estudo de caso da CLDF

Jair Cunha Cardoso Filho

Resumo

Esta pesquisa traz um estudo de caso da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) que, alinhado ao estudo sobre tendências do Poder Legislativo para os próximos dez anos, identifica competências emergentes que sinalizam para sua proatividade no campo da elaboração, análise e avaliação de políticas públicas, e sugere o desenvolvimento dessas competências pelos consultores legislativos da Casa, na forma de capacitação e qualificação profissional. Para apoiar o direcionamento da CLDF na trilha das tendências do Poder Legislativo apontadas em estudo realizado por pesquisadores brasileiros, o estudo teve por objetivo identificar as competências individuais emergentes, no campo das políticas públicas, que sustentarão esse caminhar. A pesquisa foi realizada com a aplicação de questionário eletrônico a consultores legislativos da CLDF, e teve como resultado a identificação de oito competências individuais emergentes essenciais, que se traduzirão em competências organizacionais, as quais devem ser objeto de atenção das escolas do Legislativo de todas as casas de leis.

Palavras-chave: Poder Legislativo, Câmara Legislativa do Distrito Federal, políticas públicas, competências emergentes.

***Abstract:** This research presents a case study of the Legislative Chamber of the Federal District in Brazil and it is aligned with the study of trends in the Legislative for the next ten years. It identifies emerging skills that signal its proactivity in the field of design, analysis and evaluation of public policies, and it suggests the development of these skills by legislative consultants, by training and professional qualification. To support the direction of CLDF in the trends of the Legislative appointed in a study conducted by Brazilian researchers, this study aimed to identify individual skills emerging in the field of public policies. The survey was conducted with the application of an electronic questionnaire answered by CLDF legislative consultants. It resulted in the identification of eight key emerging individual skills, which will be translated into organizational skills, which should also be object of attention to the Legislative.*

Keywords: Legislative Power, the Legislative Chamber of the Federal District, public policy, emerging skills.

1. Introdução

Estudo realizado por Inácio, Anastasia e Santos (MINAS GERAIS, 2009) para subsidiar o direcionamento estratégico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) apresenta como fortes tendências a serem seguidas pelo Poder Legislativo brasileiro e mundial nos próximos dez anos o desenvolvimento de competências em gestão pública, economia e política fiscal (áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado), bem como o acompanhamento das políticas públicas e a fiscalização das ações do Executivo com foco em resultados.

De novembro de 2010 a março de 2011, o Comitê de Planejamento Estratégico Institucional da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) realizou pesquisas com os deputados distritais da 5ª Legislatura (2007 – 2010), com os parlamentares eleitos para a 6ª Legislatura (2011 – 2014) e com os servidores,

como parte do trabalho de diagnóstico da situação vigente na CLDF para implantação do planejamento estratégico institucional naquela Casa.

De acordo com os resultados encontrados, 61,1% dos deputados distritais da 5ª Legislatura e 30% dos deputados distritais da 6ª Legislatura julgaram como negativos o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas realizados pelo Legislativo local. Os servidores, por sua vez, ao responderem a questionário eletrônico sobre o mesmo tema, demonstraram opinião semelhante: 59,2% declararam como ruim ou muito ruim o desempenho da CLDF nesse quesito.

Outra pesquisa sobre a Câmara Legislativa do DF, desta feita junto à população do Distrito Federal, realizada em fevereiro de 2011 por empresa especializada em pesquisa de opinião, aponta que 38% dos entrevistados consideram ruim ou muito ruim a participação do Legislativo na formulação e acompanhamento das políticas públicas levadas a termo pelo Poder Executivo.

É razoável afirmar, portanto, que a convicção dos parlamentares distritais, dos servidores da CLDF e da população brasiliense sobre a questão do relacionamento do Legislativo do Distrito Federal com a elaboração e fiscalização das políticas públicas aponta para o estudo realizado por aqueles autores no que se refere às tendências a serem seguidas pelo Poder Legislativo brasileiro e mundial nos próximos dez anos.

Este artigo, seguindo a direção das tendências antes relacionadas, é voltado para a disciplina das políticas públicas, no sentido de orientar a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos; identifica competências emergentes que sinalizam para a proatividade do Poder Legislativo nas atividades de elaboração, análise e avaliação de políticas públicas; e sugere o desenvolvimento dessas competências na forma de capacitação e qualificação profissional.

2. Legislativo e políticas públicas

O Poder Legislativo, de modo geral, é o meio de representação da sociedade, para que suas necessidades e conflitos sejam convertidos em políticas públicas.

Conforme Cardoso Filho (2003), essas políticas são originárias de temas e problemas que, apontados pela sociedade, constituem uma agenda repleta de questões, tais como a questão fundiária, emprego e renda, saúde, educação, transportes, segurança, saneamento, cidadania, entre outros temas não menos importantes.

Lowi (1964), que apresenta a mais conhecida tipologia sobre políticas públicas, argumenta que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição, e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas, de modo que, no final, a política pública faz a política. Tais arenas se evidenciam nos conflitos e tensões ocorridos entre a sociedade civil organizada e os poderes Executivo e Legislativo, na forma de pressões para inclusão de suas demandas na agenda política desses poderes.

Ainda nesse campo das políticas públicas, Fernandes (2007) afirma que estas se manifestam em duas dimensões complementares: a dimensão técnico-administrativa e a dimensão política.

(...) costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico e é assim, livre portanto do aspecto político propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Esta é uma meia verdade, dado que, apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política, uma vez que está relacionada ao processo decisório. (FERNANDES, 2007, p. 203).

No desenvolver da agenda de questões relacionadas a políticas públicas, a atividade parlamentar mais conhecida é a atuação em plenário, onde são travados debates, discutidas e votadas diversas proposições que, posteriormente, se transformarão em leis.

Cabe ao Poder Legislativo, entretanto, além da elaboração de leis, uma importante tarefa, competência essencial e prerrogativa constitucional, que é garantir o cumprimento, pelo Poder Executivo, das decisões populares e fiscalizar, mediante controle externo, as ações do governo e a administração dos negócios públicos (Cardoso Filho, 2003).

O controle é uma forma de apurar, continuamente, o sentido, o impacto, a validade, a consistência, a coerência e a efetividade das ações implementadas, que, por sua vez, se baseiam em planos advindos de diretrizes e objetivos imediatos e de longo prazo (Vieira, 1996, p.2).

Bernardes & Marcondes (2003) situam o controle como a função de verificar se ocorreram desvios da meta determinada e acionar as medidas corretivas que se fizerem necessárias. Quando se fala em metas, pressupõe-se a existência de objetivos e de planos, de modo que o controle verifica se a execução está de acordo com o que foi planejado.

A função de fiscalização e controle, no contexto das instituições públicas, está regulamentada pela Constituição Federal (art. 70), que estabelece a competência do Congresso Nacional para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas mediante controle externo, a ser exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (CF, art. 71).

A Câmara dos Deputados, assim como o Senado Federal, tem a prerrogativa de solicitar ao TCU, por meio de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias operacionais nas unidades administrativas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (CF, art. 71, IV).

No Distrito Federal, a Lei Orgânica do DF estabelece que “o controle externo a cargo da Câmara Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal” (LODF, art. 78), entendido esse controle como “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou

mantidas pelo poder público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas” (LODF, art. 77).

Isso significa que, se o Executivo é constitucionalmente obrigado a cumprir as leis, assim também o Legislativo tem obrigação de examinar, acompanhar e controlar a implantação de planos, programas e projetos pelo Poder Executivo, aí incluídas as políticas públicas.

As comissões permanentes daquelas Casas podem, também, receber petição, reclamação ou representação de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública, o que, em tese, pode originar procedimentos de fiscalização e controle.

A Câmara dos Deputados e a Câmara Legislativa do DF atuam, portanto, de forma reativa, *a posteriori*, na condição de apoio e suporte, não agindo sob a moderna ótica do controle, segundo a qual o monitoramento é utilizado, antecipadamente e concomitantemente, para a prevenção e correção de rumos.

3. Legislativo e políticas públicas: gestão estratégica da informação e do conhecimento

A gestão estratégica da informação e do conhecimento e suas ferramentas se apresentam, nesse momento, como instrumentos ideais para a aderência do Poder Legislativo às tendências anteriormente citadas: a proatividade e a atuação político-decisória nas ações de fiscalização e controle *a priori*, bem como a participação em formulação, análise e avaliação de políticas públicas.

Quanto à ferramenta denominada gestão de competências, Hamel e Prahalad (1995) apresentam o conceito de competência essencial, traduzido como um conjunto de forças, capacidades e habilidades que conferem diferencial competitivo à organização. Definem competência, ainda, como um conjunto de habilidades e tecnologias, e não uma única habilidade ou tecnologia isolada, e afirmam que, para administrar o estoque de competências específicas de uma

empresa, é necessário desmembrar essas competências em seus componentes, até o nível de indivíduos específicos com talentos específicos.

Hamel e Prahalad (1995) apresentam, ainda, um conjunto de etapas a serem seguidas para tornar as competências essenciais à *alma da empresa*:

1. identificar as competências essenciais existentes;
2. definir uma agenda de aquisição de competências essenciais;
3. desenvolver as competências essenciais;
4. distribuir as competências essenciais;
5. proteger e defender a liderança das competências essenciais.

Nisembaum (2001) conceitua como competência a integração dos conhecimentos, habilidades e atitudes para produzir uma *performance* diferenciada. O autor classifica competência de acordo com o *status* e a relevância que ela tem na organização, conforme se segue:

- madura: a que já faz parte do capital intelectual da organização;
- emergente: aquela que terá relevância num futuro próximo;
- de transição: a que pode ter importância para um determinado momento da organização.

Sparrow e Bognanno (1994), considerando a dinâmica do ambiente organizacional sobre a qualificação profissional, propõem a classificação das competências de acordo com sua relevância e sua importância em um determinado contexto ao longo do tempo. Segundo esses autores, as competências se comportam em termos temporais, em ciclos de vida, de acordo com as inovações tecnológicas e as mudanças na estratégia corporativa.

Esses autores classificam as competências em quatro categorias:

- emergentes: são competências que, apesar de não serem relevantes em determinada organização no momento presente, serão enfatizadas no futuro, a partir da estratégia definida pela empresa;

- declinantes: são aquelas que tiveram grande importância na vida organizacional em um passado recente, mas que estão se tornando cada vez menos relevantes, devido a uma mudança na estratégia da organização, na tecnologia ou na natureza do trabalho;
- transicionais ou transitórias: competências que, embora essenciais em alguns momentos, não estão diretamente relacionadas ao negócio, não são diretamente relevantes para o trabalho nem enfatizadas na estratégia da organização. São, porém, fundamentais para a gestão de processos de mudança;
- estáveis: são aquelas que permanecerão tão importantes no futuro quanto são no momento presente. Representam o cerne dos processos de negócio e permanecem relevantes ao longo do tempo. Devem ser mantidas para assegurar a continuidade da organização.

Para Sparrow e Bognanno (1994), a abordagem do ciclo de vida permite uma vinculação entre o desenvolvimento de competências e os processos de mudança organizacional, uma vez que esses processos podem ser direcionados de áreas de competências declinantes para áreas de competências emergentes. Dessa forma, a organização e seus colaboradores podem adotar uma atitude proativa desenvolvendo, no presente, competências que terão relevância no futuro.

O Poder Legislativo, nesse cenário, deve se orientar então para o desenvolvimento de um conjunto de competências relacionadas ao ciclo das políticas públicas e ao uso das ferramentas metodológicas que podem ser associadas a esse ciclo, tanto no nível organizacional quanto no nível dos indivíduos.

Logo, a qualificação do corpo técnico da Câmara Legislativa do Distrito Federal nessas competências emergentes torna-se estratégica para ampliar a capacidade do Legislativo de fiscalização e controle do Executivo, e para aumentar sua participação na formulação das políticas governamentais, incluindo a definição de prioridades e a avaliação crítica das alternativas de políticas.

No que se refere à ferramenta gestão da informação, Choo (1998) a conceitua como um conjunto de seis processos distintos e interrelacionados: identificação de necessidades informacionais, aquisição de informação, organização

e armazenagem da informação, desenvolvimento de produtos informacionais e serviços, distribuição da informação e uso da informação. De acordo com Tarapanoff (2001), o principal objetivo dessa ferramenta é identificar e potencializar os recursos informacionais de uma organização e sua capacidade de informação, e ensiná-la a aprender e adaptar-se às mudanças ambientais, de modo a administrar a informação como um recurso econômico e estratégico essencial à eficácia das empresas e do governo.

Tarapanoff (2001) apresenta uma ferramenta da gestão estratégica da informação e do conhecimento que permite o monitoramento informacional do contexto externo à organização, nos aspectos relativos a tecnologia, ambiente, usuários, competidores, mercado e produto: a inteligência competitiva. A autora conceitua inteligência competitiva como um processo sistemático que transforma dados esparsos em conhecimento estratégico, e afirma que o monitoramento contínuo dos desenvolvimentos tecnológicos, industriais, e das atividades competitivas permite às organizações adotar ações estratégicas apropriadas e em tempo hábil, tornando-as mais competitivas e melhor posicionadas no mercado.

Nessa direção, o Poder Legislativo, ao adotar essa ferramenta, estará apto a monitorar o ambiente econômico e social, identificar as mudanças ambientais e contribuir na formação da agenda e na formulação de políticas públicas consistentes que atendam à demanda da população por ele representada.

Por fim, a ferramenta denominada inteligência estratégica antecipativa (originalmente chamada *veille anticipative stratégique*).

é o processo informacional coletivo e contínuo pelo qual um grupo de indivíduos busca (de forma voluntária) e utiliza informações antecipativas relacionadas às mudanças susceptíveis de se produzirem no ambiente exterior da empresa, com o objetivo de criar oportunidades de negócios e de reduzir riscos e incertezas em geral. (JANISSEK-MUNIZ e LESCA, 2003, apud LESCA, FREITAS E JANISSEK, 2006, p. 95).

Segundo Lesca, Freitas e Janissek (2006), dentre as informações antecipativas estão os sinais fracos, possíveis de serem captados em elementos de informação

dispersos e de ocorrência variada, aos quais normalmente não se presta a devida atenção, mas que, combinados com outros de mesmo tipo ou não, podem induzir a certas ideias ou percepções e inferir ações a realizar, fornecendo representações do ambiente presente e elementos que permitam inferir mudanças nesse ambiente e apoiar o processo decisório e a ação organizacional rápida e no momento certo.

Portanto, o desenvolvimento, pelo Legislativo, de um conjunto de forças, capacidades e habilidades que o levem na direção das tendências indicadas, por meio da gestão de competências e por meio das relações interdisciplinares e metodológicas da inteligência competitiva, da inteligência estratégica antecipativa e da gestão da informação, é um recurso legítimo que surge da necessidade de integrar e coordenar a heterogeneidade dos recursos informacionais que existem em uma sociedade, em prol de seu desenvolvimento político, econômico e social.

De acordo com Souza (2006) as políticas públicas seguem um ciclo, composto por formação da agenda, formulação, implementação, análise, avaliação e fiscalização.

As ferramentas apresentadas podem ser assim utilizadas em cada fase do ciclo:

- a. na formação da agenda, a inteligência competitiva e a inteligência estratégica antecipativa são adequadas para serem utilizadas, pois o monitoramento ambiental e a percepção de sinais fracos advindos dos cenários socioeconômicos e político-sociais permitem perceber tensões e inferir exigências de mudanças nesse ambiente;
- b. na formulação, implementação, análise, avaliação e fiscalização, a gestão da informação e do conhecimento se faz forte, considerando-se, nessas etapas, a necessidade de aquisição, organização e armazenagem da informação, o desenvolvimento de produtos informacionais e de serviços de distribuição e o uso da informação como recurso econômico e estratégico para acompanhamento e melhor atuação político-decisória.

4. A Câmara Legislativa do Distrito Federal: competências emergentes para acompanhamento e avaliação de políticas públicas

Pesquisa realizada por Cardoso Filho (2003) na Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre competências individuais na área de fiscalização e controle externo relacionou um conjunto de competências emergentes e necessárias às atividades e ações de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo e de avaliação e acompanhamento de políticas públicas, apontadas pelos atores participantes do levantamento, ante as mudanças e exigências da sociedade.

Da parte dos consultores técnicos legislativos lotados na Unidade de Controle Externo da Assessoria Especial de Fiscalização e Controle, entrevistados com utilização de instrumento apropriado, foram apontadas as seguintes competências emergentes: técnicas de entrevistas, técnicas de persuasão, análise e interpretação de mudanças, técnicas de intercâmbio de conhecimentos em equipe, metodologias de acompanhamento de assuntos políticos, econômicos e sociais no Brasil e no mundo.

Deputados distritais entrevistados com o uso do mesmo instrumento de pesquisa registraram as seguintes competências emergentes, considerando-se as dimensões conhecimentos, habilidades e atitudes:

- a. na dimensão conhecimento: conhecimento específico de políticas públicas, conhecimentos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, técnicas de pesquisa e avaliação, conhecimentos sobre a Lei Orgânica do Distrito Federal, conhecimentos sobre o regimento interno da CLDF, técnicas de elaboração legislativa, conhecimentos sobre a Lei de Licitações, organização e métodos, planejamento estratégico, conhecimento das normas do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- b. na dimensão habilidades, os deputados registraram: saber selecionar informações relevantes, ter raciocínio rápido e eficaz e capacidade de sintetização;

- c. na dimensão atitudes, os deputados distritais registraram o seguinte: ser criativo na resolução de problemas, ser otimista, ser coerente e ter independência.

As competências emergentes identificadas por Cardoso Filho (2003) em sua pesquisa já indicavam, à época, novas exigências de qualificação para os consultores técnicos legislativos lotados na Unidade de Controle Externo, as quais, em face da dinâmica da sociedade, teriam grande importância para as estratégias da Câmara Legislativa do Distrito Federal em atividades e ações de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo e de avaliação e acompanhamento de políticas públicas.

Percebe-se que essas competências estão relacionadas à gestão estratégica da informação e do conhecimento e suas ferramentas, e seguem a trilha de Tarapanoff (2001), no caminho de identificar e potencializar os recursos informacionais do Poder Legislativo e ensiná-lo a aprender e adaptar-se às mudanças ambientais, de modo a administrar a informação como um recurso econômico e estratégico essencial à eficácia das empresas e do governo.

Essa perspectiva acompanha a proposição de Mc Lagan (1997), que sugere a criação de hipóteses sobre o futuro, ou seja, fazer inferências sobre o futuro do trabalho e do seu ambiente, identificar que competências serão requeridas e criar processos de planejamento do trabalho. Esse autor prossegue afirmando que esses processos de planejamento do trabalho não precisam requerer um modelo prescrito, mas devem orientar indivíduos e equipes a pensarem nas implicações das mudanças nas estratégias e no ambiente de trabalho, e em quais competências deverão ser salientadas.

Foi realizada, então, nova pesquisa na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de se identificar, dessa feita, as competências emergentes relacionadas ao campo das políticas públicas, como forma de contribuir para a qualificação e aperfeiçoamento do Poder Legislativo não só para fiscalizar as ações do governo e a administração dos negócios públicos, mas também para acompanhar a formulação, análise e avaliação de políticas públicas por parte do Poder Executivo.

5. Metodologia

De acordo com taxonomia proposta por Vergara (1998), dois aspectos classificam esta pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios de investigação.

No que se refere aos fins, a pesquisa é exploratória, pois não há registros de publicação prévia sobre estudo de competências emergentes na área de políticas públicas, especificamente sob a perspectiva do Poder Legislativo.

A pesquisa é, também, descritiva, pois alcança a obtenção e exposição de dados representativos de determinada situação ou fenômeno.

Classifica-se, ainda, como aplicada, por seu caráter prático e pela necessidade de resolver problemas reais, podendo auxiliar a Câmara Legislativa do Distrito Federal em sua estratégia de capacitação e desenvolvimento dos servidores. Quanto aos meios de investigação, esta pesquisa é bibliográfica, de campo e de levantamento.

Por fim, quanto à natureza das variáveis, a pesquisa classifica-se como quantitativa, por coletar dados junto a um número significativo de pessoas por meio de questionários estruturados e escala de avaliação.

As competências descritas são consideradas variáveis independentes. São variáveis dependentes o grau de importância atribuído a cada competência e o grau de domínio apontado como existente em relação àquela dada competência.

As competências com maiores médias de importância são consideradas essenciais e, ao mesmo tempo, aquelas com maiores médias de importância e menores médias de domínio são consideradas lacunas (*gaps*) de competência e são indicadas ou selecionadas para capacitação.

Por outro lado, os consultores legislativos respondentes que indicaram completo domínio sobre dada competência poderão ser incluídos em cadastro de especialistas, nos moldes do mapa do conhecimento preconizado por Davenport & Prusak (1998), cujo modelo conceitual foi desenvolvido por Cardoso Filho (2010) para aplicação na Câmara Legislativa do DF.

5.1 Conceitos utilizados

Para efeito desta pesquisa, são adotados os seguintes conceitos:

- a. **competências:** integração de conhecimentos, habilidades e atitudes para produzir uma *performance* diferenciada (Nisembaum, 2001).
- b. **competências maduras:** aquelas que já fazem parte do capital intelectual da organização (Nisembaum, 2001).
- c. **competências emergentes:** aquelas que, apesar de não serem relevantes no momento presente, serão enfatizadas no futuro, a partir da estratégia definida pela empresa (Sparrow & Bognano, 1994).
- d. **consultor legislativo:** ocupante de cargo efetivo de nível superior do quadro de pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que exerce atividades de assessoramento técnico especializado, de acordo com áreas específicas de atuação.
- e. **assessoria legislativa:** unidade organizacional da Câmara Legislativa do Distrito Federal responsável pelo assessoramento técnico especializado aos parlamentares e às comissões permanentes em assuntos relacionados a áreas específicas de atuação.

5.2 População e amostra

A população (ou universo) da pesquisa é a Câmara Legislativa do Distrito Federal, referindo-se estritamente ao grupo de consultores legislativos lotados na Assessoria Legislativa e nas comissões permanentes, e, com relação a estes, o tipo de amostragem utilizada é não probabilística e selecionada por tipicidade, pois estes são os sujeitos que desenvolvem a atividade de assessoramento especializado em áreas específicas de atuação parlamentar no âmbito da CLDF.

Os sujeitos da pesquisa, que forneceram os dados necessários à análise, foram os 58 consultores legislativos da CLDF lotados na Assessoria Legislativa e nas comissões permanentes.

5.3 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados teve como fonte, para sua elaboração, editais dos últimos concursos realizados para o cargo de especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e conteúdos programáticos de cursos de pós-graduação em políticas públicas e em gestão pública. Foi percebida semelhança entre as competências exigidas nos editais de concurso e os conteúdos programáticos dos cursos de pós-graduação pesquisados.

A partir da análise dos editais e dos conteúdos programáticos dos cursos, combinada com ferramentas da gestão estratégica da informação e do conhecimento e com estudo de Cardoso Filho (2003), foi possível identificar as competências emergentes, conforme Sparrow & Bognano (1994), necessárias ao Legislativo para acompanhamento, formulação, análise e avaliação de políticas públicas, visualizadas na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Matriz de competências emergentes, obtidas segundo editais de concursos públicos e conteúdos de cursos de pós-graduação pesquisados, combinadas com ferramentas da gestão estratégica da informação e do conhecimento e com estudo de Cardoso Filho (2003).

CONHECIMENTOS
Teoria política
Políticas públicas
Fiscalização de políticas públicas
Análise de políticas públicas
Avaliação de políticas públicas
Sociedade e políticas públicas
Legislativo e orçamento público
Planejamento no serviço público
Administração pública contemporânea
Gestão estratégica

Gestão do conhecimento e da informação

Gestão em políticas públicas

Indicadores sociais

Monitoramento e avaliação de políticas públicas

Região, território e políticas públicas

Políticas de emprego, trabalho e renda

Política cultural

Direitos humanos e políticas públicas

Saúde e políticas públicas

Meio ambiente, sustentabilidade e políticas públicas

HABILIDADES

Comunicação interpessoal

Informática

Sensibilidade para perceber sinais fracos

Perspicácia para descobrir fatos e fazer conexões

Trabalho em equipe

Análise de informações

Objetividade e clareza

Visão integrada

Busca e recuperação da informação em diversas fontes

ATITUDES

Proatividade

Percepção de suas próprias limitações

Empatia

Sensibilidade

Isenção

Ética profissional

Busca do autodesenvolvimento

Em seguida, as competências foram registradas em um questionário, nos moldes utilizados por Cardoso Filho (2003), descritas em termos de comportamentos observáveis, conforme sugerido por Green (1999), segundo Tabela 2 a seguir, utilizando-se uma escala de Likert de quatro pontos (0, 1, 2 e 3). Nesse caso, porém, foram apresentados apenas os itens da dimensão conhecimentos e disponibilizado um campo para registro, pelo respondente, de conhecimentos considerados importantes, mas não contemplados na tabela. O instrumento foi desenvolvido e aplicado na forma de questionário eletrônico, com o recurso do *software* de questionários e pesquisa denominado SurveyMonkey™.

Tabela 2 – Competências descritas em termos de comportamentos observáveis, conforme registradas no questionário eletrônico aplicado

CONHECIMENTOS

Teoria política: ter visão geral do pensamento político moderno e dos conceitos básicos de Estado e poder, e conhecer a aplicação desses conceitos na elaboração de políticas públicas.

Políticas públicas: conhecer as teorias e os sistemas de políticas públicas, o ciclo das políticas públicas e a tipologia de políticas públicas.

Fiscalização de políticas públicas: conhecer metodologias e ferramentas de fiscalização da implementação de políticas públicas.

Análise de políticas públicas: conhecer ferramentas, bases informacionais (dados e metadados) e metodologias para análise de políticas públicas.

Avaliação de políticas públicas: conhecer os conceitos de transparência, responsabilidade, legalidade, *accountability*, eficiência, eficácia e efetividade; conhecer os principais órgãos de controle e fiscalização e suas funções; compreender a avaliação das políticas públicas como procedimento estratégico fundamental ao exercício da cidadania.

Sociedade e políticas públicas: saber identificar as demandas sociais por políticas públicas; conhecer o foco, o universo e as tendências da atuação estatal; saber identificar atores sociais e suas reivindicações junto ao Estado.

Legislativo e orçamento público: conhecer os conceitos básicos do processo orçamentário, as leis orçamentárias e as instâncias institucionais do processo orçamentário.

Planejamento no serviço público: ter capacidade de elaborar políticas públicas por meio da formulação de programas e projetos.

Administração pública contemporânea: conhecer as características da administração pública no Brasil e as tendências, os pressupostos e os instrumentos gerenciais contemporâneos.

CONHECIMENTOS

Gestão estratégica: conhecer o pensamento estratégico no contexto das transformações mundiais, locais e regionais; conhecer metodologias de planejamento de longo prazo e de planejamento estratégico; saber elaborar análise de cenários e compreender relações e alianças estratégicas.

Gestão do conhecimento e da informação: conhecer conceitos, práticas, ferramentas e técnicas para a gestão do conhecimento, da informação e do capital intelectual; compreender a importância estratégica da informação e do conhecimento para a gestão pública; compreender a importância estratégica da gestão da informação e do conhecimento para a formulação e elaboração de políticas públicas.

Gestão em políticas públicas: compreender os fluxos e nexos entre a tomada de decisão, a implementação, a execução, os resultados e os impactos produzidos pelas políticas públicas e pelos programas sociais.

Indicadores sociais: conhecer os objetivos dos indicadores sociais, as maneiras de construí-los e sua importância para a gestão pública.

Monitoramento e avaliação de políticas públicas: conhecer indicadores sociais e sua relação com o ciclo de políticas públicas; conhecer processos avaliativos (*ex ante* e *ex post*), avaliação de impacto, avaliação de resultados.

Região, território e políticas públicas: conhecer os processos inerentes à globalização, ao desenvolvimento do Estado e ao desenvolvimento regional; conhecer o processo de desenvolvimento regional no DF; monitorar e acompanhar novas tendências do desenvolvimento do DF.

Políticas de emprego, trabalho e renda: conhecer as transformações tecnológicas e organizacionais e seus impactos na classe trabalhadora; conhecer as transformações do mercado de trabalho no Brasil e no DF; conhecer as principais políticas públicas de emprego e renda no contexto contemporâneo de mudanças.

Política cultural: compreender as políticas culturais contemporâneas e as diferentes estratégias político-culturais propostas pelo mercado, pelos movimentos sociais e pelo Estado.

Direitos humanos e políticas públicas: compreender a necessidade da promoção, defesa e garantia dos direitos humanos na implementação de políticas públicas.

Saúde e políticas públicas: compreender a necessidade da promoção, defesa e garantia do direito universal à saúde na implementação de políticas públicas.

Meio ambiente, sustentabilidade e políticas públicas: compreender a necessidade da preservação do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e da promoção da qualidade de vida na implementação de políticas públicas.

A pedido do pesquisador, o diretor da Associação dos Consultores Legislativos da CLDF (Asselegis) informou aos consultores sobre a realização da pesquisa e

disponibilizou seus endereços eletrônicos, para os quais foi enviado um *e-mail* com um convite para acessarem o *link* que os levaria ao questionário.

6. Resultados

De um total de 58 consultores legislativos, 34% responderam o questionário, totalizando 20 respondentes.

Seguindo o modelo de Borges-Andrade & Lima (1983, p. 7) utilizado por Cardoso Filho (2003), levantou-se as médias e desvios padrões da importância e do domínio de cada competência, medidas pela escala de Likert.

Nesta pesquisa, considerou-se que “competências com desvio padrão igual ou superior a 0,75, tanto para importância como para domínio, podem não ter suas médias consideradas para fins de julgamento da discrepância, uma vez que este resultado implica em uma grande dispersão de opiniões por parte do grupo de respondentes” (Borges-Andrade & Lima, 1983, p. 7).

As competências com maiores médias de importância e menores médias de domínio – ou seja, aquelas com maior discrepância entre o real e o esperado – são selecionadas para capacitação.

Foi utilizada a fórmula

$$pg = \frac{\sum [I (3 - D)]}{n}$$

na qual:

pg = prioridade geral de uma competência, numa escala de 0 a 9;

I = importância da competência, julgada pelos respondentes, numa escala de 0 a 3;

D = domínio da competência, julgada pelos respondentes, numa escala de 0 a 3;

n = número de respondentes.

A Tabela 3 apresenta os resultados encontrados. Os resultados obtidos indicam que as competências listadas são absolutamente essenciais e importantes (com médias de importância ≥ 2 , caracterizando importância para o desempenho). Entretanto, provavelmente devido ao fato de os consultores legislativos da CLDF trabalharem em unidades temáticas diferentes, foram atribuídos valores discrepantes aos graus de domínio e importância relacionados às competências descritas nas linhas com hachuras, as quais indicam que o desvio padrão encontrado foi igual ou superior a 0,75, tanto para importância como para domínio, e não tiveram suas médias consideradas devido à grande dispersão de opiniões por parte do grupo de respondentes.

Por conseguinte, o núcleo de competências com médias iguais ou superiores a 2, que não tiveram discrepâncias nos valores atribuídos, ou seja, que tiveram desvio padrão menor que 0,75 tanto em importância quanto em domínio, pode ser considerado como núcleo de competências emergentes essenciais, visto que os elevados escores encontrados conferem a ele um grau de essencialidade, sendo, portanto, prioritário para capacitação, independentemente da unidade temática na qual é trabalhado.

Tabela 3 – Demonstrativo de prioridades de capacitação dos consultores legislativos

CONHECIMENTOS	Importância	Domínio	Lacunas	Prioridade	
	\bar{X}	\bar{X}			
Teoria política	2,80	1,60		3,85	
Políticas públicas	2,50	1,60		3,30	
Fiscalização de políticas públicas	2,70	1,25	SIM	4,75	1°
Análise de políticas públicas	2,80	1,45		4,25	
Avaliação de políticas públicas	2,80	1,75	SIM	3,50	6°
Sociedade e políticas públicas	2,85	1,90	SIM	3,05	8°

CONHECIMENTOS	Importância	Domínio	Lacunas	Prioridade	
	\bar{X}	\bar{X}			
Legislativo e orçamento público	2,65	1,65		3,30	
Planejamento no serviço público	2,30	1,50	SIM	3,40	7º
Administração pública contemporânea	2,45	1,40		3,80	
Gestão estratégica	2,30	1,15	SIM	4,15	3º
Gestão do conhecimento e da informação	2,30	1,15		4,20	
Gestão em políticas públicas	2,40	1,35		3,80	
Indicadores sociais	2,50	1,45	SIM	3,75	5º
Monitoramento e avaliação de políticas públicas	2,60	1,20	SIM	4,65	2º
Região, território e políticas públicas	2,65	1,65		3,40	
Políticas de emprego, trabalho e renda	2,55	1,40	SIM	3,95	4º
Política cultural	2,55	1,45		3,70	
Direitos humanos e políticas públicas	2,75	1,55		3,80	
Saúde e políticas públicas	2,75	1,55		3,80	
Meio ambiente, sustentabilidade e políticas públicas	2,80	1,80		3,35	

7. Considerações finais

A pesquisa procurou identificar as competências individuais que se traduzirão em capacidades organizacionais emergentes que apoiarão a CLDF na direção das tendências apontadas por Inácio, Anastasia e Santos (MINAS GERAIS, 2009), particularmente para o acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas formuladas e implementadas pelo Poder Executivo, com foco em resultados.

Os resultados encontrados indicam oito competências essenciais que seguramente devem ser objeto de capacitação e qualificação para os consultores legislativos não só da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mas de todas as casas de leis, para sua atuação no campo das políticas públicas. É importante que as escolas do Legislativo atentem para esse fato, pois a sociedade, conforme apontam resultados de pesquisa anteriormente mencionadas, sinaliza a exigência de maior participação do Legislativo na formulação e acompanhamento das políticas públicas levadas a termo pelo Poder Executivo.

Referências

BERNARDES, Cyro, MARCONDES, Reynaldo C. *Teoria geral da administração: gerenciando organizações*. São Paulo: Saraiva, 2003.

BORGES-ANDRADE, J. E.; LIMA, Susana M. V. Avaliação de necessidades de treinamento: um método de análise de papel ocupacional. *Tecnologia Educacional*, v. 13, n. 54, p. 6-22, 1983.

CARDOSO FILHO, Jair Cunha. *Identificação de competências individuais em atividade de fiscalização e controle externo na Câmara Legislativa do Distrito Federal*. 169 f. Dissertação (Mestrado em ciência da informação) – Departamento de Ciência da Informação da UnB. Brasília, 2003.

_____. Sistema de informação em gestão de competências: proposta de um modelo de mapa do conhecimento aplicado à Câmara Legislativa do Distrito Federal. *E-Legis: Rev. Elet. do Progr. de Pós-Graduação da Câmara dos*

Deputados, Brasília, 4 jun. 2010. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/e-legis/index.php/e-legis/article/view/46/42>. Acesso em: 2 maio 2011.

CHOO, Chun Wei. *Information management for the intelligence organization: the art of scanning the environment*. 2. ed. Medford, NJ: Information Today, 1998. (ASIS Monograph Series).

DAVENPORT, T.H.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). *Lei Orgânica do Distrito Federal*. Brasília: Câmara Legislativa, 1993.

FERNANDES, Antônio Sergio Araújo. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto; JUNIOR, José Paulo M. *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

GREEN, Paul C. *Desenvolvendo competências consistentes: como vincular sistemas de recursos humanos a estratégias organizacionais*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

HAMEL, Gary, PRAHALAD, C.K. *Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

INÁCIO, Magna; ANASTASIA, Fátima; SANTOS, Fabiano. *Direcionamento Estratégico da ALMG 2010-2020: mapeamento de tendências; mudanças e inovações no Poder Legislativo no Brasil e no mundo*. [Belo Horizonte]: Alemg, 2009. 85 p. Disponível em: <http://www2.almg.gov.br/hotsites/planejamento_estrategico/index.html>. Acesso em: 13 set. 2010.

LESCA, Humbert; FREITAS, Henrique; JANISSEK-MUNIZ, Raquel. Inteligência antecipativa para decisão estratégica. *Organizações em Contexto*, São Paulo, v. 2, n. 4, 2006.

LOWI, Theodor J. American business, public policy, case-studies, and political. *World Politics*, v. 16, n. 4, p. 677-715, July 1964.

MC LAGAN, P.A. *Competencies: the next generation. Training & Development*, p. 40-47, May 1997.

NISEMBAUM, Hugo. Gestão do conhecimento. In: BOOG, Gustavo (coord.). *Manual de treinamento e desenvolvimento: um guia de operações*. São Paulo: Makron Books, 2001.

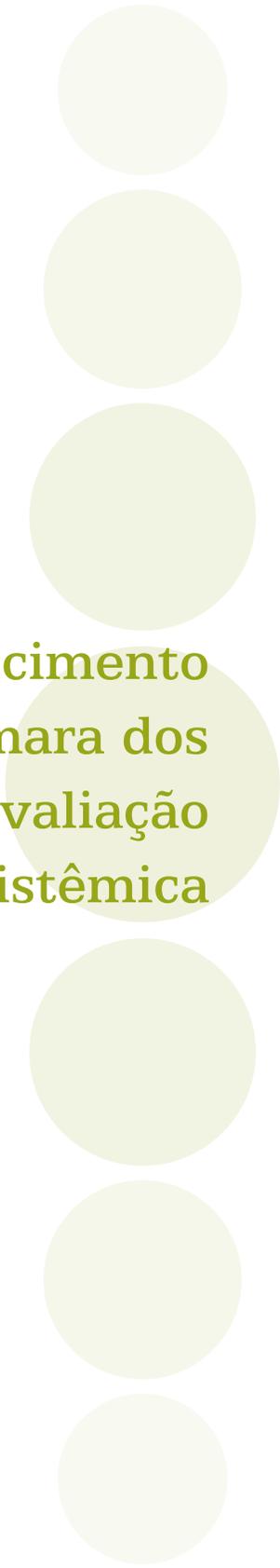
SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez 2006.

SPARROW, P. R.; BOGNANNO, M. Competency requirement forecast: issues for international selection and assessment. In: MABEY, Christopher; ILES, Paul (ed.). *Managing learning*. London: Routledge, 1994.

TARAPANOFF, Kira. Referencial teórico: introdução. In: TARAPANOFF, Kira (org.). *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: EdUnB, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, Maria Beatriz Lima. Apresentação. *Cadernos Asfico*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 2, 1996.



**Gestão do conhecimento
estratégico na Câmara dos
Deputados: uma avaliação
teórico-sistêmica**

Gestão do conhecimento estratégico na Câmara dos Deputados: uma avaliação teórico-sistêmica

Roberto Campos da Rocha Miranda

Resumo

O estudo apresenta reflexão teórica acerca do delineamento sistêmico da gestão do conhecimento estratégico (GCE) na Câmara dos Deputados (CD), indicando os sistemas relevantes a partir do estabelecimento dos limites, dos atores e das principais questões envolvidas dentro de contexto técnico-organizacional e técnico-político. Utilizando-se da situação-problema não estruturada e da situação-problema expressa, fases iniciais da metodologia de sistemas flexíveis (SSM)⁷, como ferramentas para auxiliar no processo de reflexão, os fatores sistêmicos da GCE – cognição, modelo gerencial, tecnologia, contexto, cultura organizacional e individualidade – são discutidos no escopo da Câmara dos Deputados. Os resultados apontam para a adoção de três sistemas relevantes: sistema de gestão da informação e do conhecimento estratégico institucional, sistema integrado de informação de apoio à atividade legislativa e administrativa da CD e sistema de inteligência antecipativa para a CD.

⁷ Sigla, em inglês, para *Soft Systems Methodology*.

Palavras-chave: legislativo, gestão do conhecimento, estratégia, Câmara dos Deputados, metodologia de sistemas flexíveis.

Abstract: *This study presents a theoretical reflection about the systemic design of Strategic Knowledge Management Strategy (SKM) in the Chamber of Deputies (CD), indicating the relevant systems based on the establishment of boundaries, stakeholders and major issues involved in the technical and political context. Expressing the problem situation, the early stage of soft systems methodology (SSM), as a tool to assist in the reflection process, the systemic factors of SKM – cognition, managerial model, technology, context, organizational culture and individuality – are discussed within the scope of the Chamber of Deputies. The results point to the adoption of three important systems: a system for managing institutional strategic information and strategic knowledge, an integrated information system to support legislative and administrative activity of the CD and an environmental scanning intelligence system to CD.*

Keywords: *legislative, knowledge management, strategy, Chamber of Deputies, soft systems methodology.*

1. Introdução

Os aspectos da gestão do conhecimento estratégico (GCE) confundem-se com temas consagrados e voltados para estratégia, tais como gestão estratégica e planejamento estratégico. Neste artigo o que se pretende é avaliar os aspectos da GCE que podem ser aplicados ao contexto da Câmara dos Deputados (CD), utilizando a metodologia de sistemas flexíveis como ferramenta de auxílio à incipiente discussão teórica. Assim, busca-se, em um primeiro momento, identificar os fatores da GCE visíveis no Parlamento, bem como suas interações processuais e, em uma segunda instância, com suporte nas fases 1 e 2 da metodologia de sistemas flexíveis, identificar as principais questões relacionadas aos sistemas relevantes passíveis de serem implementados na CD.

Desse modo, justifica-se este estudo em razão da pouca literatura sobre conhecimento estratégico no Legislativo, particularmente quanto ao apoio da informação e do conhecimento na formulação e decisões estratégicas. Além disso, a GCE tem sua origem e aplicação no contexto privado, cabendo a avaliação de sua extensão à esfera pública.

Para consecução dos objetivos anteriormente citados, a visão geral da gestão do conhecimento e do modelo integrado de GCE são delineados, indicando as diferenças entre gestão estratégica do conhecimento e gestão do conhecimento estratégico. Na sequência, é apresentada uma visão restrita da metodologia de sistemas flexíveis ao estudo, focada nas fases de análise e de delineamento estruturado da situação-problema. Finalmente, é realizada discussão dos aspectos da GCE aplicáveis à CD, propondo-se sistemas relevantes que venham a melhor estruturar as questões relativas à informação e ao conhecimento na CD, culminando com conclusões sobre estudos a serem desenvolvidos como resultado da visão apontada.

2. Gestão do conhecimento

Antes de se estabelecer as linhas gerais do que vem a ser gestão do conhecimento estratégico (GCE), é importante assinalar a visão que se toma neste artigo sobre gestão do conhecimento. Assume-se que a gestão do conhecimento (GC) é

(...) o processo de criação, captura, assimilação e disseminação de conhecimento tácito extrínseco individual, integrando-o ao conhecimento organizacional, a fim de que seja utilizado como subsídio útil às diversas atividades desenvolvidas no âmbito da organização. (MIRANDA, 2004, p. 51).

Assim, a concepção de GC evoca a visão processual e sistêmica, considerando que se parte da busca do conhecimento até a sua utilização como subsídio a uma tomada de decisão. Não se tem a pretensão de realizar controle ou comando do conhecimento existente nas mentes das pessoas. Essa é a visão equivocada de alguns autores que refutam o termo “gestão” para tratar dos recursos,

das práticas, das metodologias, das ferramentas que auxiliam no processo de capturar e adquirir conhecimento e torná-lo útil no seio da organização.

Nesse ponto, há que se estabelecer a diferença entre “capturar” e “adquirir”. Busca-se capturar o conhecimento tácito, assim entendido como o conhecimento vinculado às crenças, aos valores, aos conceitos, enfim condições particulares, pessoais e individualizadas que Polanyi (1966) indica como algo que mais sabemos do que externamos. Porém, parte do conhecimento tácito pode (e deve) ser explicitado, ou seja, externalizado e tornado disponível à utilização de outrem que não o detentor do conhecimento. Esse conhecimento é denominado tácito extrínseco, em contraposição ao tácito intrínseco, que não pode ser explicitado (MIRANDA, 2004). Já o termo aquisição refere-se à obtenção de conhecimento já disponível em algum suporte – livros, revistas, bases de dados etc. – acessível a quem tenha condições de decodificar o material registrado, objeto de trabalho e estudo da gestão da informação. Ressalte-se que os conceitos de conhecimento tácito e explícito foram trazidos para o contexto organizacional por Nonaka e Takeuchi (1995).

Outro ponto a ser destacado quanto à GC é o fato de que se trata de disciplina que utiliza ferramentas eficazes de conversão de conhecimento – internalização, externalização, socialização e combinação (Nonaka e Takeuchi, 1995) –, valendo apontar para este estudo as seguintes:

- a. portais corporativos: são instrumentos de acesso a dados e informações das organizações quer interna, quer externamente, possibilitando a integração de recursos e atuando como suporte à decisão e ao processamento corporativo (DIAS, 2001);
- b. comunidades de prática: são grupos que se associam informalmente com o objetivo de partilhar suas dúvidas, seus anseios e suas necessidades em contexto cooperativo, geralmente por meio virtual, buscando gerar ambiente de aprendizado coletivo no qual a experiência prática de cada um torna-se o diferencial para o crescimento de todo o grupo (WENGER *et alii*, 2002);

- c. memória organizacional: refere-se à história de experiências registradas sobre a organização e que podem ser reutilizadas em situações presentes, abrangendo tanto aspectos institucionais quanto técnicos (MORESI, 2000);
- d. mapeamento de conhecimento: consiste em mapear e registrar em base de dados os conhecimentos necessários por processo e os conhecimentos disponíveis na organização. O cruzamento de ambos permite a identificação da discrepância entre as reais necessidades de competência de cada unidade organizacional e a disponibilidade destas nas pessoas que pertencem às mesmas (CARDOSO *et alii*, 2001, p. 4); e
- e. mapeamento de competências: refere-se à identificação da lacuna existente entre as competências buscadas e necessárias à realização das atividades das organizações e as competências existentes já desenvolvidas pelos colaboradores, de forma a alcançar um melhor desempenho e (ou) comportamento dos profissionais (BRANDÃO e BAHRY, 2005).

3. Gestão do conhecimento estratégico

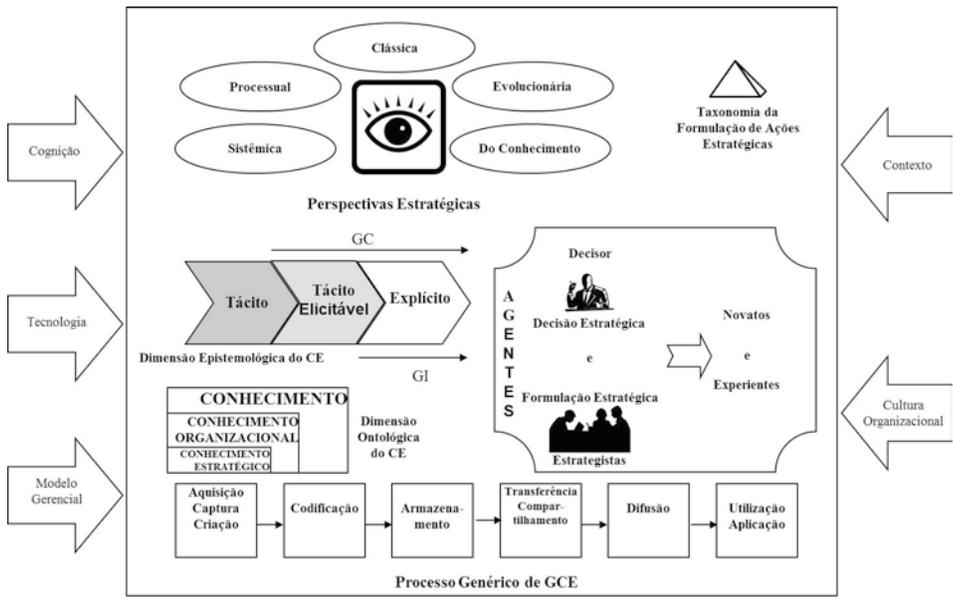
Ao se referenciar a gestão do conhecimento estratégico (GCE) há que se estabelecer, primeiramente, a diferenciação do conceito de gestão estratégica do conhecimento, cuja preocupação maior é com os programas que envolvem todas as ações de gestão do conhecimento (GC) nas organizações. Já a GCE é voltada para um tipo de conhecimento específico: o conhecimento estratégico (MIRANDA e COSTA, 2005). O que caracteriza o conhecimento estratégico é sua relação com a formulação e a decisão estratégicas.

Assim, a GCE (MIRANDA, 2004) aborda os aspectos relacionados aos processos de formulação e decisão estratégicas, bem como os tipos de conhecimento gerados (tácito e explícito), mas fundamentalmente os fatores que tendem a influenciar o processo de geração, compartilhamento e uso do conhecimento estratégico, representados por:

- a. cultura organizacional: fator que pode estimular ou inibir a formulação de estratégias adequadas, uma vez que interfere diretamente nas relações entre estrategistas e decisores;
- b. modelo gerencial: estilos gerenciais autocráticos ou, em oposição, anárquicos, tendem a prejudicar o processo de formulação e decisão estratégicos, criando barreiras ou facilitações indevidas ao tratamento da informação e do conhecimento estratégicos;
- c. contexto: é o fator que define os limites decisórios estratégicos, bem como impõe o formato e o número de alternativas estratégicas a serem formuladas;
- d. tecnologia: apoiando os processos de captura, tratamento, disseminação e uso do conhecimento estratégico, a tecnologia pode ser decisiva na construção de alternativas estratégicas que venham a definir os rumos da organização;
- e. cognição: fator de difícil mensuração e avaliação no contexto da GCE, indica as tendências quanto ao processo construtivo da formulação de estratégias bem como da forma como determinadas decisões são tomadas, definindo os caminhos a serem trilhados pela organização;
- f. individualidade: os aspectos pessoais e intrínsecos da personalidade de decisores e estrategistas marcam a forma como formulam e decidem estrategicamente, indicando tendências e apontando como a experiência adquirida nos processos de GCE, limitadas pelo contexto, definem as escolhas estratégicas (FUJIHARA, 2008).

Finalmente, a GCE preocupa-se com as questões relacionadas às competências dos atores e a limitações ambientais que possam vir a estimular ou a inibir a gestão efetiva do conhecimento estratégico, conforme se observa na Figura 1.

Figura 1 – Modelo integrado da GCE



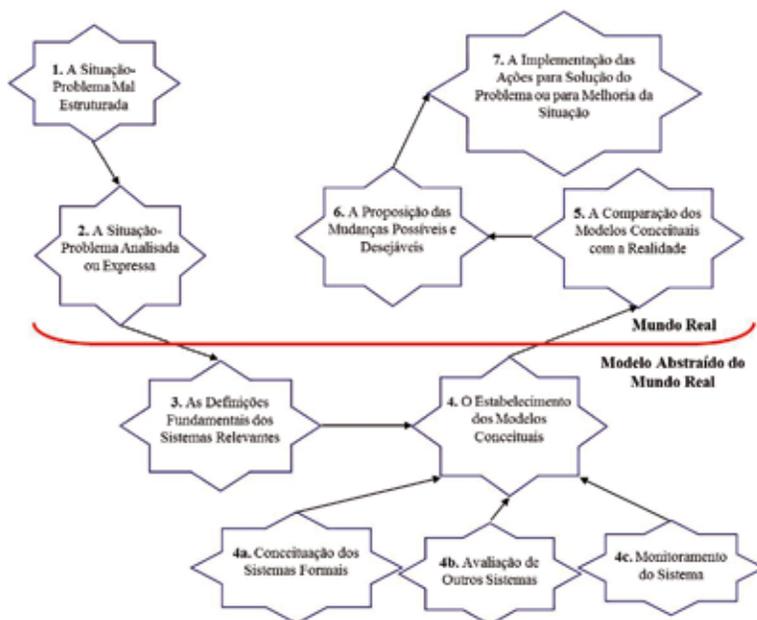
Fonte: Miranda (2004).

4. Metodologia de sistemas flexíveis (SSM)

A SSM (CHECKLAND, SCHOLLES, 2001) surge como alternativa à visão clássica de sistemas (BERTALANFFY, 1968), buscando incorporar aspectos relacionados a relações sociais, interação pessoal, cultura e outros aspectos que caracterizam as atividades humanas. Sob este prisma, a SSM caracteriza-se como “uma sequência de estágios de análise de uma situação-problema abstraída do mundo real” – entendida situação-problema como tema complexo, que sofre influência de inúmeras variáveis – “buscando entender o sistema de atividade humana envolvido e propor mudanças possíveis e desejáveis para seu aprimoramento” (COUPRIE, 2007, p. 3). Portanto, a SSM permite a descrição, segundo a visão de atores e participantes da situação-problema, das relações, limitações, preocupações e dos conflitos existentes em uma atividade humana.

A SSM é desenvolvida em sete estágios. O primeiro busca entender a situação-problema, caracterizando os elementos influentes e influenciados. Já no segundo estágio, as estruturas, conflitos e relações identificadas são expressas e delineadas, de acordo com os atores envolvidos. Neste caso, elabora-se uma representação pictórica da situação-problema denominada *rich picture*. O próximo estágio envolve a construção de definições dos sistemas mais relevantes a serem considerados para tratarem das situações identificadas. Para a construção desses sistemas, é necessário que se estabeleçam modelos conceituais estruturantes de ações norteadoras do desenvolvimento dos sistemas, constituindo-se o quarto estágio da SSM. De posse dos sistemas relevantes, é importante verificar se os modelos estabelecidos correspondem à realidade, o que nos leva à quinta fase da metodologia. O passo seguinte é a definição de mudanças possíveis (factíveis e viáveis) e desejáveis (política, social e tecnicamente aceitáveis) para, finalmente, chegar ao último estágio da SSM, em que são propostas ações para transformação da situação-problema (WILSON, 1990). A Figura 2 representa os sete estágios.

Figura 2 – Estágios da SSM



Assim, considerando-se os objetivos deste estudo, destacam-se, particularmente, as fases 1 e 2 da metodologia, especialmente quanto aos seguintes aspectos:

- a. a indicação de atores e fatores limitadores deve estar restrita aos elementos essenciais para delineamento da situação-problema em estudo; assim, neste texto, não serão considerados elementos que têm influência indireta sobre o sistema de atividade humana em questão;
- b. as preocupações devem refletir a visão de todos os interessados envolvidos; no caso deste estudo, de cunho reflexivo-teórico, a expressão da situação-problema se dá sustentada na documentação e na bibliografia acessada para o desenvolvimento da pesquisa; e,
- c. os conflitos apontados não representam disputas nem caracterizam ações contrárias, são apenas antagonismos na visão de pontos que convergem para uma mesma situação.

5. Avaliação teórico-sistêmica da GCE na CD

No contexto de discussão do Parlamento, é preciso tomar a GCE (MIRANDA, 2004) sob quatro aspectos. O primeiro refere-se aos atores que participam do processo de geração do conhecimento estratégico. Tais atores são primordialmente indicados pelos tomadores de decisão estratégica, representados pelos gerentes e diretores de alto nível das organizações e que detêm autoridade formal para decidir sobre os rumos da organização. No caso da Câmara dos Deputados, os decisores estratégicos dividem-se nos grupos administrativo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1971) e legislativo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1989). O primeiro é representado pelo diretor-geral, o qual é apoiado pelos diretores dos principais órgãos administrativos da Casa: Centro de Informação e Documentação (Cedi), Centro de Informática (Cenin), Secretaria de Comunicação (Secom), Diretoria de Administração (Dirad), Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e Diretoria Legislativa (Dileg). Os decisores estratégicos do grupo legislativo incluem o presidente da Câmara dos Deputados e os demais membros da Mesa Diretora. Neste ponto cabe a

ressalva de que, em sentido estrito, são os decisores do grupo legislativo que definem o direcionamento estratégico da CD. Porém, considerando a importância do suporte técnico-administrativo aos trabalhos, o grupo administrativo assume papel coadjuvante e fundamental no processo decisório.

Os outros atores que participam da GCE estão voltados para a formulação estratégica – captura de dados, informações e conhecimento, alinhamento estratégico, elaboração e proposição de alternativas estratégicas – e constituem-se em corpo técnico de alto nível, responsável por apoiar as decisões estratégicas da Casa, incluindo nesse grupo os consultores legislativos, os diretores de centros e alguns analistas legislativos.

O segundo aspecto importante a ser discutido refere-se ao tratamento dissociado e diferenciado das questões de administração e de atuação legislativa, ou seja, há separação clara entre os assuntos referentes à área administrativa e à área legislativa. Pode-se observar tal segmentação a partir do próprio planejamento estratégico da Casa, conforme se transcreve *in verbis*: “Art. 1º A gestão estratégica visa a orientar o gerenciamento das **ações administrativas e de apoio técnico-legislativo** da Câmara dos Deputados.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p. 1, grifo nosso). Fato é que, ao se separar as atividades administrativas das legislativas, vai-se de encontro ao fundamento da administração estratégica que, conforme Certo e Peter (2007, p. 5, grifo nosso), “(...) é assegurar que a empresa **como um todo** se integre apropriadamente a seu ambiente (...)”. Assim, as direções futuras a serem assumidas pela área administrativa devem ser, pelos princípios da gestão estratégica, alinhadas com as ações adotadas na área legislativa, de forma que todo o *corpus* da Câmara dos Deputados se volte para uma visão e uma missão conjuntas. Destaca-se que não é localizada na literatura a justificativa para a separação das duas áreas, bem como não se encontra registrada qualquer sinalização do processo de gestão estratégica da área legislativa. Essa situação pode levar a um conflito de decisões e encaminhamentos quanto aos objetivos estratégicos a serem alcançados pela Casa, bem como gera dúvida quanto à efetiva implantação da gestão estratégica no contexto da Câmara dos Deputados. Ressalta-se, ainda, que embora se esteja adaptando do setor privado metodologia amplamente utilizada na área pública, o princípio funda-

mental que rege a administração estratégica, no sentido de que a estratégia é o caminho para alcance de resultados organizacionais únicos, deve ser respeitado e, portanto, as estratégias da Câmara dos Deputados precisam contemplar os esforços de todas as áreas para o alcance de sua função social. Posto isso, a influência da segregação no trato de informação e conhecimento estratégico é visível. Considerando que as decisões que impactam a direção da Casa partem da esfera legislativa (em princípio pelo presidente da Câmara dos Deputados em conjunto com a Mesa Diretora e os próprios deputados), a concepção de uma gestão estratégica da área administrativa aproxima-se da visão de Michel E. Porter quanto ao conceito de eficiência operacional, o qual estabelece que a adoção de ferramentas de aprimoramento administrativo não garante o alcance de objetivos estratégicos que distingam a atuação da organização em seu ambiente (PORTER, 2006). Desse modo, para a adequada gestão da informação estratégica, impactante da formulação e da decisão estratégica, é importante que ambas as áreas que compõem a CD partilhem de um mesmo plano estratégico de ações, não dissociado, único.

O terceiro ponto a ser destacado refere-se a preocupações observadas quanto ao tratamento da informação e do conhecimento na CD. Uma dessas preocupações alia-se à instituição do Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005), demonstrando a necessidade de implementação de política de GIC para a Casa e fomentando a organização e a disseminação do conhecimento gerado no contexto da Câmara. Porém, ainda que ações como o desenvolvimento do portal corporativo da CD⁸ e iniciativas no sentido de definir política para gestão de conteúdos informacionais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010) tenham sido realizadas, há gama considerável de atividades a serem desenvolvidas pelo comitê gestor do programa, conforme se transcreve, *in verbis*:

Art. 1º Constituir o comitê de gestão do conhecimento na Câmara dos Deputados, encarregado das seguintes atribuições:

I – promover a gestão do conhecimento na Câmara dos Deputados;

⁸ <http://www2.camara.gov.br/>.

- II – formular e facilitar a implementação da política de gestão do conhecimento na Casa, bem como a sua revisão sistemática;
- III – alinhar a política de gestão do conhecimento da Câmara dos Deputados ao planejamento estratégico da Instituição;
- IV – promover o crescimento da inteligência organizacional na Casa;
- V – fomentar a geração de conhecimento que introduza melhorias nos processos e serviços prestados pela Câmara dos Deputados, com a redução de custos e do retrabalho;
- VI – promover o uso dos princípios, conceitos e metodologias de gestão do conhecimento, a fim de dinamizar a colaboração entre os servidores da Casa e o acesso às fontes de informações e de aprendizagem;
- VII – acompanhar e compartilhar as melhores práticas em gestão do conhecimento com outros órgãos e entidades da administração pública, cidadãos e sociedade civil. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 1)

Além disso, não existem indicadores para avaliação da gestão do conhecimento na Casa e tampouco da GCE, o que leva à dificuldade em se determinar os elementos que efetivamente contribuem para a formulação e a tomada de decisão estratégicas. Observa-se também que o uso das tecnologias da informação, da comunicação e da inovação (TICI) está voltado para o armazenamento e disponibilização da informação (é o caso do próprio portal corporativo e da Biblioteca Digital⁹), não se constatando sua aplicação ao processo de compartilhamento de conhecimento estratégico. Finalmente, destaca-se a ausência de ações de inteligência antecipativa no Legislativo, seja na área administrativa, seja na legislativa. Segundo Lesca (*et alii*, 2003), a inteligência estratégica antecipativa busca atuar como um radar, captando sinais fracos do ambiente externo à organização com “o objetivo de criar oportunidades de negócios e de reduzir riscos e incertezas em geral” (JANISSEK-MUNIZ e LESCA, 2003, p. 2). É notório o surgimento na imprensa de temas e assuntos que não foram discutidos ou alertados antecipadamente na Casa, obrigando parlamentares e decisores administrativos a se manifestarem sem prévio estudo.

⁹ <http://bd.camara.gov.br/bd/>.

O último tópico a ser considerado refere-se aos fatores sistêmicos da GCE que têm relação com as atividades da CD. Partindo do fator cognição, verifica-se posição clara entre os dois grupos de atores do processo: de um lado os servidores, incluídos aqui os servidores efetivos e os de livre exoneração (secretários parlamentares, cargos de natureza especial e terceirizados), que têm participação na gestão da informação e do conhecimento como auxiliares e agentes de suporte à atividade legislativa; de outro, os deputados, assumindo o papel de tornar a discussão dos temas algo amplo o bastante para que as decisões quanto à geração de leis e à fiscalização das ações públicas sejam as mais adequadas para o atingimento das necessidades da sociedade. É importante ressaltar que a cada eleição, bem como ao se integrarem ao corpo administrativo da CD novos colaboradores, há que se considerar o tratamento diferenciado a ser dado a novatos e experientes, uma vez que aqueles necessitam predominantemente de informação (dado organizado com sentido e contexto) e estes de conhecimento (informação categorizada e tratada, associada a experiências e valores já incutidos na Casa) (MIRANDA, 2006).

Outro fator a ser considerado é o modelo gerencial. No contexto da área administrativa, o modelo organizacional adotado pela Casa é uma mescla do modelo burocrático weberiano, baseado na formalidade, na impessoalidade e no profissionalismo, e do “gerencialismo”, que busca unir a “nova gestão pública” e o “governo empreendedor” (SECCHI, 2009). Observa-se que a estrutura tradicional-hierárquica não se configura como forma estimulante de partilhamento do conhecimento, contrária à estrutura em hipertexto, defendida por Nonaka e Takeuchi como a mais adequada (NONAKA, TAKEUCHI, 1995). Já na área legislativa o modelo que impera é o político-parlamentar, o qual se configura como ambiente adequado à partilha de conhecimento, particularmente nas comissões temáticas estabelecidas na Casa.

A cultura organizacional é fator marcante na GCE e se apresenta como elemento central nas discussões quando focada na CD. Observa-se que, ao adotar-se o modelo tradicional-hierárquico para a Casa, a cultura organizacional vigente caracteriza-se por baixo nível de inovação, ainda que ações sejam desenvolvidas no sentido de estimular o “servidor-empendedor”.

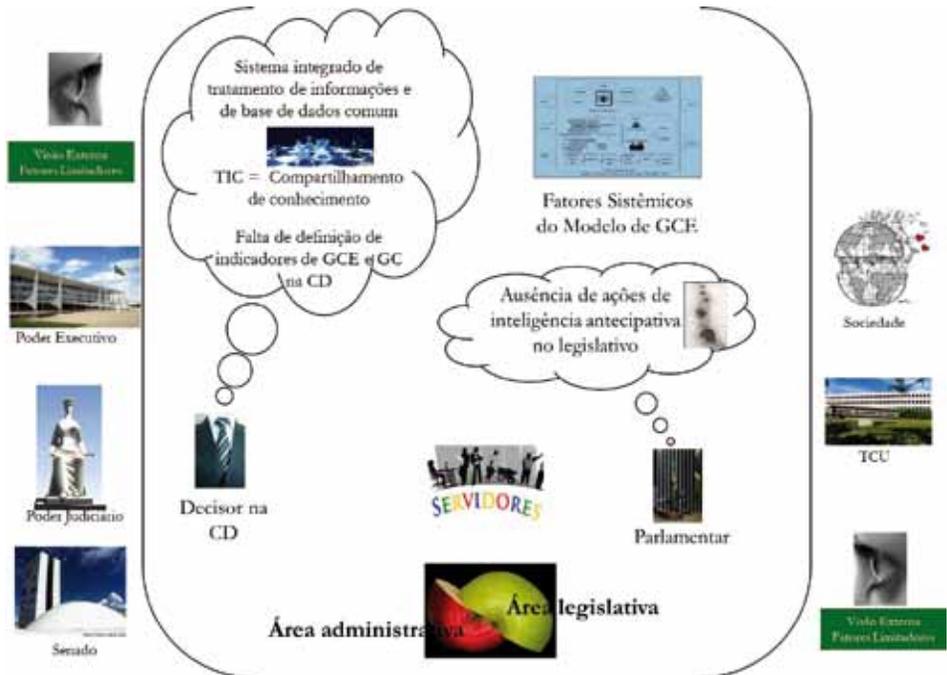
Já o aspecto individualidade é marcante no sentido de que as posições de gestão na Casa são marcadas pela personalidade e pelo nível de influência dos ocupantes dos cargos. Além disso, as complexas relações entre deputados federais, partidos políticos a que estão filiados e blocos de interesse constituem universo rico e vasto que oportuniza desafio significativo no que tange à estruturação de sistema de informações estratégicas que suporte as decisões parlamentares.

Em termos de tecnologia, outro fator impactante na GCE, observa-se a existência de sistemas para automatização da área administrativa, como é o caso do sistema para acompanhamento de processos, bem como prática voltada para disponibilização e acesso de conteúdos na *web* – o portal corporativo da CD. Porém, o uso dos recursos de TICI está restrito à gestão da informação, no sentido do tratamento do conhecimento explícito, mas raras são as iniciativas para tratamento do conhecimento tácito, restringindo este, por exemplo, ao registro da fala parlamentar em notas taquigráficas, acervo interessante de estudos para geração de conhecimento estratégico típico do Legislativo.

Finalmente, há que se destacar o fator contexto. No caso da Câmara dos Deputados, há estreita relação de suas ações com a sociedade, uma vez que as demandas são encaminhadas à CD e esta responde ao contexto social com leis e ações de fiscalização e representação pública. Por outro lado, há que se considerar as relações da CD com os poderes Executivo e Judiciário, bem como com o Senado Federal e com o TCU, verificando-se restrições em sua atuação por força constitucional e sua ação coadjuvante quanto a competências conjuntas e complementares.

A Figura 3 contempla a reunião dos elementos da GCE na Câmara dos Deputados, por meio da indicação das relações estabelecidas entre eles, na forma de uma *Rich Picture*.

Figura 3 – Rich Picture da GCE aplicada à Câmara dos Deputados



6. Sistemas relevantes

A partir da situação-problema delineada anteriormente, pode-se estabelecer alguns sistemas relevantes passíveis de estudo e proposição para desenvolvimento futuro, que venham a fazer frente aos desafios enfrentados pela Câmara dos Deputados no que tange à implantação de programa de gestão do conhecimento estratégico.

O primeiro sistema sugerido é o sistema de gestão da informação e do conhecimento estratégico institucional, que visa à consolidação das iniciativas já implementadas na CD no sentido do tratamento do conhecimento explícito – registro e utilização de materiais da biblioteca tradicional e digital, acesso a informações no portal corporativo etc. – bem como do conhecimento

tácito – parcialmente registrado nas notas taquigráficas, por exemplo – de forma integrada, ou seja, permitindo que os servidores se apropriem desse conhecimento de forma rápida e fácil. Este sistema, nos moldes de um ERP¹⁰, permitiria que a GCE fosse implantada na casa, já que as informações para formulação e decisão estratégicas seriam acessadas de forma única, rápida e sem multiplicidades de fontes.

Outro sistema proposto é o sistema integrado de informação de apoio à tomada de decisão legislativa e administrativa da CD. Ainda que as demandas de informação possam ser diferentes, a integração do tratamento das áreas e o desenvolvimento de sistema voltado especificamente para a tomada de decisões enriqueceria a atuação dos gestores e dos parlamentares na Casa, podendo-se evoluir para rotinas que embutiriam recursos de inteligência artificial para auxiliar na busca de solução de problemas já experimentados por dirigentes e deputados federais experientes. A proposta seria a de se utilizar a técnica de CBR¹¹, aproveitando-se da experiência de formuladores e decisores estratégicos da Casa para a construção de sistema de apoio efetivo à tomada de decisões estratégicas, constituindo-se repositório dinâmico do conhecimento estratégico da CD.

O terceiro sistema vislumbrado para a CD a partir da avaliação sistêmica da GCE seria o sistema de inteligência antecipativa para a CD. A adoção de ferramentas de inteligência estratégica antecipativa contribui para que sejam evitadas descontinuidades nos trabalhos desenvolvidos na Casa, particularmente em períodos de início de legislaturas¹², nos quais há mudança da Mesa Diretora da CD¹³.

¹⁰ ERP é a sigla, em inglês, para *Enterprise Resource Planning*, ou seja, são sistemas integrados de gestão organizacional, permitindo que dados e informações de toda a organização sejam acessados em único sistema.

¹¹ Sigla, em inglês, para *Case-Based Reasoning*, ou seja, Raciocínio Baseado em Casos é a técnica que envolve o processo de solução de problemas novos baseados na experiência adquirida quando da tomada de decisão sobre situações similares ocorridas no passado.

¹² Espaço de tempo durante o qual os legisladores exercem seu poder. No Brasil, a duração da legislatura é de quatro anos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

¹³ A Mesa diretora da Câmara dos Deputados é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Compõe-se de presidência – presidente e dois vice-presidentes – e de secretaria, composta por quatro secretários e quatro suplentes. Os membros efetivos da Mesa não podem fazer parte de liderança nem de comissão permanente, especial ou de inquérito (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1989).

Assim, o sistema proposto contemplaria a criação de rede de informação interna e a implantação de modelo de monitoramento estratégico para fazer frente às demandas de informação dos parlamentares e gestores, permitindo que os formuladores de estratégias se antecipassem no desenvolvimento de alternativas de ação para situações passíveis de previsão.

7. Conclusões

Ao concluir-se esse estudo teórico, há que se assinalar a dificuldade de absorção de novas metodologias em um contexto eminentemente tradicionalista, reforçado por uma cultura organizacional que mantém a sua ação durante toda a existência da Casa. Porém, o que se busca neste trabalho é apontar a possibilidade de se utilizar tais ferramentas na Câmara dos Deputados, com ganhos para a administração pública.

Por outro lado, verifica-se a necessidade de integração entre as áreas administrativa e legislativa, quanto ao tratamento de informação e conhecimento para a formulação e tomada de decisão estratégicas.

Como estudos futuros, sugere-se aprofundar esse estudo com a participação de estrategistas e decisores estratégicos da CD, particularmente aqueles envolvidos com as comissões, que exercem importante papel nas decisões finalísticas da Casa. Além disso, servidores da Secretaria de Controle Interno deverão ser ouvidos e poderão trazer contribuições valiosas para o entendimento de preocupações e conflitos na CD.

Outro estudo importante seria o envolvimento de parlamentares e estudiosos externos ao Parlamento (pesquisadores da área de ciência política, por exemplo), de forma que a visão contrastada de ambos os grupos trouxesse maior entendimento das situações vividas na CD, contribuindo para a melhoria geral do órgão.

Referências

BERTALANFFY, L. V. *Organismic psychology and systems theory*. Worchester: Clark Univ. Press, 1968.

BRANDÃO, H. P.; BAHRY, C. P. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 56, n. 2, p. 179-194, abr./jun. 2005.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Ato da Mesa nº 56, de 8/12/2009*: dispõe sobre a gestão estratégica na Câmara dos Deputados. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2009.

_____. *Legislatura*. Brasília: Agência Câmara de Notícias, 2011. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/70064.html>. Acesso em: 27 jan. 2011.

_____. *Portaria nº 66, de 6/5/2005*: constitui o Comitê de Gestão do Conhecimento na Câmara dos Deputados. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2005.

_____. Programa apresenta política de gerenciamento de informações. *Boletim da Estratégia*, Brasília, n. 18, 2010.

_____. *Resolução da Câmara dos Deputados nº 20, de 1971*: dispõe sobre a organização administrativa da Câmara dos Deputados e determina outras providências. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1971.

_____. *Resolução nº 17, de 1989*: aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1989.

CARDOSO, V. C.; MORETO, D. S.; SILVA, L. R. O. Mapeamento de conhecimentos através de uma abordagem por processos como alternativa para a formulação de programas de capacitação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: Abepro, 2001. [CD].

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. *Administração estratégica*. 2. ed. São Paulo: Pearson-Prentice Hall, 2007.

CHECKLAND, P.B; SHOULES, J. Soft systems methodology in action. In: ROSENHEAD, J.; MINGERS, J (ed.). *Rational analysis for a problematic world revisited*. Chichester: Wiley, 2001.

COUPRIE, D. et al. *Soft systems methodology: a report*. Alberta: Univ. Calgary, 2007.

DIAS, C. A. Portal corporativo: conceito e características. *Ciênc. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 50-60, jan./abr. 2001.

FUJIHARA, R. K. *Gestão do conhecimento estratégico: estudo dos subfatores sistêmicos aplicados à ECT*. 179 f. Dissertação (Mestrado em ciência da informação) – Departamento de Ciência da Informação e da Documentação da UnB. Brasília, 2008.

JANISSEK-MUNIZ, R.; LESCA, H. Veille stratégique: application d'internet et sites Web pour 'provoquer' des informations à caractère anticipatif. COLLOQUE DE L'ASSOCIATION INFORMATION ET MANAGEMENT, 8., Genoble, 2003. *Actes du...*, Genoble: AIM, 2003. p. 21-23.

LESCA, H. et. al. *Inteligência antecipativa para decisão estratégica*. 2003. Disponível em: http://www.ea.ufrgs.br/professores/hfрейtas/files/artigos/2003/2003_123_rev_perfil.pdf. Acesso em: 21 jan. 2011.

MIRANDA, R. C. R.. Important competences of strategists and decision makers in the strategic knowledge management model. In: HAWAMDEH, Suliman (org.). *Creating collaborative advantage through knowledge and innovation*. Singapore: World Scientific Printers, 2006. v. 5, p. 205-220.

_____. *Gestão do conhecimento estratégico: uma proposta de modelo integrado*. Tese (Doutorado em ciência da informação) – Departamento de Ciência da Informação e da Documentação da UnB. 2004. 289 f., il. Brasília, 2004. Disponível em: http://btd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=530. Acesso em: 19 nov. 2009.

_____; COSTA, S. M. S. Strategic knowledge management: a conceptual framework. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON KNOWLEDGE MANAGEMENT, North Carolina, 2005. *Proceedings*. Singapore: World Scientific, 2005. p. 417-434.

MORESI, Eduardo. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ciênc. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 1, 2000.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *The knowledge-creating company: how Japanese companies create the dynamics of innovation*. Nova York: Oxford Univ. Press, 1995.

POLANYI, M. *The tacit dimension*. Garden City, NY: Doubleday & Co., 1966.

PORTER, Michael E. What is strategy? *Harvard Business Review*, p. 61-78, Nov./Dec. 1996.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Rev. Admin. Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, mar./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2011.

WENGER, E.; McDERMOTT, R.; SNYDER, W. *Cultivating communities of practice: a guide to managing knowledge*. Watertown, MA: Harvard Business School Press, 2002.

WILSON, B. *Systems: concepts, methodologies and applications*. Hoboken, NJ: J. Wiley & Sons, 1990.



**Modelo de gestão da informação
para a gestão estratégica
na Câmara dos Deputados**

Modelo de gestão da informação para a gestão estratégica na Câmara dos Deputados

Olival Gomes Barboza Júnior

Resumo

Este artigo analisa o modelo de gestão da informação que apoia a gestão estratégica da Câmara dos Deputados. Por meio de pesquisa bibliográfica e de levantamento junto à Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara, o estudo concluiu que a Casa segue os modelos tradicionais, mas as informações disponíveis para a tomada de decisão estratégica são quantitativas.

Palavras-chave: gestão da informação, gestão estratégica, gestão do conhecimento.

Abstract: *This article analyzes the information management model that supports the Strategic Management on the Brazilian Chamber of Deputies. The study concludes that the Chamber of Deputies follows the classic models of information management but the available information for decision-making is quantitative.*

Keywords: *information management, strategic management, knowledge management.*

1. Introdução

Em 2007 e 2008, diversas unidades da estrutura administrativa da Câmara dos Deputados realizaram esforços de planejamento estratégico. A metodologia utilizada por essas unidades foi o *Balanced Scorecard* (BSC), resultando em vários mapas estratégicos que descreveram os objetivos das diversas áreas e como eles se relacionavam. Em 2009, os mapas estratégicos setoriais foram utilizados como subsídio para a criação do mapa estratégico corporativo, buscando alinhar os objetivos estratégicos das unidades administrativas com a missão e os valores das áreas de apoio técnico-administrativo e legislativo da Casa (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009d).

Ainda em meados de 2009, a iniciativa foi oficializada pelo Ato da Mesa nº 56 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009a), que delegou ao diretor-geral da Casa competência para coordenar as ações relativas à gestão estratégica na Câmara dos Deputados. Pouco depois, a Portaria nº 233 foi emitida e estabeleceu o modelo de gestão estratégica da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009b).

Este artigo tem por objetivo analisar o modelo de gestão da informação que apoia a gestão estratégica da Câmara dos Deputados, visto que uma das principais funções da informação é servir de elo entre a estratégia e sua execução (McGEE; PRUSAK, 1994, p. 45). O método envolveu a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo junto à Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge), por meio de entrevista semiestruturada com a gerente do portfólio de gestão estratégica e gerenciamento de projetos.

A fim de atender a esse objetivo, descreve-se a seguir o modelo de gestão estratégica da Câmara dos Deputados e, após isso, são apresentados modelos de gestão da informação clássicos da literatura pertinente. Finalmente, descreve-se o modelo de gestão da informação que apoia a gestão estratégica, em seguida são tecidas considerações a respeito desse processo no tópico de conclusão.

2. Gestão estratégica na Câmara dos Deputados

O modelo de governança corporativa da Câmara dos Deputados foi estruturado em dois níveis: corporativo e setorial, conforme o impacto, a abrangência e o alcance das decisões e ações em relação à Casa. Assim, temos duas instâncias decisórias: o comitê de gestão estratégica (CGE) e os comitês setoriais de gestão (CSG), órgãos colegiados que realizam periodicamente reuniões de avaliação estratégica (RAE) para analisar o desempenho da instituição (nível corporativo, CGE) ou da sua respectiva unidade administrativa (nível setorial, CSG) perante os indicadores e metas estabelecidos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009b).

O escritório corporativo de gestão estratégica (ECGE) e os escritórios setoriais de gestão estratégica (ESGE) são órgãos de apoio ao CGE e aos CSG, respectivamente. Cabe ao ECGE, entre outras atribuições,

organizar informações e realizar análises sobre o andamento dos objetivos, programas e projetos estratégicos corporativos e sobre o desempenho dos processos estratégicos a fim de subsidiar as RAE corporativas, bem como as ações do CGE. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009b, p. 6).

O ECGE é núcleo integrante da Aproge da Diretoria-Geral. O chefe da Aproge é integrante do CGE e cabe a ele “apresentar, nas RAE corporativas, os demonstrativos de indicadores de resultado dos objetivos e de desempenho dos programas, projetos estratégicos corporativos e processos estratégicos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009b, p. 3). Também compete a ele “receber e arquivar os relatórios dos resultados das RAE setoriais que tenham tratado de programas, projetos estratégicos corporativos ou processos estratégicos, com as respectivas análises e recomendações” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009b, p. 3).

Assim, é na Aproge que as informações a respeito da gestão estratégica da Câmara dos Deputados são coletadas, tratadas e apresentadas aos responsáveis pela tomada de decisão estratégica da Casa. A fim de levantar o modelo de gestão da informação que apoia esse processo, é preciso examinar detidamente como

ele ocorre no âmbito dessa assessoria. Antes, contudo, são apresentados alguns dos principais modelos de gestão da informação relacionados na literatura.

3. Modelos de gestão da informação

Neste artigo, entende-se que informação “são dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significados e contexto” (McGEE; PRUSAK, 1994, p. 23). Gestão da informação, por sua vez, é o “conjunto de conceitos, princípios, métodos e técnicas utilizadas na prática administrativa e colocadas em execução pela liderança de um serviço de informação para atingir a missão e os objetivos fixados” (DIAS; BELLUZZO apud OLIVEIRA, 2009, p. 19).

Dentre os modelos teóricos que pretendem representar um processo genérico de gestão da informação, optou-se neste estudo por trabalhar com os elaborados pelos autores Choo, Davenport, e McGee e Prusak. Todos eles são considerados modelos de referência clássicos (OLIVEIRA, 2009).

O modelo proposto por Choo (OLIVEIRA, 2009) é cíclico, envolvendo as seguintes atividades: identificação das necessidades de informação (incluídas as não verbalizadas); aquisição da informação (incluindo selecionar as fontes e acompanhar o surgimento de novas fontes de informação); organização e armazenamento (a fim de criar um repositório do conhecimento da organização); desenvolvimento de produtos e serviços de informação; distribuição da informação; e uso da informação. Na perspectiva de Choo, a informação coletada, armazenada e tratada deve ser utilizada para a construção de significado e contexto, a fim de subsidiar a tomada de decisão (OLIVEIRA, 2009).

Davenport (2000) descreve um modelo genérico de quatro passos: determinação das exigências de informação; obtenção de informações; distribuição; e uso da informação. Para ele, os processos de gestão informacional são um dos componentes do ambiente informacional, o qual está inserido no ambiente organizacional, mais amplo. Ambos são afetados pelo ambiente externo (o

mercado), formando o que o autor denominou uma “ecologia informacional” (DAVENPORT, 2000, p. 51).

McGee e Prusak (1994) também formulam um processo genérico de gestão da informação. As tarefas do processo são: identificação de necessidades e requisitos de informação; aquisição e coleta da informação; classificação, armazenamento, tratamento e apresentação da informação; desenvolvimento de produtos e serviços de informação; distribuição e disseminação da informação; e análise e uso da informação.

O Quadro 1 aponta as características em comum dos modelos apresentados (OLIVEIRA, 2009). As dimensões dos processos de gestão da informação ali identificadas servirão de subsídio à análise do modelo utilizado pela Câmara dos Deputados.

Quadro 1 – Características em comum dos modelos de gestão da informação

Modelo de Choo	Modelo de Davenport	Modelo de McGee e Prusak
identificação das necessidades de informação	determinação das exigências de informação	identificação de necessidades e requisitos de informação
aquisição da informação	obtenção de informações	aquisição e coleta da informação
organização e armazenamento	distribuição	classificação, armazenamento, tratamento e apresentação da informação
desenvolvimento de produtos e serviços de informação	uso da informação	desenvolvimento de produtos e serviços de informação
distribuição da informação		distribuição e disseminação da informação
uso da informação		análise e uso da informação

Fonte: Adaptado de Oliveira (2009, p. 36).

4. Gerenciamento da informação estratégica na Câmara dos Deputados

A partir do Quadro 1 e da pesquisa junto à Aproge e às fontes bibliográficas sobre o assunto, descreve-se a seguir o modelo de gestão da informação com base nas etapas elencadas por Davenport (2000), tomadas de forma genérica.

Determinação das exigências de informação

As informações necessárias à tomada de decisão estratégica foram definidas no modelo de governança da GE da Câmara dos Deputados. Este modelo, por sua vez, foi aprovado em RAE corporativa antes de sua publicação.

Os ESGE e os gerentes de projeto, porém, têm autonomia para negociar junto ao ECGE algumas alterações nas informações que devem ser fornecidas. Por exemplo, o Centro de Informática (CENIN) criou um estado para o andamento dos projetos intitulado “em espera”, quando há uma dependência externa que precisa ser atendida.

Obtenção das informações

A informação nasce junto aos gerentes de projeto, que prestam conta aos respectivos ESGE. Estes efetuam a coleta, o tratamento, a análise de informações e elaboram algumas recomendações, repassando o produto ao ECGE. Em alguns casos, o ECGE efetua a coleta diretamente junto ao gerente de projeto, quando o respectivo ESGE ainda está em maturação.

As informações estão registradas em documentos e planilhas que são repassadas ao ECGE via correio eletrônico. Em alguns casos, os arquivos estão em pastas compartilhadas para atualização e consulta. Está em curso um esforço de automação dessas atividades por meio da implantação de um ambiente corporativo de gestão de projetos baseado no produto MS Project Server. A solução está sendo personalizada para refletir o modelo de governança da Casa.

Distribuição

O ECGE produz relatórios e recomendações a partir das informações coletadas junto aos ESGE. Essas informações são ainda utilizadas para preparar o presidente do CGE, o diretor-geral da Câmara dos Deputados, para a RAE corporativa.

As informações coletadas e tratadas, bem como as recomendações advindas deste tratamento, são ainda dispostas em forma de apresentação, a fim de serem exibidas também na RAE corporativa. Assim como no caso da coleta, hoje o meio mais utilizado para distribuição dos relatórios e planilhas é o correio eletrônico.

Uso da informação

As informações levadas à RAE corporativa servem de subsídio à tomada de decisão do CGE, o que pode ocasionar, por exemplo, o realinhamento de um projeto ou a redefinição do seu escopo. No momento, as informações são primordialmente quantitativas. Com o amadurecimento da gestão de projetos e da gestão de processos, sobre as quais a GE se apoia, espera-se que essa situação mude e que informações de natureza qualitativa também sejam consideradas.

É importante frisar que aqui o ciclo se fecha, pois as decisões tomadas nas RAEs têm impacto sobre o trabalho dos gerentes de projeto, que produzem as informações que levaram à decisão. E, novamente, eles alimentarão os respectivos escritórios de gestão com as informações sobre os projetos, as quais serão tratadas e servirão à tomada de decisão estratégica.

Na Figura 1 é apresentado um esquema resumido do que foi descrito nesta seção. O papel dos escritórios de gestão estratégica foi representado de forma unificada, bem como o comitê setorial de gestão estratégica foi omitido, uma vez que seu papel tem cunho local.

Figura 1 – Modelo simplificado do processo de gestão da informação da gestão estratégica da Câmara dos Deputados



Fonte: Elaborada pelo autor.

5. Conclusão

O processo de gestão estratégica da Casa é recente e ainda está em maturação. Da mesma forma, o tratamento das informações relativas à gestão estratégica está em seus estágios iniciais. Apesar disso, pode-se perceber que o papel da informação preconizado por McGee e Prusak (1994) é claro na gestão estratégica da Câmara dos Deputados: ela atua tanto como variável essencial na definição da estratégia quanto como elemento de ligação entre esta e sua execução.

Nessa etapa, enquanto o foco ainda é eminentemente voltado para a eficiência operacional, a natureza da informação produzida é bastante quantitativa. Preocupa-se com o andamento dos projetos, com os recursos utilizados e assim por diante. Com o amadurecimento do processo de gestão estratégica e sua crescente institucionalização, espera-se que este quadro mude para um enfoque mais qualitativo.

Referências

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Ato da Mesa nº 56, de 8 de dezembro de 2009*: dispõe sobre a gestão estratégica na Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009a.

_____. *Portaria nº 233, de 28 de dezembro de 2009*: estabelece o modelo de gestão estratégica da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009b.

_____. *Portaria nº 234, de 28 de dezembro de 2009*: cria o Selo “Gestão Estratégica” no âmbito da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009c.

_____. *Manual de gestão estratégica*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009d.

DAVENPORT, T. H. *Ecologia da informação*: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 2000.

McGEE, J.; PRUSAK, L. *Gerenciamento estratégico da informação*: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

OLIVEIRA, I. G. S. *Dimensões da gestão da informação no campo da ciência da informação*: uma revelação da produção científica do ENANCIB. 420 f. Dissertação (Mestrado em ciência da informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB. João Pessoa, 2009.



Sobre os autores

Calíope Melo Paz

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5092438083436342>

Possui graduação em biblioteconomia (1983) e mestrado em ciências da informação (2000), ambos pela Universidade de Brasília. Atualmente é analista legislativa – técnica em documentação e informação da Câmara dos Deputados. Atua principalmente nos seguintes temas: biblioteca na *web*, biblioteca e repositórios digitais, internet. (caliope.paz@camara.gov.br)

Cristina Jacobson Jácomo Cinnanti

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0309070380169671>

Mestre em psicologia, especialista em gestão pública legislativa, membro do Comitê de Planejamento Estratégico Institucional da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pesquisadora dos grupos de pesquisa e extensão (GPE) do programa de pós-graduação do Cefor e técnica legislativa da CLDF. (cristina.cinnanti@cl.df.gov.br)

Jair Cunha Cardoso Filho

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4659474443851082>

Doutorando em ciência da informação na Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em administração pela AEUDF (1988) e mestrado em ciência da informação pela Universidade de Brasília (2003), com foco em gestão de competências. É especialista em administração (1997) e em administração legislativa (2005) pela UnB e em legislativo e políticas públicas pelo Cefor/CD. É consultor técnico legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Tem experiência na área de administração, com ênfase em planejamento estratégico, gestão de competências e gestão do conhecimento. Tem interesse de pesquisa nessas áreas e em gestão da informação, inteligência competitiva e políticas públicas de qualificação profissional e tecnológica para geração de emprego e renda. (jair.cardoso@cl.df.gov.br)

Maria Alice Gomes de Oliveira

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0289569280396289>

Graduada em psicologia pela Universidade de Brasília (2001), é especialista em violência contra crianças e adolescentes pela Universidade de São Paulo (USP) e terapeuta comunitária pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atuou em projetos de educação formal e informal, assim como na Vara da Infância e Juventude do DF. Atualmente, é analista legislativa da Câmara dos Deputados, atuando na área de educação para democracia. Possui interesse por psicologia comunitária, processos educativos transformadores, educação para democracia, direitos humanos, gestão da informação e do conhecimento e cidadania organizacional. (mariaalice.oliveira@camara.gov.br)

Olival Gomes Barboza Júnior

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5350949292747477>

Possui especialização em inteligência competitiva e organizacional na Sociedade da Informação (2006) e graduação em ciência da computação (1997), ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é analista legislativo da Câmara dos Deputados. (olival.junior@camara.gov.br)

Roberto Campos da Rocha Miranda

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9607439193331811>

Graduado em administração postal pela Escola Superior de Administração Postal (1986) e em administração – com habilitação pública e privada – pela União Pioneira de Integração Social (1993), mestre em ciências da informação pela Universidade de Brasília (1999) e doutor em ciências da informação pela Universidade de Brasília (2004). É professor associado do Instituto de Educação Superior de Brasília, membro do comitê assessor da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular e analista legislativo da Câmara dos Deputados na área de recursos humanos, atuando na Coordenação de Pós-Graduação como professor e pesquisador. Foi coordenador de projetos no Ministério das Comunicações. Participou como consultor em projetos na ECT, IBICT, UPU, UPAEP, CNI, CLDF e IESB. Tem experiência nas áreas de administração e ciência da informação, com ênfase em gestão da informação e do conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão do conhecimento, gerenciamento da informação, gestão do conhecimento estratégico, gestão estratégica, organização, sistemas e métodos, inteligência competitiva, tecnologias da informação e aprendizagem organizacional. (roberto.rocha@camara.gov.br)

relatos de pesquisa

Esta edição da Série Relatos de Pesquisa contempla o resultado dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GPE 1.10 – Gestão do Conhecimento e da Informação – GCI, sob a ótica estratégica, que teve por objetivos: identificar as possíveis contribuições do modelo de Gestão do Conhecimento Estratégico para a estruturação da GCI no Legislativo, com foco em competências e ações de cidadania; estudar comparativamente modelos de arquitetura de dados e de Gestão Estratégica da Informação que venham responder às necessidades do contexto Legislativo; e avaliar a demanda de informações legislativas de acordo com o comportamento informacional do público usuário.

Todos os artigos versam sobre o tema central dos estudos do grupo, (1) realçando aspectos do perfil dos usuários da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, (2) avaliando a utilização da informação para democracia no programa “Parlamento Jovem Brasileiro”, (3) discutindo conceitos aplicados de arquitetura da informação no portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, (4) destacando as competências emergentes do Legislativo para a formulação de políticas públicas, (5) analisando a gestão do conhecimento estratégico aplicada à Câmara dos Deputados e (6) caracterizando o modelo de gestão da informação que suporta a gestão estratégica na mesma Casa.

O livro mostra a interdisciplinaridade do Poder Legislativo, que se apropria de teorias das ciências da informação, da administração, da computação e de outras, para a construção de sua identidade.

